

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA MOREIRA DE MENEZES

A INSURGÊNCIA DA OUTRA DA OUTRA DA OUTRA: UMA ANÁLISE DA
SUPEREXPLORAÇÃO DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANSGÊNERAS COMO
CRÍTICA AO SUJEITO DE DIREITO

CURITIBA
2023

PATRÍCIA MOREIRA DE MENEZES

A INSURGÊNCIA DA OUTRA DA OUTRA DA OUTRA: UMA ANÁLISE DA
SUPEREXPLORAÇÃO DAS TRAVESTIS E MULHERES TRANSGÊNERAS COMO
CRÍTICA AO SUJEITO DE DIREITO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de doutora em Direito.

Área de concentração: Direitos humanos e
democracia

Linha de pesquisa: Cidadania e inclusão social

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka

CURITIBA
2023

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

Menezes, Patrícia Moreira de

A insurgência da outra da outra da outra: uma análise da superexploração das travestis e mulheres transgêneras como crítica ao sujeito de direito / Patrícia Moreira de Menezes. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.

Orientador: Paulo Ricardo Opuszka.

1. Travestis. 2. Mulheres transgênero. 3. Universalismo. 4. Outro (Filosofia). 5. Sujeito (Direito). I. Opuszka, Paulo Ricardo. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626

ATA Nº407

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTORA EM DIREITO**

No dia trinta de novembro de dois mil e vinte e três às 18:00 horas, na sala de Defesas - 317 - 3º andar, Prédio Histórico da UFPR - Praça Santos Andrade, 50, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **PATRICIA MOREIRA DE MENEZES**, intitulada: **A insurgência da outra da outra da outra: uma análise da superexploração das travestis e mulheres transgêneras como crítica ao sujeito de direito.** A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **CARLA MARIA FERNANDES BRITO BARROS** (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE), **VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR** (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA), **ANA LIA VANDERLEI DE ALMEIDA** (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A profa. Dra. Viviane sugeriu a elaboração e submissão de um artigo à Revista Jurídica da Unicuritiba, a partir da tese.

CURITIBA, 30 de Novembro de 2023.

Assinatura Eletrônica
11/12/2023 11:39:40.0

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
20/12/2023 14:17:52.0

CARLA MARIA FERNANDES BRITO BARROS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE)

Assinatura Eletrônica
21/12/2023 09:00:16.0

VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica
19/12/2023 13:27:22.0

ANA LIA VANDERLEI DE ALMEIDA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PATRICIA MOREIRA DE MENEZES** intitulada: **A insurgência da outra da outra da outra: uma análise da superexploração das travestis e mulheres transgêneras como crítica ao sujeito de direito.**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Novembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

11/12/2023 11:39:40.0

KATIE SILENE CÁCERES ARGUELLO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/12/2023 14:17:52.0

CARLA MARIA FERNANDES BRITO BARROS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE)

Assinatura Eletrônica

21/12/2023 09:00:16.0

VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica

19/12/2023 13:27:22.0

ANA LIA VANDERLEI DE ALMEIDA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB)

À insurgência.

A todas Outras e tantas Outras.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e ao curso de Direito (docentes, técnicas e discentes), pelo apoio em minha capacitação.

A três professoras e amigas da UERN (Carla Fernandes, Déborah Leite e Flavianne Fagundes) sempre presentes e queridas.

Ao professor Rogério Emiliano Guedes Alcoforado (UERN) pelas valiosas contribuições.

Às professoras e professores do PPGD-UFPR, sobretudo os que ministraram suas disciplinas trazendo as vozes das oprimidas e dos oprimidos, seja através de suas falas, textos, arte e no ouvir os próprios discentes. Destaco os nomes de Clara Maria Roman Borges, Katya Regina Isaguirre-Torres, Luís Fernando Lopes Pereira e Ricardo Prestes Pazello. A todos/as meus mais profundos e eternos agradecimentos.

Ao meu orientador, o professor doutor Paulo Ricardo Opuszka, um insurgente de alma e coração, que trouxe para dentro da sala de aula seu violão. Seu maior ensinamento foi um complexo, dialético e apaixonado lidar com o direito em articulação a outros saberes, inspirando a alteridade que vê o outro e o acolhe.

À minha banca de qualificação (Dra. Ana Lia Almeida - UFPB, Dra. Katie Silene Cáceres Arguello – UFPR e Dr. Ricardo Prestes Pazello - UFPR), um agradecimento também especial pela leitura com interesse; nas correções com profundo conhecimento e acentuadas com elegância e gentileza.

Aos colegas e amigos da turma do DINTER-UERN/UFPR 2019-2023, vinte e nove pessoas especiais - cada uma a seu modo -, meu afeto e respeito. Um especial agradecimento à Fernanda Abreu por me fazer enxergar os feminismos em suas falas.

À minha família (Francisca Menezes, Milton Menezes, Alex e Márcio Menezes, Juliana Queiroz, Beatriz Queiroz, Anderson Brito e Tawany Brito), onde o amor é sempre leve, profundo e curativo.

Aos amigos e amigas, sempre um alento e um divertimento. À quatro amigas que no último ano, mais centrado na escrita da tese, se fizeram sempre presentes no riso, na escuta e no afeto: Ana Cris Araújo, Patrícia Falcão, Raquel Dié e Regina Bernik.

À Suerda Farias, companheira de uma vida de amor e compreensão, com sobra para muitas outras vidas.

Agradeço às travestis e as pessoas trans (representando na minha tese a comunidade LGBTT+) que nunca me deram aulas a partir de uma sala em uma instituição de ensino, nem nos conhecemos pessoalmente, mas em suas falas e escritos, muitos que acompanhei via redes sociais, deram-me lições sobre luta e sobre amor. Preciso mencionar a professora Letícia Nascimento (UFPI), que com sua obra *Transfeminismo* (2021) reordenou minha rota na tese.

Poema da ativista transexual travesti Patrícia Borges da Silva (2022, não p.)¹

Ah, sociedade, se você me desse oportunidade
Teria uma profissão
Seria doutora, advogada, até juíza
Mas quando era pra mim estar estudando

Eu estava sendo minha própria professora
Correndo atrás do pão de cada dia
13 anos de idade
Com responsabilidade de pessoa maior de idade.

Mais uma vez, essa sociedade normativa
Diz quem sou,
A todo momento me rotula.

Diz que tenho Pau de Mulher,
que muitos adoram o leite que sai dele,
mas junto sai libertinagem dessa sociedade
que me quer viva ou morta nesse sistema de clandestinidade,
fazendo manutenção da hipocrisia do mundo clandestino.

Direito do capitalismo com meu corpo,
sendo puta barata sem direito e cidadania
Que só tenho essa opção: ser marginalizada a cada instante.

Será que o problema está em quem vive à margem ou com quem faz eu ficar nela,
nessa vida, me negando oportunidade de ser alguém.
Muitas morrerão, morrem por conta de ser quem se é.

¹ Disponível em: <https://www.zonacurva.com.br/poema-da-ativista-trans-travesti-patricia-borges/>
Acesso em: outubro de 2022.

RESUMO

A discussão está dentro da violência perpetrada via sociabilidade capitalista a certos corpos, a despeito de vivenciarmos no Brasil modelo estatal apoiado juridicamente na dignidade da pessoa humana e em um sistema político socialdemocrata. As travestis e mulheres trans não sofrem opressões do mesmo modo que as mulheres cis, o que as insere no processo de alteridade como a outra da outra da outra. Mas elas se insurgem (na teoria e na práxis) contra este (não) lugar construído e determinado pela sociabilidade capitalista; lugar mediado por valores universais da democracia burguesa e que permanecem fundamentais nas democracias contemporâneas. A presente tese tem por objetivo central manejar a insurgência das travestis e mulheres trans como crítica aos universalismos ampliando horizontes de reflexão sobre a sociedade atual, via aproximação entre transfeminismo e marxismos. Os universalismos são representados pelo direito (e seu sujeito), pela mulher original do feminismo e também pelo conhecimento científico. A hipótese apresentada é que encontrarei na insurgência um caminho de crítica e reflexão viável para ampliar o enfrentamento ao capitalismo na atualidade (falo das democracias contemporâneas sob a face neoliberal) ao aproximar transfeminismo e marxismos. A fim alcançar o objetivo central, foi realizado estudo teórico das bases epistemológicas dos feminismos e marxismos, juntamente com realização de pesquisa empírica desenvolvida a partir da vivência das travestis e mulheres trans, utilizando suas narrativas e sua arte como fonte. Após os estudos ficou comprovada a hipótese de viabilidade metodológica de aproximação entre transfeminismo e marxismos para uma crítica aos universalismos.

Palavras-chave: crítica aos universalismos; transfeminismo; marxismos; alteridade; travestis/trans.

ABSTRACT

The discussion is within the violence perpetrated via capitalist sociability against certain bodies, despite the fact that we experience in Brazil a state model legally supported by the dignity of the human person and a social democratic political system. Transvestites and trans women do not suffer oppression in the same way as cis women, which inserts them into the process of alterity as the other of the other of the other. But they rebel (in theory and in practice) against this (non) place constructed and determined by capitalist sociability; place mediated by universal values of bourgeois democracy and which remain fundamental in contemporary democracies. The main objective of this thesis is to deal with the insurgency of transvestites and trans women as a critique of universalism, expanding horizons of reflection on current society, through the rapprochement between transfeminism and marxisms. Universalisms are represented by law (and its subject), by the original woman of feminism and also by scientific knowledge. The hypothesis presented is that I will find in the insurgency a viable path of criticism and reflection to expand the confrontation with capitalism today (I'm talking about contemporary democracies under the neoliberal face) by bringing transfeminism and marxisms together. In order to achieve the central objective, a theoretical study of the epistemological bases of feminism and marxisms was carried out, along with empirical research developed from the experiences of transvestites and trans women, using their narratives and their art as a source. After the studies, the hypothesis of methodological viability of bringing together transfeminism and marxisms for a critique of universalism was proven.

Keywords: criticism of universalisms; transfeminism; marxisms; alterity; transvestites/trans.

RESUMEN

La discusión se encuentra dentro de la violencia perpetrada a través de la sociabilidad capitalista contra ciertos cuerpos, a pesar de que vivimos en Brasil un modelo de Estado jurídicamente sustentado en la dignidad de la persona humana y un sistema político socialdemócrata. Las travestis y las mujeres trans no sufren de la misma manera la opresión que las mujeres cis, lo que las inserta en el proceso de alteridad como el otro del otro del otro. Pero se rebelan (en teoría y en la práctica) contra este (no) lugar construido y determinado por la sociabilidad capitalista; lugar mediado por valores universales de la democracia burguesa y que siguen siendo fundamentales en las democracias contemporáneas. El principal objetivo de esta tesis es abordar la insurgencia de mujeres travestis y trans como una crítica al universalismo, ampliando horizontes de reflexión sobre la sociedad actual, a través del acercamiento entre transfeminismo y marxismos. Los universalismos están representados por el derecho (y su sujeto), por la mujer originaria del feminismo y también por el conocimiento científico. La hipótesis presentada es que encontraré en la insurgencia un camino viable de crítica y reflexión para ampliar la confrontación con el capitalismo hoy (me refiero a las democracias contemporáneas bajo el rostro neoliberal) al acercar transfeminismo y marxismos. Para lograr el objetivo central fue realizado un estudio teórico de las bases epistemológicas del feminismo y el marxismos, junto con una investigación empírica desarrollada a partir de las experiencias de travestis y mujeres trans, utilizando como fuente sus narrativas y su arte. Luego de los estudios, quedó probada la hipótesis de viabilidad metodológica de unir transfeminismo y marxismos para una crítica al universalismo.

Palabras clave: Crítica a los universalismos; Transfeminismo; Marxismos; Alteridad; Travestis/trans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 - Detalhamento do único trabalho acadêmico com a palavra-chave transfeminismo	p. 53
IMAGEM 1 - Captura de tela do Instagram de linndaquebrada (publicação de 07 de janeiro de 2022)	p. 63
IMAGEM 2 - Captura de tela do Instagram linndaquebrada (publicação de 07 de janeiro de 2022)	p. 63
IMAGEM 3 – Captura de tela da página mundonegro (publicação de 18 de novembro de 2022)	p. 102
IMAGEM 4 – Captura de tela da página bloomberg (publicação de 02 de outubro de 2022)	p. 102
IMAGEM 5 – Captura de tela do Instagram de sarawagneryork (postagem de 29 de julho de 2023)	p. 102
IMAGEM 6 – Captura de tela da página primeirosnegros (publicação de 2017) ..	p. 102
IMAGEM 7 – Captura de tela do Instagram do FONATRANS (postagem de 10 de agosto de 2023)	p. 103
IMAGEM 8 – Captura de tela do Instagram Transempregos (postagem de 28 de agosto de 2023)	p. 103
IMAGEM 9 – Captura de tela da página oglobo (publicação de 21 de novembro de 2020)	p. 103
IMAGEM 10 – Captura de tela da página epocaglobo (publicação de 19 de fevereiro de 2017)	p. 103
IMAGEM 11 – Captura de tela da página alôalô bahia (publicação de 05 de abril de 2023)	p. 104
IMAGEM 12 – Captura de tela da página brasildefato (publicação de 01 de janeiro de 2023)	p. 104
IMAGEM 13 – Captura de tela da página folhauol (publicação de 16 de dezembro de 2022)	p. 104
IMAGEM 14 – Captura de tela da página vejaabril (publicação de 03 de outubro de 2022)	p. 104
IMAGEM 15 – Captura de tela da página terra (publicação de 10 de abril de 2023)	p. 105
IMAGEM 16 – Captura de tela da página queer (publicação de 23 de março de 2023)	p. 105
IMAGEM 17 – Captura de tela da página do conselho federal de psicologia (publicação de 05 de setembro de 2022)	p. 105
IMAGEM 18 – Captura de tela da página g1globo (publicação de 27 de fevereiro de 2019)	p. 105
IMAGEM 19 – Captura de tela da página ocorrediario (publicação de 27 de março de 2023)	p. 105
IMAGEM 20 – Captura de tela da página mulheresdaperiferia (publicação de 14 de fevereiro de 2023)	p. 105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros

IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, *Queers*, Pansexuais, Agêneros, Pessoas não binárias e Intersexo

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO: QUEM É A OUTRA DA OUTRA DA OUTRA?	p. 15
2 SOBRE POSSIBILIDADES E ESCOLHAS METODOLÓGICAS	p. 20
2.1 CONFRONTANDO REGRAS SOBRE LINGUAGEM E ESCRITA	p. 21
2.2 REVENDO CONCEITOS METODOLÓGICOS	p. 22
2.3 APRESENTANDO O TEMA E AS BASES EPISTEMOLÓGICAS	p. 25
2.4 CONSTRUINDO O PROBLEMA E A HIPÓTESE	p. 43
2.5 ANUNCIANDO OS OBJETIVOS	p. 45
2.6 JUSTIFICANDO MINHA PESQUISA	p. 48
2.7 BEBENDO NA FONTE: SOBRE OS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	p. 56
3 CAMINHANDO ENTRE ALTERIDADES EM BUSCA DE CONFLUÊNCIAS PARA UMA CRÍTICA QUE VENHA DA VIDA CONCRETA	p. 67
3.1 EIS QUE A OUTRA SE TORNA A MISS UNIVERSO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SUJEITA UNIVERSAL	p. 72
3.2 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: O BRADO DAS OUTRAS DA OUTRA	p. 81
4 E O CORPO SE FEZ VERBO: O TRANSFEMINISMO É A VOZ DA OUTRA DA OUTRA DA OUTRA	p. 97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SEM PONTO (A FOZ)	p. 134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 137
ANEXO 1 – POEMA APROVADO E APRESENTADO NO I CONGRESSO CRIM/UFMG: GÊNERO, FEMINISMOS E VIOLÊNCIA, REALIZADO NOS DIAS 18 A 28 DE AGOSTO DE 2021.	
ANEXO 2 – MANIFESTO DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA DAS TRAVESTIS DE RUA (STAR - <i>STREET TRAVESTITE ACTION REVOLUTIONARIES</i>) - PUBLICADO EM 1970.	

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO: QUEM É A OUTRA DA OUTRA DA OUTRA?

“Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das *outriedades* se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas *outriedades* estão além; somos, de certa maneira, o *Outro do Outro do Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher.”
(Letícia Nascimento, 2021, p. 52)

Esta breve apresentação é para anunciar as sujeitas da minha pesquisa. Aquelas que através de suas vivências (teóricas e práticas) auxiliarão na crítica antinormativa ao direito, conforme me proponho fazer, aproximando transfeminismo e marxismo. Elas foram tornadas “a outra da outra da outra” por um sistema de opressão que inclui o direito entre suas formas.

A expressão “a outra da outra da outra” – mencionada no título da tese e do capítulo 4 - apareceu-me após a leitura da obra *Transfeminismo* (2021) de Letícia Nascimento, sendo ela a autora da frase que situa a travesti e a mulher trans como “forasteiras da humanidade”. Letícia Nascimento (2021, p. 43) explica esse não pertencimento ao dizer: “Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero.”

A citação utilizada como epígrafe nesta introdução vem apresentar aquela que será referência epistemológica e metodológica: a outra da outra da outra é a travesti e a mulher trans², que não estão em nenhuma das margens do rio, como aduz Letícia Nascimento (2021) em sua alusão comparativa entre a experiência dessas mulheres (incluindo ela própria) e o rio com suas duas margens. Nessa metáfora do rio, as travestis e as mulheres trans não estão nem para o gênero masculino nem para o feminino, estando fora dessa binariedade cisnormativa imperativa. Ao perceber não estar em nenhum lugar nas duas margens, ela escolhe *ser o rio*. Diz ela: “Rompendo

² O uso dos termos em separado se dá porque sigo Letícia Nascimento (2021) ao explicar que usa o termo guarda-chuva “trans*” para incluir diversas identidades não cisgêneras; utiliza “mulheres trans” ao referir-se a mulheres transexuais e mulheres transgêneras; e, mesmo que o termo mais amplo “trans*” comporte as travestis, prefere manejar em separado para destacar atitude política de afirmação das identidades travestis, fortemente marginalizadas. Letícia Lanz (2014, p. 24) também trata sobre o termo, e diz: “*Transgênero* não quer dizer um gay (ou lésbica ou bi) ‘mais afetado’, nem uma patologia mental do indivíduo. Não é tampouco o nome de mais uma identidade gênero-divergente (como travesti, transexual, crossdresser, drag queen, transhomem, etc.) mas um termo ‘guarda-chuva’, que reúne debaixo de si todas as identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, violam, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero.”

essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas.” (Letícia Nascimento, 2021, p. 20)

Como é realizado por uma travesti e o que propicia esse “se fazer” e “no confronto” é ponto metodologicamente estratégico na minha investigação e será mais à frente esclarecido.

O rio, aqui na tese, é a condução epistemológica³ e metodológica construída por corpos que estão em confronto com o padrão binário imposto e manejado para perpetuar a exploração e a dominação⁴ de alguns e manutenção do poder de outros. Importante destacar que a luta histórica das travestis não se resume na afronta aos binarismos das construções sociais homem/mulher; sexo/gênero. Também vai além das questões identitárias e individuais, mesmo que suas vulnerabilizações específicas sejam um elemento crucial nas suas lutas. A luta por sobrevivência das travestis está dentro da estrutura econômica, dentro da luta de classes. É contra o sistema em sua totalidade, que mercadoriza seus corpos e usa sua força de trabalho na lógica de exploração e exclusão do capital. A luta é contra a sociedade como um todo e a sociabilidade capitalista como reguladora das suas/nossas existências. Dentro de um sistema em que a exploração é a regra alguns corpos são superexplorados.

A tese trata da insurgência⁵ de corpos marginalizados; os que escolheram ser o rio, correndo e enfrentando barreiras naturais e artificiais a fim de alcançar a foz, significando aqui o seu lugar de deságue após tantos rompimentos. Por vezes, o curso natural das águas pode ser impedido por ação humana, criando artificialmente barreiras; concentrando egoisticamente espaços, benefícios, recursos e até a verdade científica. O direito é uma dessas obras, com suas categorias de exclusão, como o é a categoria sujeito de direito (que aparenta incluir e representar todas as pessoas ao alçando ao patamar de titulares livres e de amplos direitos). A sujeita universal do feminismo clássico - chamada por Letícia Nascimento (2021, p. 26) de “a mulher original do feminismo” - também é mais uma dessas construções que oprimem e

³ Aqui referencio Carla Akotirene (2020, p. 32) que inspirou a expressão “condução epistemológica”, quando, ao referir-se às feministas estadunidenses negras e às experiências pós-coloniais nas águas atlânticas, disse que eram “irmãs de barco”, só que em outra América. E que “a água para as mulheres negras é o fundamento epistemológico, [...]”.

⁴ Como minhas sujeitas são as travestis e mulheres trans utilizarei em alguns momentos as expressões transexploração, transdominação, transopressão e transexclusão.

⁵ Utilizo a expressão com inspiração no direito insurgente, mesmo que este não seja teoria de base central na tese.

violentam. Os universais - como vou me referir a esses dois sujeitos e a outros universalismos que estruturam o Estado de Direito, a sociedade burguesa e a economia capitalista⁶ - são violência, posto que não recebem as dissidências e não abarcam toda a diversidade da realidade concreta, contribuindo com a exploração e dominação de corpos divergentes. Os universais representam o contexto mais amplo do meu pensar na tese.

Através de categorias jurídicas, de dicotomias jurídicas (e não jurídicas também) imperativas, naturaliza-se o artificial e, o natural, que tem relação com a nascente (com a fonte concreta da existência⁷), sofre um processo de artificialização. A fim de problematizar e analisar esse processo de mostrar/criar encobrendo/excluindo farei uso de uma certa dialética compreendida na questão aparência/essência⁸.

A construção da outra da outra da outra está dentro do processo histórico da sociabilidade capitalista e nos conta da alteridade, que *parece*⁹ criar inclusões, reconhecendo o/a outro/a; e, também, dentro do mesmo processo, *parece* criar exclusões¹⁰ em um encontro com o/a outro/a que não o/a recebe, antes o/a suprime.

⁶ Sobre contexto e coexistência de fenômenos na história (que até hoje não pereceram), assim situa Paulo Ricardo Opuszka (2006, p. 4): “A história do Direito Moderno é a história da autonomia, da formação do Estado e da esfera pública, do capitalismo, da emancipação do homem e de sua própria sujeição e segregação. Também é a história das guerras para delimitação dos grandes territórios de um se constroem os Estados-Nação, da dominação dos povos do denominado novo mundo, da exploração desenfreada de riquezas naturais e de riquezas artificiais frutos da exploração do trabalho humano que acabam por gerar, na sombra do homem emancipado, o homem submetido.

A formação do Direito Moderno carrega em si a conquista do direito de se auto-determinar e auto-governar, ao mesmo tempo em que possibilita o emprego de se auto-destruir, quando produz, na pretensão de universalidade, um sofisticado véu que acoberta o sobrepujo *do homem pelo homem*.”

⁷ Que comporta toda a diversidade e complexidade da humanidade do humano.

⁸ Uma explicação sobre este binômio tão importante na dialética marxista é a que dá José Paulo Netto (2011, p. 22): “O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*.”

Karl Marx olhava para o objeto sociedade burguesa. Eu, enquanto pesquisadora olho, dentro da sociedade burguesa hoje, o objeto violência – teórica e prática - contra os corpos dissidentes travestis e trans e como estes corpos insurgentes nos informam sobre superação e crítica aos universalismos.

⁹ O uso do verbo parecer não é aleatória, por isto está em destaque. Se alinha ao pensamento marxiano quando da explicação da sociedade capitalista – e sua riqueza -, que *aparece* como uma “enorme coleção de mercadorias”. (Karl Marx, 2003, p. 11) Sobre o verbo, David Harvey em seu “Para entender o capital – Livro I” (2013, p. 25) chama atenção: “Mas preste atenção à linguagem. A palavra ‘aparece’ surge duas vezes nessa passagem e, evidentemente, ‘aparece’ não é o mesmo que ‘é’. A escolha dessa palavra - e fique atento a isso, porque Marx faz um uso abundante dela ao longo d’*O Capital* – indica que uma coisa diferente acontece por trás da aparência superficial.”

¹⁰ Neste ponto podemos pensar sobre os feminismos e suas alteridades, no Capítulo 3 descritos.

Alteridade é discussão central e que perpassa toda a tese, pois carrega (também, mas não só) a violência das dicotomias, sendo o Um-outra uma dicotomia primeira dentro de uma dinâmica dialética de geração sem fim de dicotomias e que pretendo problematizar na escrita. Alteridade fundada no Um, que se diz universal e neutro (na aparência), mas forma outridões através de dicotomias fundadas na exclusão (na essência). Romper dicotomias é, portanto, um movimento teórico e prático fundamental na crítica à sociabilidade capitalista, que inclui o direito como relação social que a integra. Algumas dessas dicotomias, apenas para mencioná-las nesta breve apresentação, são: humano/não-humano, corpo/alma¹¹, homem/mulher, sexo/gênero, sujeito de direito/não-sujeito de direito, mulher/não-mulher, natural/artificial, realidade/ficção, normal/anormal, nome civil/nome social, produção/reprodução, público/privado, casa/rua.

Quando li o que Letícia Nascimento (2021) falou sobre si, a imaginei levantando-se – ela sendo terra, destinada a ficar estagnada em um não-lugar –, e a assisti, em um plano abstrato e metafórico, mergulhar no rio e assim transitar para um outro estado. Agora corre pelo leito; tornou-se o próprio rio. Ela se insurge contra o não-lugar e contra o não ser uma sujeita de direito.

A partir dessa breve apresentação, manejar o transfeminismo¹² (e outros feminismos dissidentes¹³) junto ao pensamento marxista, parece-me uma aproximação viável para discutir a aparência e a essência nas relações sociais (incluído o direito entre as relações sociais). Do mesmo modo que há a corrente marxista feminista (ou feminismo marxista), há a possibilidade de se articular marxismo e transfeminismo e/ou até advogar por um transfeminismo marxista como crítica direcionada para a superação do CISTema¹⁴ capitalista, levando em

¹¹ Aníbal Quijano (2005) traça a trajetória dessa dicotomia - que faz parte da longa experiência humana -, mas explica sua fundamentalidade no processo colonial e na história da América Latina, no estabelecimento de relações de poder raciais e sexuais, aproximando os não-europeus do primitivo e inferior (corpo).

¹² A compreensão de transfeminismo na tese é a de Letícia Nascimento (2021, p. 68), que o conceitua como “uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, que se divide em variadas correntes exatamente pela compreensão, de certo modo comum, de que é impossível permanecer insistindo em mulher, no singular, numa condição universalizante, como sujeita única do feminismo.” É uma abordagem que amplia a categoria mulher e que está aberta à contribuições teóricas e políticas também de pessoas não transgêneras.

¹³ Onde se inserem todas as correntes que oferecem contribuições para além do feminismo padrão/hegemônico.

¹⁴ Expressão utilizada para acentuar que o sistema capitalista patriarcal favorece pessoas cisgênero. É relevante a explicação de Sofia Favero e Pedro Ambra (2023, p. 16) quanto à cisgerenidade: “‘Cis’ não é só uma expressão acionada para pensar quem está de acordo com o gênero designado no nascimento: é o resultado de um processo de subjetivação que entende a anatomia como um dado

consideração que as relações de opressão e exploração de classe e de gênero estão articuladas (assim como raça) e seu estudo em separado não atende demandas atuais, sejam teóricas ou práticas.

A presente tese tem momentos de discussão que se iniciam com esta breve apresentação, seguida de capítulo dedicado a questões metodológicas, pois na investigação além da aproximação do transfeminismo e marxismos, situo na arte literária e musical meu campo empírico, sendo escolhas metodológicas que pedem um esclarecimento inicial.

Após a apresentação dos aspectos metodológicos virão os dois capítulos mais centrados nas abordagens teóricas e práticas mobilizadas na tese: feminismos e transfeminismo, onde a vivência das travestis e mulheres trans vai aparecer mais fortemente e propiciar a análise que é o objetivo central da tese, sendo sucedidos pelas últimas considerações.

Será que a outra da outra da outra pode nos propiciar uma experiência metodológica crítica que reflita nos universalismos (dentre eles o direito)?

2 SOBRE POSSIBILIDADES E ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O sentido e as possibilidades investigativas estão neste capítulo apresentadas, antecipando-me a afirmar que a insurgência também fundamenta as escolhas metodológicas.

Os corpos travestis/trans serão o ponto de partida e de chegada neste navegar investigativo, que tem como objeto central fazer uma crítica aos universais através da vivência – teórica e prática – insurgente das não-sujeitas de direito. Corpos divergentes e que carregam uma dialética em si que pode ser pensada para entender processos dialéticos na dinâmica social.

Um dos problemas dos universais é limitar no unísono a existência concreta. E há perigo em uma história única (Chimamanda Ngozi Adichie, 2019). A história da humanidade não é única, como também não o é a história das pessoas que vivenciam o gênero feminino¹⁵. E como diz Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26): “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.”¹⁶

A pesquisa jurídica e o ensino do direito também contribuem com essa incompletude e via de mão única quanto à validade do conhecimento. Só no início dos anos 2000 começa a haver rompimento com corpo docente majoritariamente formado por homens brancos e pesquisas jurídicas feministas na academia despontam em meados de 2000, informam Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022). Academia ocupada hegemonicamente por homens brancos “comprometidos com uma abordagem alegadamente neutra do estudo do direito.” (Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris, 2022, p. 50)

¹⁵ Há muitas discussões e disputas sobre quem pertence ou pode pertencer ao gênero feminino, inclusive dentro dos feminismos, posto que há feministas que insistem em centralizar no aspecto biológico. Em momento oportuno na tese estas questões serão tratadas, mas adianto que o “vivenciar o gênero feminino” acolhe experiência de mulheres cis, mulheres trans e travestis. Naturalmente que minha escolha quanto as sujeitas de/na pesquisa se dá por entender como Letícia Nascimento (2021) que deve haver uma compreensão plural e uma desnaturalização da categoria gênero feminino. A autora utiliza “mulheridades” - não “mulher” - e “feminilidades” no objetivo de “evidenciar a necessidade constante de desnaturalização dessa categoria para que possamos abarcar cada vez mais experiências de mulheridades e feminilidades, como as vivenciadas pelas mulheres transexuais e travestis.” (Letícia Nascimento, 2021, p. 26)

¹⁶ Estereótipos não sendo mentira é afirmativa interessante para articular com a aparência/essência marxianas e marxistas, posto que há alguma realidade na aparência e essa é a complexidade que a dialética esclarece.

Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 50) vão dizer sobre esse cenário do ensino jurídico:

Ao ensinar sobre um direito que atende a “todos” indistintamente, sem uma perspectiva múltipla sobre os marcadores sociais como o racial e o de gênero, o direito é reproduzido com base no discurso da neutralidade, que toma como geral a experiência particular do homem médio — nesse caso, o homem branco, cisgênero, publicamente reconhecido como heterossexual. O material bibliográfico que tem servido de base à formação de diferentes gerações de profissionais do direito tem sido escrito e disseminado por um grupo exclusivo com poder e influência sobre as políticas de mercado editorial dos livros didáticos, que, também, é majoritariamente formado por homens brancos. As salas de aula já contavam com mais mulheres como estudantes, mas a maioria, ainda, como nós, era também branca.

Meu caminho na tese é trilhar com as que tentam preencher as lacunas criadas pelos universais, problematizando a aparência da universalidade e da neutralidade com o propósito de expor a essência.

2.1 CONFRONTANDO REGRAS SOBRE LINGUAGEM E ESCRITA

É preciso dizer inicialmente que o confronto, palavra-chave retirada da fala de Letícia Nascimento (2021), atravessa meu olhar enquanto pesquisadora e reverbera em usos e desusos de regras que são hegemônicas; bem como na crítica que realizo quando analiso conceitos e situações.

O olhar é de confronto. Confronto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e seu sistema de citações e referências, confronto à linguagem impessoal, confronto às dicotomias que violentam (como nome social/nome civil), confronto aos campos teóricos e aproximações possíveis no direito, confronto aos campos empíricos e o lugar da verdade na ciência e suas fontes.

Outra palavra a fim de adiantar aspecto também metodológico, é que faço uso da primeira pessoa do singular na escrita, o que é incomum na pesquisa jurídica hegemônica¹⁷; no entanto, em razão do alinhamento teórico-metodológico a correntes

¹⁷ Ou como diz Ricardo Prestes Pazello (2014, p. 26), “uma visão universitária do direito (que tem no normativismo jurídico sua principal ancoragem).”

de pensamento de confronto ao sistema posto - marxismos e feminismos¹⁸ -, entendo mais coerente que esta insurgência seja também repassada para a linguagem¹⁹.

Ainda sobre a escrita, há uma alteração em como chamar autores ao lhes citar no texto, destacando o nome e não o sobrenome²⁰. A intenção é dar visibilidade científica às mulheres (cis e trans), posto que a forma que a ABNT indica como corretas no uso dos sistemas de citação e referência, a todas “transforma em homens”. Além dos sistemas de chamada privilegiarem homens, também hipervalorizam o nome familiar/sobrenome, sendo a família o ente que primeiro abandona as pessoas trans no mais das vezes. Em artigos científicos uma das opções dada como correta ao citar e referenciar pode até abreviar o nome²¹. Forma que invisibiliza por completo o que mais importa para pessoas trans quando se trata de autodeterminação e autoidentificação.

A construção da identidade da travesti/trans passa também pelo enaltecimento do nome. Então, na tese, reconheço a importância do nome, que as travestis e pessoas trans me ensinaram a ver em suas lutas. Essa afronta à ABNT repercute nas referências bibliográficas, que também são ordenadas alfabeticamente pelo nome completo, iniciando pelos nomes e não pelos sobrenomes.

2.2 REVENDO CONCEITOS METODOLÓGICOS

A fim de melhor detalhar bases teóricas, categorias de análise e métodos de investigação, iniciarei expondo os conceitos utilizados por Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 55) ao tratarem sobre pesquisa empírica em direito:

Os métodos de investigação são ferramentas ou técnicas utilizadas para coleta e organização de dados e informações na pesquisa. Elas podem contemplar a escuta de informantes, a observação de comportamentos e o exame de vestígios ou de registros históricos, por exemplo. Todas elas são instrumentos para realizar a investigação e extrair as informações necessárias para se aproximar do tema de estudo e aprofundar o conhecimento sobre ele.

¹⁸ Dizem Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 65 e 66), sobre a escrita: “Em termos de escrita, há uma preocupação em relação ao uso da linguagem impessoal, comuns nos trabalhos acadêmicos, e que tenta se justificar pela imagem que oferece de maior distanciamento subjetivo em relação ao objeto de estudo. Os trabalhos feministas recusam estratégia, seja porque expressam a chamada ‘má-ciência’, seja porque o processo de escrita tem uma função de ampliação da consciência crítica de quem escreve.”

¹⁹ A escolha do gerúndio nos títulos das seções do capítulo 2 também foi realizada propositalmente para demonstrar continuidade e o movimento deste capítulo em relação a toda a tese.

²⁰ Nome/sobrenome se trata de mais uma dicotomia que precisei enfrentar na tese para entrar em coerência com meus passos metodológicos.

²¹ Essa forma deveria ser abolida do meio acadêmico.

As autoras explicam da coerência que deve haver entre os métodos de investigação e as perspectivas epistemológicas:

Suas escolhas estão definidas em função do enquadramento aos campos disciplinares da investigação e às teorias que embasam a pesquisa. Métodos estão, dessa maneira, sempre articulados com perspectivas epistemológicas e metodológicas. (Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris, 2022, p. 55)

As escolhas epistemológicas sempre foram objeto de crítica pelas intelectuais feministas, sobretudo nos feminismos negro e decolonial.

Patricia Hill Collins (2019, p. 403 e 404) afirma neste contexto:

As escolhas epistemológicas referentes a em quem se deve confiar, em que acreditar e por que algo é verdadeiro não são questões acadêmicas inocentes. Essas preocupações, ao contrário, dizem respeito a uma questão fundamental: a das versões da verdade que acabam por prevalecer.

É por esta razão que os intelectuais periféricos²² desenvolveram epistemologias do Sul, que trazem as vozes dos oprimidos, dos insurgentes, que passaram por um processo de expropriação de seus territórios e de suas gentes, e que permanecem com a seqüela da colonialidade. Lembrando que a colonialidade afeta o poder, o ser, o saber²³ e o gênero²⁴, refletindo, portanto, no que se considera como conhecimento científico. É por esta razão que se conclui que a violência também é epistemológica. “A diferença colonial epistêmica é cúmplice do universalismo, sexismo e racismo.” (Luciana Ballestrin, 2013, p. 104)

A experiência colonial nos coloca em um lugar no mundo diferente do desejado pelos nossos ancestrais ou pelos povos originários. E os estudos decoloniais (também subalternos e pós-coloniais), em alguma medida, propõem a ocupação do lugar desejado pelos periféricos. Seja essa ocupação no poder, no saber ou no ser. Os estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais nos permitem pensar no que fazer para enfrentar nossa história atravessada por violência. Pensar através de outros sujeitos, de outros lugares (margens e periferias) e de outras concepções de mundo. (Patrícia Moreira de Menezes, 2021, p. 245)

Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 74) concluem: “Quem tem o poder de controlar as decisões sobre processos de conhecimento está preocupado em manter o poder político e obscurecer as injustiças de seus privilégios.” Por esta

²² O modelo de Estado e a democracia não se desenvolvem da mesma forma nos países de capitalismo periférico. Paulo Ricardo Opuszka (2010, p. 160) registra: “No denominado capitalismo periférico o Estado de Bem Estar não se deu da mesma forma que teorizada pelos adeptos do modelo, mas a partir de um sistema denominado por Enrique Dussel de sistema centro-periferia e acabou por ser, para algumas autores como Jessé Souza, um espaço de sub-cidadania.”

²³ Os intelectuais latinos desenvolveram a reflexão que a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. (Aníbal Quijano, 2005)

²⁴ Contribuição aos estudos decoloniais da feminista decolonial María Lugones ([2008], 2020).

razão não se pode esperar que venha desse lugar o rompimento com tais padrões, só o seu reforço. É preciso buscar lugares de saberes que enfrentam radicalmente todos os tipos de opressão.

Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 61) também falam em específico sobre a pesquisa em direito:

Tal como em outras vertentes críticas de produção científica, uma das premissas dos estudos jurídicos feministas é que a produção do conhecimento sobre o direito, como construção social, é sempre moldada por raça, gênero, classe social e outros marcadores de relações de poder hierarquizantes. Por isso, seja qual for o tipo de pesquisa — teórica, dogmática, sociojurídica, empírica etc. — **uma das preocupações centrais na condução da investigação é o questionamento rigoroso sobre os vieses sexistas, racistas, classistas e capacitistas da pessoa ou equipe responsável pela pesquisa, em todas as suas etapas.** (destaquei)

Este último destaque é um possível ponto de encontro do transfeminismo com marxismo, ao meu sentir, com interlocuções investigativas viáveis.

Mesmo em pesquisas dogmáticas, que não é o caso da minha, a abordagem feminista serve para desmascarar a neutralidade do direito. A pesquisa feminista deve cuidar de desvendar o que é dissimulado por ferramentas de poder e controle. Dizem Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 63):

As pesquisas empíricas e sociojurídicas, de natureza qualitativa são, historicamente, as mais recorrentes em tal campo. Mesmo nos estudos teóricos ou dogmáticos, há um esforço de construção argumentativa fundamentada em dados empíricos ou em determinado tipo de experiência. Elas têm servido para preencher a lacuna entre o direito abstrato e as experiências das mulheres, ou para revelar como modelos argumentativos em processos judiciais, aparentemente neutros e objetivos, frequentemente carregam estereótipos de gênero, raciais, de classe etc. prejudiciais às mulheres e resultam em sistemáticas violações de direitos para as mulheres.

Apontadas estas questões iniciais, a minha investigação trata-se de pesquisa transdisciplinar, teórico-empírica, marxista e transfeminista, com métodos de investigação nas práticas de luta e insurgência mais a frente expostas. Além dessas características, penso que minha pesquisa é uma contribuição metodológica no campo do direito, que é estudado, pesquisado e ensinado hegemonicamente a partir da noção de direito como norma²⁵ e não como relação social.

²⁵ Mesmo não sendo pesquisa em que farei uma análise das concepções do direito, registro as quatro principais: direito como justiça, direito como norma (mais usual), direito como poder e direito como relação social (concepção que utilizo, por entender mais adequada à crítica que é meu objetivo na tese). Silvio Almeida em sua obra *Racismo estrutural* (2021, p. 133 e 134) afirma: “Se notarmos, as críticas ao juspositivismo são bastante parecidas com aquelas feitas às concepções individualistas do racismo. E não é uma coincidência: vimos que a perspectiva individualista trata o racismo como um problema jurídico, de violação de normas, as quais, por sua vez, são tidas como parâmetros para a ordenação racional da sociedade. Tanto o racismo quanto o próprio direito são retirados do contexto

2.3 APRESENTANDO O TEMA E AS BASES EPISTEMOLÓGICAS

As travestis e mulheres trans são a outra da outra da outra na explanação de Letícia Nascimento (2021) ao percorrer em sua obra a situação da mulher em Simone de Beauvoir (2019), com a ausência de reciprocidade em relação ao homem, sendo marcada como o Outro; passando pelo feminismo negro²⁶ em Grada Kilomba (2019), que indo além do pensamento beauvoiriano articula gênero e raça, apresentando a mulher negra como o Outro do Outro²⁷; e assim chega Letícia Nascimento (2021, p. 52) na travesti e mulher trans, que vivem *outriedades*²⁸ diversas em “uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”, vivenciando um processo de produção de vulnerabilização de suas vidas, sendo o Outro do Outro do Outro.

Na trilhar da tese também há outras expressões que manifestam pontos fundamentais. A insurgência²⁹ e a crítica ao sujeito de direito apresentam alinhamento teórico ao marxismo. A insurgência também pode ser aplicada aos estudos e práticas da transgerenidade, que tem na transgressão seu fundamento, como explica Letícia Lanz (2014, p. 24), tratando sobre o elemento crucial da transgerenidade:

Esse é o ponto central e mais nevrálgico da transgerenidade, pois é exatamente desse caráter transgressivo, desviante e divergente da norma binária de gênero que derivam todos os mecanismos de dissuasão, repressão e punição aos quais as pessoas transgêneras são submetidas pelas mais diversas pessoas e instituições sociais. O transgênero só existe porque existe a norma binária de gênero e o seu mecanismo de diferenciação, classificação e hierarquização dos indivíduos, baseado exclusivamente no órgão genital do indivíduo ao nascer. A transgressão é a marca que distingue as pessoas transgêneras das demais pessoas na sociedade. As pessoas transgêneras são transgressoras da norma de gênero.

histórico e reduzidos a um problema psicológico ou de aperfeiçoamento racional da ordem jurídica de modo a eliminar as irracionalidades - como o racismo, a parcialidade e as falhas de mercado.”

²⁶ Sua obra *Memórias da plantação* é estudada como referência no feminismo negro, no entanto também é referência decolonial. Heloisa Buarque de Holanda (2020) faz esse registro sobre o pensamento decolonial. Em matéria do *El País*, Joana Oliveira (2019, não p.) a entrevistou e registrou: “Descolonizar é o verbo que ela, com origens em São Tomé e Príncipe e em Angola, mais conjuga.”

²⁷ Grada Kilomba não usa especificamente a expressão *Outra da Outra* em *Memórias da plantação*, mas explica essa alteridade dupla. Yuderkys Espinosa Minoso fala sobre corpos que sofrem processo de racialização e exploração usando a expressão “a outra da outra” (2020, p. 113).

²⁸ Letícia Nascimento (2021, p. 42) usa dessa forma o que é chamado de *outridade*, “para demarcar a produção de diferenças dentro do feminismo.” Ela traz outras categorias, em vez da categoria mulher no singular. Trata de *mulheridades*, *feminilidades* e *travestigerenidades*.

²⁹ Sobre a abordagem insurgente, diz Ana Lia Almeida (2016, p. 170): “No Brasil, as formulações mais ricas e próximas a uma análise marxista do direito, na transição democrática, estiveram ligadas à perspectiva insurgente.”

É nesse confronto que há o encontro – ainda que como inspiração e não como teoria de base – com o direito insurgente e seus fundamentos na luta, na resistência e na revolução (esta última, mesmo que em estado latente³⁰ e/ou em movimentos populares localizados). Como resume Ricardo Prestes Pazello (2018, p. 1557):

Por fim, apresento o direito insurgente como uma proposta transitória, dentro de contextos geopolíticos como o do continente latino-americano, de uso tático do fenômeno jurídico. Uma crítica descolonial-marxista ao direito, portanto. Nesse diapasão, o direito insurgente decorre do legado da teoria crítica do direito latino-americana, subsumindo-a, mas ao mesmo extravasando-a, na medida em que usos combativos, relidos e assimétricos do direito (típicos da interpretação assentada no continente) precisam ser superados por usos duais revolucionários e, finalmente, desusos de tal fenômeno.

Na crítica marxista ao direito elaborada por Ricardo P. Pazello (2014; 2018; 2021), o direito é relação social (inerente ao processo de circulação). Ele explica:

Assim, o direito em Marx, é uma relação social, com sua especificidade como relação jurídica, que garante a circulação de mercadorias equivalentes por intermédio de proprietários iguais entre si. Eis a forma essencial (porque específica) do direito baseada nas relações econômicas capitalistas (forma fundante). (Ricardo P. Pazello, 2021, p. 131)

A norma é a ficção real que Marx (2011) fala ao explicar o fetichismo da mercadoria³¹, quando ela (a forma jurídica legislativa) estabelece hoje, por exemplo, que há uma igualdade e liberdade, mas o que a norma faz é encobrir desigualdade e exploração permanente e que também está relacionada ao colonialismo e a colonialidade³² quando pensamos sobre a realidade brasileira. No Brasil, o projeto colonial, além de classista, já veio racializado e generificado. Neste último aspecto, o feminismo decolonial, com María Lugones em Colonialidade e gênero (publicado em

³⁰ Ricardo Prestes Pazello (2021, p. 34) admite o direito insurgente comprometido – também - com “usos táticos para o direito em contextos de ainda não revolucionamento social.”

³¹ Karl Marx não está falando do direito quando trata do segredo ou do mistério da mercadoria, que é ocultar as relações sociais na forma mercadoria. “A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; [...]. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa simulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.” (Karl Marx, 2011, p. 94) A relação é entre seres humanos, mas parece ser entre coisas, “assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (Karl Marx, 2011, p. 94) A esse fenômeno que ocorre no mundo das mercadorias Karl Marx chama de fetichismo, “que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadoria. É inseparável da produção de mercadorias.” (Karl Marx, 2011, p. 94)

³² Sobre a colonialidade uso a compreensão de Aníbal Quijano (2005). Há um padrão de poder político e econômico que permanece mesmo após o processo histórico colonial.

2008), amplia o tripé da colonialidade (poder, ser e saber) inserindo a colonialidade de gênero.

Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero. [...] Dada a colonialidade do poder, acredito que também podemos afirmar que a existência de um lado oculto/obscuro e um lado visível/iluminado é uma característica da coconstrução entre a colonialidade do poder e o sistema de gênero colonial/moderno. (María Lugones, 2020, p. 81)

A crítica decolonial, seja marxista ou feminista, inclui o capitalismo como estrutural em suas abordagens. Esta é uma confluência que importa. Há um terreno teórico que favorece encontros mais que desencontros. Diz Ricardo P. Pazello (2021, p. 14) em sua crítica descolonial-marxista ao direito:

Todas as relações sociais são atreladas às formas de produção da vida. Por sua vez, os cortes estruturais da sociedade representam o conjunto de relações marcadas pelas inerentes formas de classificação social havidas sob o sistema mundial capitalista moderno e colonial. São cortes estruturais, segundo o que aqui entendo, o de classe, o de raça/etnia e o de gênero: mais do que meros marcadores de diferenças, consubstanciam-se em relações sociais magnetizadoras das complexas polarizações que caracterizam a sociedade capitalista.

São aportes abertos a uma integração, portanto. Os aspectos relacionais no que tange aos fenômenos sociais, abrem a possibilidade de se estudar o gênero como parte estrutural da heterogênea totalidade social.

Em entrevista sobre feminismos e abordagens materialistas, Roswitha Scholz (2017, não p.) vai dizer que nos anos 2000 elas são retomadas. Tinham ficado malvistas e a década de 1990 foi tomada por teorias queer e de gênero. Quanto à dimensão crucial da relação de gênero nas discussões atuais envolvendo o capitalismo, Roswitha Scholz (2017, não p.) diz:

Trata-se da crítica das relações patriarcais capitalistas. Se se fala apenas de capitalismo, isso é quando muito meia verdade. São destacados determinados aspectos, são explicadas as relações econômicas, mas é ignorado um elemento constitutivo: a dissociação das atividades reprodutivas. **E esconde-se a importância da dissociação sexualmente especificada para a forma de sujeito.**

Durante muito tempo, a relação de gênero foi tratada como contradição secundária. Mas não se pode simplesmente deixar de fora as atividades de metade da humanidade. Não basta esta situação ser integrada na crítica do capitalismo, pelo contrário, **à dissociação mediada pela categoria gênero tem de ser dada uma nova qualidade na própria teoria**, como princípio estrutural é essencial do patriarcado produtor de mercadorias. (destaquei)

“Na própria teoria” para Roswitha Scholz é tratar das clivagens da sociedade capitalista inserindo a discussão de gênero a partir de um aprofundamento dos

estudos na teoria do valor. Roswitha Scholz usa a noção valor clivado para o que Silvia Federici trata como trabalho reprodutivo. (Taylisi de Souza Corrêa Leite, 2020)

Sobre a teorização de Roswitha Scholz, Taylisi de Souza Corrêa Leite (2020, p. 357) resume:

O racismo e a lgbtfobia são preocupações constantes nos escritos de Scholz, assim como outros processos discriminatórios, como o antissemitismo e o anticiganismo, mais presentes na realidade da autora alemã. Isso não está fora do seu radar. Ocorre que o teorema do valor-dissociação parte de outro método para a compreensão desse fenômeno: uma rigorosa releitura econômica marxista do valor. A partir de Roswitha, seria necessário identificar outras clivagens no valor decorrentes da abstração do trabalho, que poderiam explicar múltiplas exclusões no interior da sociedade burguesa.

A própria Roswitha Scholz (2017, não p.) explica em entrevista quando perguntada se em vez de duas contradições (capital/gênero), sendo uma principal e a outra secundária, seria uma dupla contradição principal no capitalismo. E responde:

Como teórica feminista não quero enredar-me nas armadilhas da produção teórica androcêntrica (que estabelece o masculino como norma e padrão), a qual procede sempre de maneira universalista e na lógica da identidade. Tenho de ver se há outras disparidades: o anti-semitismo, o racismo, o anticiganismo - todas estas formas são essenciais para a constituição do sujeito burguês e do contexto social. Esta formação social, na sua lógica processual, não pode ser simplesmente derivada de uma forma. A elaboração teórica feminista tem de ultrapassar simultaneamente o olhar androcêntrico que constatou relações causais frequentemente simples e generalizantes.

O feminismo marxista faz a integração entre feminismos e marxismos e já vem atualizando a discussão na teoria marxista quanto às demandas sociais atuais. A abordagem marxista enfrenta críticas dentro dos feminismos, que muitas vezes se voltam contra o que dizem limitar na classe e, assim, no sujeito proletário, a discussão sobre os oprimidos³³.

Há quem entenda a complexidade da temática marxismo-sexualidade, como Renan Quinalha (2019), e reconheça que Karl Marx não tratou diretamente da

³³ Crítica que faz Carla Akotirene (2020) quanto ao uso de metodologias que recorrem a epistemologias da Europa Ocidental e Estados Unidos, e exemplifica com o feminismo da mulher universal e o marxismo. Diz ela: “Ademais, as correntes marxistas e o feminismo hegemônico podem ser resumidas nos seguintes tópicos: somente nas relações do sistema “sexo-gênero” a fêmea da espécie humana é transformada numa mulher domesticada, segundo o pensamento de Gayle Rubin. Ou, ainda, somente nas relações capitalistas um negro é transformado em escravo, como em Karl Marx. Duas formulações obcecadas a darem o norte salvacionista europeu às identidades políticas, respectivamente, de mulheres e classes trabalhadoras, afastando-se os negros da condição de trabalhadores e negras da identidade de mulher.” (Carla Akotirene, 2020, p. 36) A autora não rejeita estadunidenses do feminismo negro, que construíram o conceito de interseccionalidade, e, mesmo do Norte Global, guardam experiências coloniais e pós-coloniais que as ligam às irmãs do Sul Global, no entanto faz crítica ao próprio conceito de interseccionalidade e destaca vivências diaspóricas africanas diferentes.

dicotomia homem/mulher nem sobre diversidade sexual, tendo Friedrich Engels tangenciado. Mas compreende que

o marxismo pode e deve ser muito mais colorido e diverso do que normalmente se imagina. Só assim será possível construirmos respostas e caminhos para as ciladas postas pelo capitalismo contemporâneo para a efetiva igualdade da população LGBT.
(Renan Quinalha, 2019, p. 31)

Alessandra Devulsky (2018, p. 35) ao refletir sobre teoria marxista e a questão identitária no direito afirma:

Dessa forma, a tomada do sujeito na sua materialidade dentro do mundo - e não à parte do mundo, como ocorre nas correntes metafísicas de apreensão do sujeito e da existência - perfaz no marxismo um ponto de intersecção com outros tipos de exploração.
O esgotamento de um regime de acumulação e de modos de regulação promove o florescimento de outros em substituição, para os quais a criação de narrativas raciais, eugênicas e sexistas molda-se à imagem e dentro dos limites desses novos paradigmas, tomando em certo momento vida própria. Libertando-se desse gatilho inicial, esse conjunto de valores raciais, ou de fixação de papéis sociais em termos de gênero, vai conformando o indivíduo há um simulacro que condicionais sua percepção interna e seu lugar no mundo. Esses valores espraiam-se do contexto socioeconômico específico do discurso colonialista - ao mesmo tempo que (i)mobilizam traços culturais de certas sociedades -, em direção às instituições cujo *locus* promove uma segunda transformação. Alguns validam a tipificação de crimes, outros regulamentam e revestem de legalidade a exploração, na medida em que erigem princípios de limitação da violência total sobre o corpo daquele que trabalha.

Karl Marx sempre foi consciente que o capital não se desenvolve de maneira uniforme no tempo e no espaço. (Alessandra Devulsky, 2018)

Mesmo com notórias divergências nas perspectivas feministas e marxistas, alinhando-me à compreensão das autoras Lívia de Cássia Godoi Moraes e Arelys Esquenazi em *Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo* (2020, p. 89):

De forma geral, defende-se que entre as vertentes mais revolucionárias e críticas dentro marxismo e do feminismo, existem mais encontros do que discordâncias. Sobretudo nos pontos essenciais de chegada, relacionados à superação da exploração, opressão, subordinação, etc. Em outras palavras, existem coincidências essenciais relevantes nos pontos de vista relativos à construção de uma sociedade alternativa; pautada pela igualdade substantiva, que garanta a plena emancipação de todos os seres humanos, e especificamente da mulher.

Vê-se como os estudos marxistas atuais³⁴, feministas ou não, e mesmo que a partir de perspectivas diferentes, olham para as demandas sociais da

³⁴ Além de Roswitha Scholz trarei algumas reflexões de Heleieth Saffioti e Taylisi de Souza Corrêa Leite, como referências nos estudos do marxismo feminista. São contribuições marxistas feministas

contemporaneidade e ainda permitem que especificidades locais sejam incluídas na crítica. No caso do Brasil o contexto histórico traz questões próprias.

Retomando um pouco e ainda refletindo sobre o contexto colonial e as questões de gênero, aproximando da intenção da tese, considerando que a mulher cisgênera, em um processo colonial, já está na subalternidade, como diz Gayatri Chakravorty Spivak (2010), vejo a mulher trans e a travesti em uma existência ainda mais obscura, para utilizar termo da mesma autora. O subalterno, em sua explicação, no contexto da produção colonial, “não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (Gayatri C. Spivak, 2010, p. 67) Como o projeto colonial engendra dominação e esta é patriarcal, ela vai dizer que a mulher, dentro desse processo, tem “caminho duplamente obliterado”. E mais a frente: “A mulher se encontra duplamente na obscuridade.” (Gayatri C. Spivak, 2010, p. 66 e p. 70) Trazendo esta compreensão para o contexto da tese, onde estaria a travesti? Quantas camadas de obliteração e obscuridade ela sofre? Como (re)existe e como se insurge ou como “se faz” e como confronta?

Voltando ao marxismo e o que elucida, as relações sociais (incluindo o direito) dentro do capitalismo já compõem a sua negação. São e não são ao mesmo tempo. A aparência é fundamental para que não se veja nitidamente a essência e a circulação do capital continue através da acumulação vampiresca capitalista (fazendo uso da metáfora marxiana do capital como vampiro). É possível pensar os corpos travestis e trans como mercadorias circulando tendo a exploração e a dominação como características inerentes às suas experiências de vida.

A abordagem insurgente faz interlocução entre marxismo e giro descolonial, iluminando-me em possibilidades teórico-metodológicas, mesmo que sejam complexas (como agregar marxismo e transfeminismo, em meu caso). Essas perspectivas guardam em comum o aspecto relacional e a importância fundamental dos movimentos populares e dos movimentos sociais. Para Ricardo P. Pazello (2021, p. 14), “os movimentos populares representam, pela via da práxis, a célula do discurso de visão crítica do direito.” Ricardo P. Pazello (2021) explica a relação entre direito e movimento em sua teorização, bem como relata as diferentes dimensões dos movimentos (populares, sociais e operários).

atuais, mas com perspectivas diferentes. Não desenvolvo a tese com estudos baseados na teoria do valor como o fazem Roswitha Scholz e Taylisi de Souza Corrêa Leite (esta a partir de Roswitha Scholz), mas trago suas considerações para apresentar possibilidades dentro do marxismo feminista.

Entretanto, os movimentos populares são uma mediação organizativa entre os sentidos objetivo e subjetivo de classe que agrega condições étnicas e de gênero. Os movimentos populares são mais específicos que os movimentos sociais (todas as formas de organização social, inclusive, as formas conservadoras e/ou burguesas) e menos particulares que os movimentos operários (especificação subjetiva da classe que é uma dentre as realidades possíveis do movimento popular). Implicam toda uma discussão a respeito de formulações que dêem conta, dentro dos parâmetros do marxismo latino-americano, de expressar quem é o sujeito histórico, e coletivo, da ruptura com os cortes estruturais (questionamento clássico da teoria da organização política revolucionária). (Ricardo Prestes Pazello, 2021, p. 14 e 15)

A associação coletiva é fundamental na luta contra o capital. A organização social de forma coletiva, que é baseada na solidariedade e no reconhecimento da fragilidade individual diante das mazelas produzidas pelo capitalismo, dá a possibilidade de se construir outra economia: a solidária. Paulo Ricardo Opuszka e Éder Dion de Paula Costa (2013) usam abordagem anticapitalista, baseada na economia solidária³⁵, como possibilidade de superação do avanço global do capital, que cria nova divisão internacional do trabalho. Daí surgem estratégias dentro da própria sociedade. Em seus estudos sobre Economia solidária, associativismo e cooperativismo, eles dizem:

A economia solidária tem o propósito de valorizar o homem e não o capital, na relação capital versus trabalho, tendo como base a cooperação e a liberdade. A economia solidária surgiu a partir do contexto social, onde a sociedade oprimida busca alternativa para o caos estabelecido pelo capitalismo. Ela surge como resposta construída pela sociedade no enfrentamento a exclusão e ao desemprego em massa que se instaura na sociedade, agravado pela globalização econômica mundial. Ela não é uma economia marginal, que apenas responde as contradições do capitalismo. (Paulo Ricardo Opuszka e Éder Dion de Paula Costa, 2013, p. 165)

Vê-se que há mais de uma abordagem como possibilidade de enfrentamento ao capitalismo, mas sempre há confluência para a coletividade e solidariedade. Em se tratando da união coletiva das nossas sujeitas na pesquisa, não irei chamar as associações e lutas das travestis e mulheres trans de movimentos populares, pois nomearei na tese da forma como as próprias atoras sociais se autodenominam. Tanto

³⁵ Paulo Ricardo Opuszka e Éder Dion de Paula Costa (2013, p. 153) explicam: “Diante da crise reflete-se sobre outra economia, baseada em valores de cooperação e solidariedade. Esta outra economia pode ter diversos nomes ou conceitos, mas propõe outra forma de organizar a produção e consumo, de forma direta, sem intermediários, uma produção coletiva, um consumo ético, empresas autogestionárias e formação de redes para produção e consumo solidário. Alguns designam de economia popular solidária, outros por socioeconomia solidária, ou ainda por economia do trabalho. É outra economia, diversa da economia capitalista que é baseada no trabalho alienado e explorado, na acumulação e concorrência. A estrutura desta outra economia é baseada na organização coletiva dos trabalhadores, através de cooperativas, associações ou grupos informais. Predomina a autogestão e a participação democrática. O associativismo é o processo pelo qual duas ou mais pessoas se agregam, se reúnem para um fim comum.”

em suas falas individuais quanto quando falam através de organismos e instituições (como a ANTRA e o FONATRANS, que são fontes que mais acessei na tese), a autorreferência é como movimento social e/ou como coletivos³⁶ em algumas ações e articulações.

Há características específicas para os movimentos sociais: atores, estrutura, hierarquia etc., mas há também novos estudos sobre associação e mobilização de pessoas. Há novas noções que incluem novos atores, novos espaços de luta (como redes sociais e mídias digitais) e novas formas de ativismo político, de fazer política. Esta atualização da noção de movimento social é importante quando se trata de travestis e trans, posto que precisaram se reinventar também quanto à ocupação de espaços para que suas vozes fossem ouvidas. A internet é uma ferramenta impulsionadora. Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017) citam Maria da Glória Gohn (2008 e 2017), estudiosa sobre os movimentos sociais brasileiros, e dizem que ela usa o termo “novíssimos movimentos sociais” para se referir a movimentos que são a novidade do milênio. O termo é para diferenciar de outros movimentos sociais. Segundo Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017, p. 9):

Em livro mais recente (2017) Gohn analisa três novíssimos movimentos sociais criados a partir de 2010: o Movimento Passe Livre, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre. Percebe-se aqui uma mudança na forma de considerar um movimento como novíssimo: na obra de 2017 o termo é usado para distinguir a novidade dos novíssimos movimentos sociais em relação aos clássicos (ligados à luta da classe trabalhadora e com organização verticalizada) bem como dos novos movimentos sociais (que atuam com pautas identitárias em rede e em Instituições de Participação).

No estudo sobre coletivos de Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017) os pesquisadores entrevistaram membros de vinte e um coletivos que atuam na cidade de Teresina (capital do Estado do Piauí) e criaram um banco de dados com informações sobre setecentos e vinte e cinco coletivos com páginas na rede social digital *facebook*. Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017) resumem o que encontraram de características: são muitos diversos, têm características de movimentos operários classistas, há bandeiras como dos novos movimentos sociais e o uso das mídias sociais como os chamados novíssimos movimentos sociais. Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017, p. 29) afirmam não haver um só tipo, tendo

³⁶ A autora Maria da Glória Gohn (2017) não entende os coletivos como um movimento social por faltarem características estruturais mais específicas quanto à liderança, laços de pertencimento, opositores, identidade mais coesa, projeto de sociedade. Mas os coletivos podem se transformar em movimentos sociais e até se autodenominarem com tal.

encontrado sete tipos de coletivos a partir da análise dos dados: “coletivos universitários, coletivos vinculados a partidos e/ou movimentos estudantis, coletivos que atuam com causas sociais, coletivos de artes, coletivos promotores de eventos e coletivos empresariais.” Resumem a pesquisa informando:

Em suma, há tantas divergências entre os coletivos que não é possível reuni-los sob um mesmo conjunto de características, ou seja, não é possível tratá-los como uma unidade. O que é possível captar é a diversidade deles, bem como o distanciamento de uma forma de fazer política considerada hierárquica e pouco participativa, ainda que possam reproduzir tais lógicas. Adotar novos nomes é uma forma de mostrar que se trata de algo diferente, embora quando observado com mais cuidado é possível notar muitas semelhanças com práticas e formas de mobilizações conhecidas. Olívia Cristina Perez e Bruno Mello Souza (2017, p. 30)

Marcelo de S. Marques e Vanessa Marx (2020, p. 13) tratando sobre as diferenças entre movimentos sociais e coletivos explicam:

Em um contexto de crítica à “política tradicional”, esta distinção ocorre porque, como veremos na próxima seção, os ativistas, por um lado, comumente percebem as organizações de movimentos sociais, as ONGs e mesmos as organizações de movimentos sociais como estruturas organizacionais estáticas, partidárias e hierarquizadas, e, por outro, autoconstroem a imagem dos coletivos como espaços dinâmicos, como mecanismos cotidianos de ação política pautados na autonomia e na horizontalidade.

O chamado ciberativismo é característica que aparece nos estudos em geral sobre as mais recentes formas de associação e de mobilização.

Quando Monique Prada em sua obra *Putafeminista*³⁷ (2018) fala das tensões e lutas das prostitutas serem aceitas dentro dos feminismos, relata das redes sociais. O movimento de prostitutas iniciou na França na década de 1970, antes da internet ser um espaço de luta, mas esta deu maior visibilidade a elas. Diz Monique Prada (2018, p. 34) que as tensões com os feminismos cresceram “a partir do momento que nós, as prostitutas, não nos limitamos mais a existir apenas em nossos guetos, em locais de trabalho.” E continua:

Não somos mais invisíveis. Passamos a ter a possibilidade de interação em tempo real nas redes sociais, nas quais reivindicamos o espaço que sempre

³⁷ Sobre putafeminismo, explica Monique Prada (2018, p. 37): “Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo a nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o putafeminismo pode também ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela.” Monique Prada (2018, p. 38) defende um feminismo que inclua todas as mulheres. Ela não deixa de compreender que há opressões, que é um mercado e “que o capitalismo se apropria de nossas causas para vender mais, e por aí vai – que o digam as grandes marcas de cosméticos e lingerie”. Mas destaca a importância do feminismo ter chegado ao puteiro.

nos foi negado, como mulheres, donas de nossas vontades, de nossos destinos, de nossas escolhas, e plenamente capazes de defendê-las. (Monique Prada, 2018, p. 34)

A ocupação do espaço virtual, a forma menos hierarquizada de associação e novos ativismos também acompanham os chamados por Heloisa Buarque de Hollanda³⁸ (2018) de “feminismos da diferença” que formam o panorama da quarta onda. Estas questões são destacadas neste ponto porque importam para a pesquisa³⁹ e a ocupação de espaços pelas travestis e mulheres trans.

E por que articular marxismos com o transfeminismo nas bases epistemológicas? Letícia Nascimento (2021, p. 19) traz a resposta ao explicar o que a expressão abarca:

O transfeminismo, entretanto, oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas. É urgente que todas compreendamos que falar de mulheres no plural, de feminilidades, não é um mero slogan.

A pluralidade que se apresenta na teoria e nas práticas das travestis e mulheres trans fornece campo para reflexão. A diversidade está em seus corpos e subjetividades (que não são iguais entre si⁴⁰), bem como em suas experiências de vida. No momento histórico atual⁴¹ o transfeminismo pode contribuir muito além da discussão sobre sexualidade de forma isolada e entendo que, inserido na dominação-exclusão capitalista, apresenta um caminho investigativo crítico possível.

Uso dominação-exclusão/exclusão-dominação com base nos estudos de Heleieth Saffioti (2009, p. 30):

Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam a crescentemente mais acentuada subordinação de suas possuidoras. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da exploração-

³⁸ Agora Heloisa Teixeira.

³⁹ Para justificar o motivo de me referir como movimento social à associação de travestis e mulheres trans na minha pesquisa. Por vezes estas também se articulam via coletivos.

⁴⁰ Letícia Nascimento (2021, p. 56) explica: “Muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres. A sentença ‘eu sou travesti’ é suficiente para marcar seus locais dentro de uma identificação de gênero.”

⁴¹ Flávia Biroli (2018, p. 171) trata dos feminismos e atuação política das mulheres no debate contemporâneo e destaca que mesmo com conquistas no direito no século XX não há participação igualitária entre as mulheres. Deve-se então fazer investigações “além das regras formais, dos direitos estabelecidos, em direção a um entendimento mais complexo da permeabilidade seletiva das democracias contemporâneas.” Entendo como um momento oportuno para análises antinormativas, como a possibilidade que se abre com o transfeminismo aliado aos marxismos.

dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas.

O perigo deste tipo de análise reside em resvalar-se pelo dualismo.

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro processo, este de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. Alternam-se os termos para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo.

A metáfora do nó a que a autora se refere é o conceito do nó que ela elaborou e se faz presente em sua obra. Foi utilizado pela primeira vez na obra “O poder do macho” (1987) e referida em várias outras. Penso que o conceito do nó é mais coerente metodologicamente à minha investigação, pois se encaixa de forma mais adequada do que a interseccionalidade⁴². Heleieth Saffioti é uma socióloga marxista que pensa o ser social com três dimensões - gênero, raça/etnia e classe social - que são imbricadas e não apartadas, já que “as três identidades sociais básicas simbiotizam-se, na medida em que se constroem no contexto histórico do nó” (Heleieth Saffioti, 1997, p.69). Ela vai dizer:

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Heleieth Saffioti, 1987, p. 60).

E assim Heleieth Saffioti vai construindo sua crítica tratando da dominação-exploração analisando patriarcado-racismo-capitalismo enovelados (nó/novelo).

⁴² O mais adequada não é em razão de não haver a possibilidade da mobilização do conceito interseccionalidade para alcançar meu objetivo. Faço a opção porque o conceito do nó foi elaborado por uma autora brasileira feminista marxista e por isso fiz a escolha. Também por entender que ainda é um conceito aplicável à realidade atual, mesmo que cunhado na década de 1980. O conceito interseccionalidade foi forjado pelo feminismo negro estadunidense (Kimberlé Crenshaw em 1989) e é bastante utilizado no Brasil para dar conta de investigar a estrutura relacional de opressão que envolve raça-classe-gênero. É como explica Carla Akotirene (2020, p. 51) que inclusive é contra a troca semântica de feminismo negro por feminismo interseccional: “A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico. [...] Precisamos compreender cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade. Para nós, mantermos o feminismo negro é dizer que a interseccionalidade denota riqueza epistêmica, que desta vez não será tirada da diáspora africana. O feminismo negro substituído por feminismo interseccional equivale vale explorar a riqueza intelectual da África e chamar isso de modernidade.”

Cada feminismo na história veio trazendo suas denúncias e revolucionando vivências⁴³. Há compromissos intrínsecos aos feminismos, mas os debates podem encontrar conformação e estabilização.

Helena Vieira (2018) problematiza a estabilização das verdades sobre gênero e corpo nos feminismos e como esta questão reflete na estabilização das relações de poder no mundo. Ela vai dizer:

A estabilidade das identidades, a totalização das formas de ser, a captura dos corpos e subjetividades são os processos que estabilizam o mundo. Entre todas essas categorias, o gênero é a principal. De saída sabemos: ou se é homem ou mulher, não há outra categoria, supõem alguns, de inteligibilidade para os corpos. O olhar do mundo, do outro e das instituições buscará em cada sujeito um signo que o revele homem ou mulher. Na ausência de signos evidentes, agem as instituições (Estado, Igreja, família, medicina, justiça) produzindo e revelando “signos ocultos”. (Helena Vieira, 2018, p. 351)

Os feminismos que desestabilizam gênero e sexualidade são necessários para atingir a totalidade da exploração sobre os corpos. O transfeminismo nos abre o olhar no tocante às múltiplas exclusões e opressões do CISTema capitalista. Se a humanidade do ser humano é diversa, a resposta não pode ser única e universal.

Bia Pagliarini Bagagli, citada por Helena Vieira (2018, p. 354), afirma:

Uma das maiores contribuições teóricas do transfeminismo para pensar as relações de gênero diz respeito à crítica ao cissexismo. Se a produção dos discursos cissexistas é social e histórica, ela é passível de entrar em contradição e transformação, já que não são dados previamente imutáveis e tampouco resultados de uma pretensa verdade inscrita em alguma ordem biológica.

Por estas razões interessa-me ouvir mulheres silenciadas e marginalizadas na história: a travesti e a mulher trans. Essas mulheres que representam o que Letícia Nascimento (2021) expressa como a Outra da Outra da Outra podem redimensionar teorias e categorias a partir de sua dominação-exclusão e insurgência.

O direito também tem papel de conformação e estabilização com sua ideia de regulação em busca de pacificar a vida em sociedade, mas aqui na tese ele é contestado. A luta e conquista de direitos pela comunidade LBTT+ pode trazer conformação e estabilidade do debate crítico ao CISTema capitalista, mas o marxismo auxilia a romper.

⁴³ Carla Fernandes (2021, p. 115), falando sobre a potência do feminismo, diz: “É assim que o feminismo trabalha nossa alma: ele nos desperta reflexões e questionamentos que transformam nosso olhar para o mundo, para nós e para as outras pessoas. E então o que parece apenas uma nova e sutil mudança de compreensão da realidade promove uma verdadeira revolução em nossas vidas.”

Ana Lia Almeida (2016, p. 181), refletindo sobre o direito⁴⁴, diz:

É verdade que alguns socialistas o propuseram, especialmente no contexto do debate soviético sobre os rumos do direito com a revolução russa (sobretudo após a fase político-ideológica stalinista). Mas a esperança de que o direito seja finalmente “justo” em algum lugar da história foi difundida principalmente pela socialdemocracia. Alguns reivindicam tal associação entre marxismo e “direito emancipatório” a partir de leituras atravessadas de marxistas como Gramsci¹⁴ e Thompson¹⁵, mas é inconsistente tal reivindicação. Os que assim procedem descolam certas análises destes autores de seus quadros teóricos.

A minha reflexão se dá nessa mesma linha de compreensão sobre o direito. Se dá em negação à conformação, apesar da complexidade de se estar em um modelo de sociabilidade e apoiar sua análise em teorias de superação do modelo e do próprio direito⁴⁵. Por esta razão é fundamental entender o processo histórico em que o direito com suas dicotomias passa a ser crucial para a existência em sociedade. Mais uma vez Ana Lia Almeida (2016, p. 181) explica:

No entanto, como deveria ser óbvio, o direito não é algo eterno, desde sempre presente nas sociedades. Como todos os complexos da vida social, ele possui uma história. O desenvolvimento das relações sociais que resultaram na necessidade desse âmbito de regulamentação responde a uma questão colocada num dado momento histórico: a divisão da sociedade em classes. As próprias necessidades históricas do desenvolvimento da sociedade de classes fizeram com que esta regulamentação assumisse uma forma específica com a consolidação do capitalismo. Para ir além desse cacoete tautológico e entender as funções que o direito cumpre na sociedade de classes, é necessário compreender a história dessa sociedade, o longo processo histórico que resultou na necessidade do direito.

Divisão da sociedade em classes, direito e capitalismo guardam relação que explica exclusão de certos corpos. Há reserva de espaços operada pelo capitalismo que importa questionar a partir das excluídas, das não-sujeitas de direito. Neste cenário, não só o marcador gênero se destaca, mas raça, deficiência, corpos periféricos e classe são evidenciados, como se registrou no último relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):

Em relação a comunidade trans, ao falarmos do marcador social da diferença “classe” torna-se, acima de tudo, lançar luz sobre os problemas sociais que alcançam de forma desproporcional essa parcela da população, especialmente pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, e que

⁴⁴ Em sua análise marxista, Ana Lia Almeida (2015; 2016) vai dizer que as análises de Karl Marx a respeito do direito são intrusas, posto que incomodam, como são intrusos no mundo das benesses jurídicas os/as sujeitos/as que ela estudou - trabalhadoras e trabalhadores -, bem como, no campo jurídico, assessoria jurídica popular que se coloca ao lado dos trabalhadores.

⁴⁵ Em sua análise marxista, Ana Lia Almeida (2015; 2016) vai dizer que as análises de Karl Marx a respeito do direito são intrusas, posto que incomodam, como são intrusos no mundo das benesses jurídicas os/as sujeitos/as que ela estudou - trabalhadoras e trabalhadores -, bem como, no campo jurídico, assessoria jurídica popular que se coloca ao lado dos trabalhadores.

colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências. O Estado não tem sido apenas omissor, mas, também, é agente direto de diversas violações e violências contra pessoas trans. (Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, ANTRA, 2022, p. 45)

Dados da ANTRA apontam desigualdade e problemas tanto na sexualidade quanto no trabalho. A empregabilidade – inclusão no mundo corporativo – continua sendo uma barreira. Apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais. A restrição ao acesso às ocupações em geral destina 90% das travestis e mulheres trans a viverem alguma experiência no trabalho sexual. (Bruna G. Benevides e Sayonara Naider Bonfim Nogueira, 2021 citadas por ANTRA, 2022) E é exatamente nas profissionais do sexo que se concentram a maior parte dos assassinatos; sendo pelo menos 78% no ano de 2021. (Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, ANTRA, 2022, p. 47) Vale registrar que são as travestis e transexuais negras as mais assassinadas⁴⁶.

Mesmo que em minha pesquisa eu não estude a prostituição em si, é questão relacionada à discussão de classe e como a sexualidade também entra no processo de mercadorização. As travestis e mulheres trans ocupam um lugar específico dentro do capitalismo, na divisão do trabalho. Fenômeno que também está relacionado ao modelo de casamento burguês, entre homem e mulher, que formam uma família monogâmica. Refletindo sobre a mulher frente ao capital, Paulo Ricardo Opuszka e Tuany Baron de Vargas (2020, p. 453) vão dizer que:

Por outro lado, não se submetendo o homem a um modelo que ele mesmo impôs para manutenção de sua propriedade, a prostituição, no marco do modo de produção capitalista, é a sombra projetada desse modelo familiar. Se para o fenômeno econômico a mulher inserida na família monogâmica lhe serve como esposa e mãe, a prostituta é aquela que deverá servir aos desejos masculinos não submetidos ao regime familiar estabelecido. E mais que isso, – apesar do vulgarmente afirmado sobre ser a prostituição a profissão mais antiga dos tempos, até mesmo anterior ao capitalismo – no modo de produção capitalista, assume uma característica determinante: o lucro obtido pela cristalização de arranjos sexuais em que a dominação das mulheres era central.

E sobre a contribuição do marxismo nessa discussão, registram Paulo Ricardo Opuszka e Tuany Baron de Vargas (2020, p. 453 e 454):

⁴⁶ Na apresentação da entrevista A vereadora insurgente com Erika Hilton, Bianca Santana (2021, p. 8) diz: “Não nos contamos só por nossas cicatrizes. [...] E, se as cicatrizes não nos definem, tampouco podemos ignorá-las. Assim como precisamos repetir que mulheres negras trans estão mais expostas à opressão e à violência que mulheres cis. Mesmo quando são eleitas.”

Muito embora Marx e Engels não tenham realizado uma teorização completa da(s) opressão(ões) impostas às mulheres, o marxismo clássico contribui de sobremaneira para o pensamento crítico acerca da função da família e do papel que as mulheres cumpriam dentro (e fora) dessa instituição. A partir de tais críticas, e a partir de concepções particulares de liberdade, igualdade e sexualidade, contribuíram para a problematização das formas de mercantilização que estava submetidas as trabalhadoras e, especialmente, para esse estudo, a prostituição.

Quando Monique Prada (2018) faz sua defesa⁴⁷ da prostituição como alternativa laboral e luta por direitos, ressalta a diferença da situação das travestis e mulheres trans; estas que têm na prostituição uma atividade compulsória, não uma alternativa.

A situação é outra quando falamos de mulheres trans e travestis. A maioria delas são expulsas de casa pelas famílias bem cedo e rejeitadas pelo mercado de trabalho formal. Assim, entre elas, a prostituição é quase sempre compulsória, ainda que também seja reconhecida por algumas travestis como seu espaço primeiro de construção de afetos e de reconhecimento de identidade. Um espaço no qual, segundo Amara Moira, “seus corpos são aceitos e não é necessário existir legislação específica para que tenham seu nome social e gênero respeitados”.

[...]

Aqui, a luta deve ser contra a transfobia e pela inserção da população trans no mercado de trabalho, permitindo que exerçam a prostituição se desejarem, mas não como única alternativa de sobrevivência.

(Monique Prada, 2018, p. 60-61)

Há diferença também dos lugares para exercer o trabalho, que as mulheres cis podem exercer em casas e boates, enquanto “o espaço reservado às travestis é quase sempre o da prostituição precária nas ruas, o que possivelmente contribui para aumentar o risco de agressões e a insegurança.” (Monique Prada, 2018, p. 61)

Diante desse quadro, refletir criticamente sobre a nossa sociedade a partir da vivência das travestis e mulheres trans excluindo classe ou raça ou gênero não dá conta de uma compreensão adequada.

Os dados que a ANTRA vem expondo em seus relatórios de pesquisa nos últimos 5 anos (desde 2017) apontam a continuidade da violência e exclusão sobre os corpos das pessoas travestis/trans. É como nascer condenada a trilhar uma mesma

⁴⁷ Reflete Monique Prada (2018, p. 59-60): “Numa sociedade em que uma mulher branca recebe cerca de 30% menos que um homem branco pelo mesmo trabalho - a disparidade entre os salários de um homem branco e de uma mulher negra para a mesma atividade é ainda maior -, sem esquecer da dificuldade de inserção e de ascensão das mulheres no mercado de trabalho formal, o trabalho sexual costuma ser, entre os trabalhos informais, aquele que melhor remunera as mulheres, mesmo as que têm pouco estudo ou qualificação. [...] É por isso que banir o trabalho sexual da face da Terra é uma péssima ideia: seguiríamos expostas às mesmas necessidades e nossa única ou melhor alternativa laboral estaria extinta. Nossa luta, neste sentido, deve continuar sendo para acabar com a pobreza no mundo. A pobreza é degradante, violenta, humilhante e empurra as mulheres para os trabalhos precários, dos quais o trabalho sexual é apenas um.”

história, comum a tantas mulheres que experenciam ser travesti e mulher trans neste país. As que vivenciam o gênero feminino são as que mais sofrem violência. Este dado também me inquieta enquanto pesquisadora.

De acordo com o último relatório da Transgender Europe (TGEU) lançado em 2020, que analisa o **ranking mundial de assassinatos de pessoas trans** pelo mundo a partir dos dados coletados em pesquisas como a nossa no Brasil, **98% das vítimas de assassinatos globais são pessoas que vivenciam o gênero feminino**. Esse dado aponta para como o gênero é um dos fatores centrais que colocam essa parcela da população em risco aumentado de violências e de serem vítimas de assassinatos. (destaquei - ANTRA, 2021, p. 15)

Como (re)existir sendo um corpo excluído da liberdade e da igualdade de escolha sobre espaços a ocupar, sobre trabalho, sobre qual banheiro pode usar, sobre o próprio nome (ou nome próprio), sobre afetividade e, inclusive, sobre se vive ou se morre⁴⁸? O não-lugar e o não-trabalho formal de travestis e mulheres transgêneras, podem ser problematizados a partir da crítica ao sujeito de direito e à sujeita universal do feminismo? A crítica ao capitalismo precisa de estudos amplos sobre o funcionamento da dominação-exploração/exploração-dominação, onde todos os corpos sejam inseridos na discussão.

A expulsão por suas famílias e como as travestis e mulheres transgêneras se mobilizam para sobreviver, também oferecem a possibilidade de fazer crítica ao direito, que fomenta e sustenta por suas categorias universais e absolutas – como o sujeito de direito – a exclusão de alguns corpos. Os corpos das travestis e mulheres transgêneras podem auxiliar na compreensão da farsa que é a categoria sujeito de direito. O sujeito de direito universal, igual, absoluto, legitimou a violência perpetrada às não-sujeitas. Esta categoria necessita ser o mais tensionada e problematizada possível dentro do próprio direito.

Marxismos e transfeminismo fornecerão a crítica mais pertinente, ao meu sentir, ao desmascarar o embuste, que o próprio feminismo criou através da sujeita universal e que vertentes mais radicais do feminismo insistem em perpetuar. A aproximação de ambos também possibilita realizar uma discussão que envolva sexo/gênero e heteronormatividade sem desatrelar da estrutura político-econômica

⁴⁸ Bruna Benevides e Neon Cunha (2021, p. 15) dizem: “Vidas insistentemente escritas como abjetas, matáveis, fora da norma e que, portanto, merecem aquilo que enfrentam, reduzidas em sua capacidade de existir entre os normais, tendo sua humanidade negada, descaracterizada. Como consequência, cria-se um processo que afasta a possibilidade de sentirmos compaixão. Uma vida mundana, perversa, pervertida e doente (sic). O que lhe resta, sob a ótica religiosa, é o pagamento do pecado: a morte.”

que se quer criticar: o capitalismo e como este contribui para a manutenção da dominação através da transexploração de corpos. A mesma universalidade criticada do sujeito de direito é a universalidade da mulher original do feminismo, também criticada por variadas vertentes dentro do feminismo.

Mobilizar marxismos para criticar universalidade enfrenta desafios. Há entendimentos que criticam o marxismo e o método materialista-dialético em razão de suas características totais e universais. No entanto, quando Jaime Osório (2013) enfrenta esta “contradição”, explica que há “diversos capitalismos”, como o próprio Jaime Osório (2013, p. 57) aduz:

O universal do capitalismo, em seu desenrolar *histórico*, deve ser pensado na realidade efetiva dos particulares que tomaram forma em seu desenrolar, como a conformação do capitalismo em um *sistema mundial* e com diversos capitalismos *operando de modo diverso na acumulação mundial*, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes. O capitalismo se constitui dessa forma em *universalidade diferenciada*, o que exige *novos conceitos* e *categorias* para ser apreendido, na medida em que nesse desenrolar se integram processos e relações que redefinem o universal, e porque os particulares geram diversidade real, novidade efetiva do distinto, fazendo do capitalismo uma *unidade do diverso*. Em outras palavras, os particulares, por sua relação diferenciada na acumulação do capital em escala mundial, geram, por sua vez, *formas internas particulares de reprodução do capital*. Dar conta de explicar a originalidade dessa reprodução no capitalismo dependente, em sua imbricação com o capitalismo central, é a tarefa que Marini procura resolver em *Dialética da dependência*. (Jaime Osório, 2013, 57 e 58)

Esta explicação, aliada à análise de Ricardo P. Pazello (2014) dos movimentos populares e seu afastamento de rasas noções críticas sobre possíveis determinismos na análise marxista, tendo a crítica latino-americana como um dos fundamentos do direito insurgente, alcança a complexidade dinâmica da sociabilidade capitalista.

Ricardo P. Pazello (2014) vai falar da produção da vida e a utilização do conceito de “classe social” e suas várias possibilidades. Estas várias possibilidades permitem estudar os marcadores sociais de diferenças (“os cortes estruturais da sociedade”, como escreve Ricardo P. Pazello - 2014, p. 27).

Os cortes estruturais da sociedade representam o conjunto de relações marcadas pelas inerentes formas de classificação social havidas sob o sistema mundial capitalista moderno e colonial.

[...]

A menção a “estruturas”, aqui, não importa adesão a nenhuma espécie de estruturalismo nem tampouco, em termos de marxismo, a um reducionismo de compreensão da realidade social à metáfora dicotômica infra-superestrutura (sobre a qual também falaremos no capítulo 3). Em verdade, os cortes estruturais da sociedade, tal como os utilizamos aqui, se referem a

um **entendimento continuamente relacional a respeito dos fenômenos sociais**. Os cortes estruturais aos quais nos referimos são os de **classe, os de raça/etnia e os de gênero** e, mais do que meros marcadores de diferenças, consubstanciam-se em relações sociais magnetizadoras das complexas polarizações que caracterizam a sociedade capitalista (e, portanto, moderna). (Destaquei - Ricardo P. Pazello 2014, p. 27)

Como há uma possibilidade de crítica sobre a incoerência ou mesmo inconsistência em fazer uma crítica marxista, com sua centralidade no trabalho, para analisar corpos e situações identitárias, trago mais uma vez Ricardo P. Pazello (2014, p. 32) quando afirma que “entre trabalho e identidade reside uma falsa dicotomia, uma vez que, para o debate marxista, são complementares.” Mesmo que entenda que a distinção é válida e a discussão dos movimentos populares é debitária do que marcou historicamente demandas sociais - que no século XIX centraram-se em questões sindicais, partidárias etc., e que, posteriormente, foram atualizadas por novas demandas, como as territoriais e identitárias -, “na América Latina, classe e identidade imbricam-se, ao menos sob um ponto de vista “popular” como bloco histórico dos oprimidos.” (Ricardo P. Pazello, 2014, p. 32)

A “falsa dicotomia” de Ricardo P. Pazello (2014), Amanda Palha (2019), que estuda aproximações entre marxismo e transfeminismo, chama de “falsa oposição”.

São frequentes, dentro e fora do marxismo atual, as críticas às chamadas “políticas de identidade” ou ao identitarismo de movimentos políticos. Surge também, na vulgarização dessa discussão, uma falsa polêmica apoiada numa também falsa oposição entre “identidade” e “classe”, que ofusca um conjunto de questões promissoras a serem desenvolvidas na teoria e na prática anticapitalistas. (Amanda Palha, 2019, p. 39)

Amanda Palha (2019) entende ser de grande potência as contribuições de mão dupla entre marxismo e a ação política transfeminista e/ou transfeminismo e ação política marxista. E compreende como um processo normal que os movimentos populares se organizem a partir de suas próprias demandas. Sobre essa questão Amanda Palha (2019, p. 42) vai pontuar:

Como qualquer movimento popular que se organize a partir das suas próprias demandas sociais mais imediatas, os movimentos de pessoas trans têm como objeto primeiro a vulnerabilidade e a precarização das condições de vida da maior parte dessa população. Ainda que grande parte delas seja compartilhada com o movimento feminista mais amplo, seus problemas guardam também relação estreita com a questão da ilegitimidade de suas relações com o corpo, sexo e gênero, fazendo da busca pelo reconhecimento - pela legitimação dessas relações - ponto nodal de suas ações.

É por esta razão que o direito insurgente, e sua compreensão relacional com os movimentos populares, influencia a tese.

Em quadro político-social de pânico moral que vivencia-se no Brasil, interessante admoestação de Sofia Favero e Pedro Ambra (2023, p. 15) sobre áreas do conhecimento e sua atualização: “Medicina, direito e antropologia são apenas algumas das disciplinas que estão sendo convocadas a se refazer diante do deslocamento provocado pelas identidades trans e travestis.”

O combate à transfobia e ao capitalismo faz parte dos objetivos do feminismo, sobretudo os feminismos que vieram em crítica ao feminismo clássico. Como afirma Cláudia Pons Cardoso (2019, p. 11): “Feminismo é um compromisso ético, político, teórico e prático com a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva antirracista, antissexista, antilesbofóbica, anti-homofóbica, antitransfóbica, anticapitalista.”

Parto do pressuposto que não se nasce condenado, torna-se condenado; do mesmo modo que não se nasce livre, torna-se livre. A insurgência, dentro dessa dinâmica processual, é um ato político de enfrentamento a esse destino material previamente traçado e reforçado pela relação jurídica. A luta por direitos (restrita à instância jurídica ou momento legal) importa, mas as comunidades formadas por oprimidos são um fértil lugar de levantamento sobre formas de existir fora da sociabilidade capitalista e da categoria sujeito de direito; e até de superá-la, mesmo que estejamos experienciando hoje uma evolução no modelo de Estado, vista de forma positiva, que é o Estado do bem-estar-social (ou Estado democrático de direito). Mas é dentro desse modelo atual “que a crítica jurídica marxista se reconfigura”, segundo Ricardo P. Pazello (2021, p. 131), e, entendo, essa reconfiguração pode vir através da ampliação de categorias marxistas como exploração e dominação realizada pelas “forasteiras da humanidade”.

2.4 CONSTRUINDO O PROBLEMA E A HIPÓTESE

O problema de fundo é a violência – exploração e dominação - na sociabilidade capitalista via construção de universais. A transexclusão é um problema social e científico que precisa ser estudado (aparência/essência) e combatido. Isto posto, duas perguntas desta pesquisa são: se considerarmos a categoria sujeito de direito dialeticamente, partindo portanto da aparência, o que a não-sujeita pode nos

dizer da essência dentro do mesmo movimento dialético circular⁴⁹? As *outrerdades* trazidas pelas não-sujeitas são viáveis para a ampliação do fenômeno exploração-dominância dos estudos marxistas e para fazer crítica aos universalismos? O que a democracia e os direitos humanos entregaram às nossas sujeitas?

Observar a vivência das travestis e mulheres trans, narrada em versos, canções e em outros registros como blogs, redes sociais e livros, permite refletir sobre a insurgência e onde deságua: na autodeterminação, na violência das categorias universais e seu desuso. **Minha hipótese é esta:** Encontrarei na insurgência das superexploradas, no confronto, um fazer a si e em si⁵⁰; e essa autodeterminação é um caminho de crítica e reflexão viável para ampliar o enfrentamento ao capitalismo na atualidade (falo das democracias contemporâneas sob a face neoliberal) e aproximar transfeminismo e marxismo. Mas o fazer a si e em si não anula as Outras. Aposto na alteridade da confluência, não do afastamento, dentro de um movimento dialético circular, onde, em retorno, a outra da outra da outra volta para agregar todas as Outras e desnudar o vazio do sujeito de direito e dos demais universalismos.

A autodeterminação é o “se faz” de Leticia Nascimento (2021); a insurgência é “no confronto”; lembrando aqui a citação de inspiração: “Rompendo essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas.” (Leticia Nascimento, 2021, p. 20). As travestis/trans dizem do desuso das regras porque nunca usufruíram o mesmo espaço que os universais, posto que são “forasteiras da humanidade”. São forasteiras do direito também. São forasteiras do direito ao nome, forasteiras do direito à família, forasteiras do direito ao trabalho, forasteiras do direito à saúde, forasteiras do direito à paisagem, forasteiras do direito ao afeto, forasteiras do direito à vida. Mas sempre re-existiram contrariando a ficção real de que não existiam (o artifício da invisibilização, que é concreto e real, de sua existência na sociedade).

⁴⁹ Circular porque a não-sujeita volta para encontrar frente a frente a categoria sujeito de direito.

⁵⁰ É como diz Jaqueline Gomes de Jesus (2022, p. 11): “Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoa trans é maravilhoso. Quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche. A transição entre como nosso corpo era, para a forma com a qual nós nos identificamos, é um nascimento: tornamo-nos nós mesmos. Engana-se terrivelmente quem acha que nossa jornada é para fora, ela é para dentro.” Para mim enquanto pesquisadora esta é uma explicação fundamental no fazer a si em si (está dentro dela mesma). Pode parecer (aparência) que o movimento de se fazer da travesti e da mulher trans é para fora de si (para encontrar o modelo “mulher cis padrão”; que também é uma aparência, diga-se neste momento); e/ou até que sua busca reforça o sistema gênero. No entanto, o movimento é para a sua própria verdade (que é única mesmo em meio às suas semelhantes) e pode fornecer chaves esclarecedoras para a compreensão de relações sociais e de superação das determinações sociais.

E esse confronto não é estanque. O rio (Letícia) que “*corre* veloz para *além* do vale” busca um lugar para além das regras impostas.

A hipótese veio da leitura do poema *Eu não* de Bernardo Enoch Mota (homem trans), 2017, p. 74:

Eu não odeio meu corpo.
 Eu não nasci no corpo errado.
 Não me venha falar que ele é inadequado.
 Se eu mudo é para melhorar o que sinto
 que possa ser melhorado.
 Se eu mudo é porque mudança faz parte da vida
 e eu não quero me sentir parado.

Nestes versos a mudança do corpo não é negada, é possibilidade; e aparece com o enfrentamento a não aceitação pela sociedade daquele corpo como ele o é (“*Não me venha falar* que ele é inadequado”), então Bernardo o aceita. Não há inadequação ou erro em seu corpo. “*Eu não odeio meu corpo*” apresenta uma pessoa que se coloca como sujeita, como alguém em si, mesmo fora de categorias fixas e universais (binarismo homem e mulher, no caso). Para mim os versos vão evoluindo para a autodeterminação dentro de um movimento dialético. Esse corpo expressa a dialética. Os diferentes pedaços são *todos* quem é Bernardo. Continua Bernardo Enoch Mota, 2017, p. 74:

Cada forma.
 Cada traço.
 São todos pedaços
 De quem sou eu.
 Comecei só como um rabisco.
 Agora estou transcendendo o padrão fabricado.
 E ninguém tem nada com isso.
 E não tem nada de errado.

Todo o “se fazer” e “no confronto” vai desaguar na autodeterminação e no desuso de categorias fixas (“padrão fabricado”). A travesti/trans vai dizer: “Não quero/preciso ser sujeita de direitos ou a mulher original do feminismo. Eu já sou em mim.” Ao fim e ao cabo é essa a hipótese que provoca a crítica dessa investigação.

2.5 ANUNCIANDO OS OBJETIVOS

Diante desse quadro, a tese tem por objetivo central: manejar a insurgência das travestis e mulheres transgêneras como crítica aos universalismos ampliando

horizontes de reflexão sobre a sociedade atual, via aproximação entre transfeminismo, feminismos dissidentes e marxismos.

Meu objeto de pesquisa não são as travestis e as mulheres trans - não há nenhuma pretensão em defini-las; irei ouvi-las -, é a sociabilidade capitalista com sua dinâmica atual de dominação e exploração, dentro da qual estão inseridas nossas sujeitas, tratadas na sociedade como não-sujeitas em razão da exclusão que recai sobre seus corpos. A exclusão violenta que incide sobre as travestis e as mulheres trans é meu recorte metodológico, por perceber que elas não conseguem mobilidade dentro da sociedade de classes, mesmo no modelo do Estado democrático de direito. Por quê? O que elas nos dizem sobre essa estrutura e dinâmica que pode contribuir na compreensão da socialidade capitalista hoje?

O objetivo central se desmembra em 5 (cinco) objetivos específicos:

1 - Situar os corpos das travestis e mulheres trans na exploração-domação capitalista;

2 – Pensar os feminismos e suas alteridades a fim de mediar confluências;

3 - Levantar opressões, insurgências e reconstruções a partir das falas/vivências das travestis e mulheres trans coletadas em poemas, músicas, depoimentos em perfis pessoais e narrativas em livros escritos por pessoas LGBTQ+;

4 – Retroalimentar as categorias marxistas exploração e dominação inserindo as outreridades do transfeminismo;

5 – Fazer uma crítica ao direito e ao ensino do direito, no perpassar argumentos e fontes de pesquisa⁵¹.

A fim de concretizar os interesses de pesquisa expostos, além deste capítulo metodológico, que é fundamental já parte do aporte teórico⁵², a tese terá mais dois capítulos.

No capítulo 3 parto de um estudo comparativo da categoria o Outro a partir de três⁵³ obras: O segundo sexo (Simone de Beauvoir), Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano (Grada Kilomba) e Transfeminismo (Letícia

⁵¹ Este último objetivo interessa-me especialmente por eu ser professora universitária em um curso de direito do Nordeste ainda muito conservador. A contribuição metodológica no estudo do direito também se relaciona a esta razão em particular.

⁵² Onde optei por trazer o marxismo, já problematizando a produção de violência aos corpos travestis e trans. Fazendo uso do olhar marxista no explicar a sociedade capitalista (com dicotomias imperativas como público/privado, homem/mulher, sexo/gênero), contestado o disfarce da realidade e sua contribuição na exploração de corpos fora do padrão normativo.

⁵³ Início com as três, mas no curso do capítulo outras autoras e obras de destaque serão exploradas com as devidas justificativas.

Nascimento). A ideia é perceber a atualidade da conclusão de Simone de Beauvoir que a mulher é o Outro, mas trilhar no sentido que caminharam as teorias feministas ao problematizar a categoria mulher e sexo, através de diferentes outridades (ou outreridades, como Letícia Nascimento chama). Ainda no capítulo 4 serão aproximadas discussões, nos feminismos, quanto aos corpos como construção normativa e sobre a alocação desses corpos no capitalismo e na luta anticapitalista.

O ponto de partida é a descrição da mulher essencial e sua alocação na história do feminismo, para depois apresentar os rompimentos, através de perspectivas que confrontam a mulher original do feminismo, como o feminismo negro, o feminismo decolonial e o feminismo lésbico. A ideia é descrever as teorizações no sentido de apontar as fraquezas teóricas da sujeita universal criada pelo feminismo clássico e confluências entre os feminismos. O corpo surge como uma categoria de análise crucial e que perpassa todos os feminismos, posto que sobre o corpo das mulheres as opressões e violências são construídas (o próprio corpo é uma construção normativa) e perpetuadas.

No que diz respeito aos feminismos, destaco que, mesmo havendo um levantamento de correntes variadas (negro, lésbico e decolonial), a fim de aproximar questões quanto aos corpos, alteridades, crítica ao feminismo clássico e ao capitalismo, não comprometo-me a resolver entraves teóricos entre os feminismos nem tão pouco apresentá-los como movimentos de superação teórica. Fiz uma opção pelo transfeminismo e pelo marxismo na tese para trazer uma possível contribuição à reflexão acadêmica.

No capítulo 4 é situado no tempo o nascimento do movimento das travestis no Brasil, descrevendo um pouco das lutas políticas e sociais, a fim de articular com a escolha de algumas mulheres que hoje preferem ser chamadas de travesti e não de mulher trans ou mesmo mulher. Há relevantes motivações históricas e políticas para esta predileção. O capítulo 4 também será construído para descrever como se movimentaram coletivamente em suas trajetórias a fim de (re)existir ao capitalismo e suas ferramentas, entre elas o direito. Vale dizer que todo movimento é válido como fonte de conhecimento sobre as vivências. Elas falam, lutam, unem-se. Usam o afeto, a poesia, a música, a moda, como forma de sair das margens. Elas são o rio e, ao chegar na foz, transbordam.

2.6 JUSTIFICANDO MINHA PESQUISA

Em 2021 li a notícia sobre Lorena Muniz, mulher trans de 25 anos, que ao tentar realizar cirurgia estética⁵⁴ teve seu corpo sedado irresponsavelmente abandonado em uma sala de cirurgia em meio a um incêndio. Lorena veio a falecer⁵⁵ em decorrência do abandono e inalação de fumaça e gás carbônico. Senti uma necessidade de olhar e ouvir mais desses corpos que são violentados e esquecidos.

Lorena Muniz morreu de morte matada e não de morte morrida, usando as expressões de João Cabral de Melo Neto na obra *Morte e vida severina*. Os dados do Brasil revelam que travestis e transexuais sofrem de uma mesma morte severina,

que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
até gente não nascida).
(João Cabral de Melo Neto, 2017, p. 92)

O poema utilizado como epígrafe da tese, além de ser de uma mulher ativista transexual travesti⁵⁶, o que tem um significado simbólico para mim, exprime em seus versos, mesmo que não rimem entre si, uma perfeita subsunção às vivências, às teorias de base e às categorias analíticas desta investigação. Patrícia Borges da Silva insere o não acesso ao trabalho em profissões que são escolha para grande parte das pessoas que não vivem existências de exclusão e apresenta a busca por subsistência já em tenra idade – 13 anos – como se maior fosse. Uma mulher que não pode estudar e trabalhar no que desejava.

⁵⁴ Uso a expressão cirurgia estética, mas registro o entendimento que as cirurgias de redesignação e cirurgias de implantação de silicone dizem respeito à saúde integral, que comporta o ser humano e suas complexidades existenciais como um todo.

⁵⁵ Na época, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), publicou nota sobre Lorena e sua morte, dizendo: “Cabe ressaltar que, de acordo com as informações de pessoas presentes no ocorrido, ela ainda estava sedada aguardando a cirurgia e ao ser abandonada pela equipe da clínica, acabou inalando uma alta quantidade de fumaça e gás carbônico, que ocasionou um agravamento na sua saúde. [...] Lembramos ainda que nas primeiras notícias veiculadas pela mídia sobre o incêndio na clínica, foi noticiado que não havia vítimas e também foram relatadas diversas tentativas de invisibilizar, atrapalhar ou ocultar a situação grave que acometeu Lorena.” (ANTRA, 2021, não p.)

⁵⁶ Escrevo transexual travesti porque assim ela se refere. “Meu nome é Patrícia Borges, sou mulher transexual travesti. Sou ativista da Causa Trans e Travesti.” (Memória Popular da Pandemia, [2021?], não p.) Disponível em: <https://memoriapopulardapandemia.org.br/transcender/> Acesso em: novembro de 2022.

Ah, sociedade, se você me desse oportunidade
Teria uma profissão
Seria doutora, advogada, até juíza
Mas quando era pra mim estar estudando

Eu estava sendo minha própria professora
Correndo atrás do pão de cada dia
13 anos de idade
Com responsabilidade de pessoa maior de idade.
(Patrícia Borges da Silva, 2022, não p.)

Patrícia Borges da Silva (2022), no poema, faz uma crítica ao imperativo normativo, que caracteriza a mulher pela genitália; e também expõe a hipocrisia da sociedade que a busca por prazer, mas também a quer morta.

Mais uma vez, essa sociedade normativa
Diz quem sou,
A todo momento me rotula.

Diz que tenho Pau de Mulher,
que muitos adoram o leite que sai dele,
mas junto sai libertinagem dessa sociedade
que me quer viva ou morta nesse sistema de clandestinidade,
fazendo manutenção da hipocrisia do mundo clandestino.
(Patrícia Borges da Silva, 2022, não p.)

É por esta situação que discutir a hiperssexualização desses corpos é relevante na minha pesquisa e pode ser estudada a partir do fetiche da mercadoria.

Nos últimos versos, Patrícia Borges da Silva (2022) apresenta a estrutura que a marginaliza e a joga à margem: o capitalismo. Estrutura esta que está no fundamento da crítica que busco fazer aos universais.

Direito do capitalismo com meu corpo,
sendo puta barata sem direito e cidadania
Que só tenho essa opção: ser marginalizada a cada instante.

Será que o problema está em quem vive à margem
ou com quem faz eu ficar nela,
nessa vida, me negando oportunidade de ser alguém.
Muitas morrerão, morrem por conta de ser quem se é.
(Patrícia Borges da Silva, 2022, não p.)

Dar visibilidade e unir-me às críticas que são levantadas a partir do lugar em que estão as travestis e mulheres trans é a grande justificativa e inquietação que sedimenta meu interesse de pesquisa. O impulso pelo tema é também por fazer parte da comunidade LBTT+ e desejar discutir na academia questões que ainda são escassas no direito.

O processo de construção da pesquisa foi longo e se deu ao observar suas experiências (seja em perfis pessoais abertos no Instagram, dados de relatórios de

associações, notícias em jornais, obras publicadas por pessoas trans etc.) e, paralelamente, cursar disciplinas no PPGD – Programa de Pós-graduação em Direito/UFPR (entre 2020-2022) em que teorias críticas foram estudadas (como pós-colonial, feminismos⁵⁷, marxismo, teoria da dependência). Minhas produções e publicações começaram a se concentrar na reflexão e uso dessas teorias.

Ainda em 2021 apresentei o trabalho Lorena, Kafka, corpos trans e travestis, e o direito (de existir), no I Congresso CRIM/UFMG: Gênero, feminismo e violência (agosto de 2021). Neste trabalho faço interface com a literatura, utilizando A metamorfose de Kafka como mote para a discussão das vidas trans.

No mesmo evento apresentei poema de minha autoria, ainda refletindo sobre corpos trans, a história de Lorena e o quanto o direito pode violentar através de seu silêncio.

O SILÊNCIO DO DIREITO

Onde tu estavas
Quando fui desespero?
Por quem falavas
Quando não me davam direitos?

Lacunar é também violentar
Quando te ocultas
Eu me perco
É isso o que jorra
Do silêncio do direito
Boca seca
Voz rouca
Grito interrompido
Por ruídos
Que ofuscam
Os esquecidos

Performo eu?
Performas tu!
Com falas obscuras
E tuas escusas

Quantas vozes silenciadas
Por tua fala rebuscada
Quantas vidas em sequela
Por tuas paredes austeras

⁵⁷ Apenas como observação, o transfeminismo não foi abordagem tratada, mesmo que as disciplinas cursadas tenham trazido feminismos críticos como o negro e o decolonial. Até a abordagem *queer* foi discutida. Naturalmente que as escolhas das autoras e textos dizem respeito a uma maior aproximação do/a professor/a com as teorias em si, mas vale a informação para pontuar que o “ocupar a academia” que a professora Megg Rayara Gomes de Oliveira convoca em sua postagem (citada mais a frente nessa seção) no Instagram é necessária e urgente.

As lacunas do direito sempre me inquietaram e são muito eloquentes. Sobre as lacunas históricas do direito quanto ao trabalho no âmbito doméstico publiquei em 2021 o artigo *O que habita o silêncio do direito?*⁵⁸ em que problematizo a omissão legislativa na regulação de direitos trabalhistas básicos como limitação da jornada de trabalho e pagamento de horas extras, que só em 2013 foram estendidos aos trabalhadores domésticos (às trabalhadoras domésticas seria mais apropriado, pois é trabalho realizado quase que em sua totalidade por mulheres).

Pensar cientificamente sobre as mulheres – cis e trans – esteve presente em outros artigos: *A carne mais barata do mercado é a carne negra: reflexões sobre o trabalho doméstico e o uso da perspectiva feminista decolonial*⁵⁹; e *Cidades transfóbicas: uma reflexão sobre invisibilidade e violências sofridas por mulheres travestis e transgêneras nas cidades brasileiras*⁶⁰.

A perspectiva marxista também foi manejada em paralelo, com destaque para: *A acumulação por espoliação nos negócios de plataforma*⁶¹; e *A superexploração vampiresca via algoritmos: os motoristas de aplicativo como depósitos de trabalho*⁶².

A menção aos trabalhos acima, publicados no biênio 2021/2022 são para demonstrar que as leituras exploratórias e produção do conhecimento já estavam alinhados às bases teóricas que são empregadas na tese: marxismo e feminismos (negro, decolonial e transfeminismo).

Ocorre que a construção do objeto de pesquisa em si foi lenta, tendo sido finalizada só em 2022, porque foi também uma desconstrução e reconstrução pessoal.

O transfeminismo, no percurso das leituras exploratórias para a tese, veio como um caminho epistemológico natural para pensar as existências das travestis e mulheres trans. O transfeminismo é fundamental por coerência e ética à pesquisa científica. O transfeminismo, epistemologicamente refletindo, é o narrar e explicar o mundo a partir de teorizações e vivências das próprias sujeitas, que se insurgem de ser apenas objeto de pesquisa. Pessoas, como expressa Amara Moira (2017, p. 11), que “foram feitas à revelia das regras.” Foram se fazendo por fora dos padrões

⁵⁸ Revista FIDES, v. 12, n. 1, p. 157-171, 9 set. 2021.

⁵⁹ IV Encontro virtual do CONPEDI (novembro de 2021).

⁶⁰ Revista FIDES, v. 13, n. 1, p. 101-120, 29 abr. 2022.

⁶¹ II Seminário Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica, organizado pelo grupo de pesquisa Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica, coordenado pelo Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro (setembro de 2021).

⁶² Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho - editada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), V. 8, N. 1 (2022): Janeiro-Julho.

compulsórios de existência, que não as atinge apenas na órbita sexual/gênero, mas as situa e destina lugares determinados dentro do CISTema produtivo e reprodutivo.

Amara Moira (2017, p. 11), ao prefaciá-la obra *Antologia Trans*, expõe essa realidade, ao dizer: “O só direito (dever) de existir à sombra, nós, olhares que não nos deixam, que se queixam, que nos encaixam em narrativas que não nos fazem jus.”

É importante o encontro metodológico com epistemologias que façam jus às existências de corpos que não cabem nas teorizações que são as hegemônicas no campo do direito.

O marxismo sempre esteve a percorrer escritos e reflexões, desde o mestrado no PPGCS/CCHLA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Centro de Ciências Humanas/UFRN, no entanto, ao conhecer o direito insurgente, conforme elaboração do professor Ricardo Prestes Pazello, o marxismo tomou uma outra dimensão, servindo de inspiração para a percepção que o direito e a luta por direitos não se resumem ao momento legal e podem ser narrados através da vida concreta dos oprimidos. Percepção e inspiração que também vieram das aulas do meu orientador – professor Paulo Ricardo Opuszka - sempre na insurgência e na crítica, fazendo a reflexão sobre o direito e no direito em articulação permanente com a filosofia, a psicanálise e a arte (mais especificamente a literatura e a música). Suas aulas são sobre vida e sobre método, sendo as leituras marxistas parte das possibilidades abertas através de seus conteúdos.

Sobre a importância e atualidade do objeto de investigação, recentemente, Djamila Ribeiro, na Folha de São Paulo (em 1/12/2022), ao tratar sobre mulheres e menstruação, utilizou as expressões “mulheres que menstruam” e “mulheres que gestam”, o que gerou inúmeras críticas por parte da comunidade trans (incluindo o IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros), caracterizando sua conduta como transfóbica e transexcludente. Uma mulher cis com a projeção e com o conhecimento científico que tem Djamila Ribeiro, produzir um texto que restringe mulher aos aspectos biologizantes, alerta para a necessidade de aprofundar e visibilizar o debate sobre a categoria analítica mulher. É preciso discutir na academia essa categoria como

produtora de violência nos seus mais variados tipos⁶³ (física, psicológica, simbólica e epistemológica).

É fato que já há uma maior abertura no campo jurídico às questões relacionadas à comunidade LGBTTT+, mas a desigualdade permanece, posto que estruturada para além do marcador sexo/gênero.

A relevância científica se dá pelo ineditismo de uma investigação em direito que relacione transfeminismo e marxismo, utilizando ainda como campo empírico a produção artística e narrativas bibliográficas de travestis e mulheres trans. Consulta no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem filtro de área conhecimento, realizada em 13 de julho de 2023, atesta a inexistência de trabalhos acadêmicos que comportem ambas vertentes teóricas (transfeminismo e marxismo). Em consulta, sem filtro de área conhecimento, apenas com a palavra-chave transfeminismo foram identificados 18 (dezoito) trabalhos acadêmicos, sendo apenas 1 (um) em Direito (e na UFPR), com os detalhes abaixo:

TABELA 1 – Detalhamento do único trabalho acadêmico com a palavra-chave transfeminismo

Título	Autor/a	Natureza	IES	Área do Direito	Orientador/a	Data da defesa
Perspectivas críticas sobre a tutela jurídica de pessoas trans: diálogos entre estudos (trans)feministas e direito	Francielle Elisabet Nogueira Lima	Dissertação	UFPR	Direitos humanos e democracia	Ana Carla Harmatiuk Matos	21/04/2018

Fonte: a autora (2023)

Os outros 17 (dezessete) trabalhos são nas áreas de conhecimento: Ciências Sociais (2), Antropologia (1), Psicologia (4), Letras (2), Sociologia (2), Serviço Social (3), Ensino de História (1), Políticas Públicas em Direitos Humanos (1) e Linguística (1). Após leitura dos resumos dos 18 (dezoito) trabalhos foi verificado que em nenhum

⁶³ A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece como conceito de violência: “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (Relatório Mundial sobre violência e saúde, 2002, p. 5) A OMS destaca o uso do poder, que engloba: “[...] a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos de auto-abuso.” (Relatório Mundial sobre violência e saúde, 2002, p. 5)

deles há viés marxista, o que, de fato, insere minha pesquisa no ineditismo dentro de temática ainda com poucas pesquisas acadêmicas.

Também fiz uma busca em direito com as palavras-chave travesti e transexual a fim de verificar algum estudo marxista, mesmo sem o uso do transfeminismo como aporte teórico. Com a palavra-chave travesti foram encontrados 2 (duas) teses e 5 (cinco) dissertações, sendo nenhuma delas com viés marxista. Já com a palavra-chave transexual apareceu um número maior, 38 (trinta e oito trabalhos acadêmicos), sendo 4 (quatro) teses e 34 dissertações. Mesmo havendo algumas repetições, todos os resumos foram vistos a fim de buscar pesquisa com viés marxista e apenas 1 (um) foi localizado. Trata-se de uma dissertação com o objetivo de analisar o Programa Transcidadania da Prefeitura de São Paulo com estudo de opressões de gênero na sociedade de classes. Dissertação de autoria de Thiago Clemente do Amaral e título A inserção de travestis e transexuais femininas no contexto da sociedade capitalista atual - uma visão marxista (defesa em 27/04/2018 na USP).

Ainda sobre a carência de pesquisas, em levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizado por Victor Sugamoto Romfeld (2022)⁶⁴, com uso das palavras-chave homofobia, lesbofobia, transfobia e LGBTfobia, com filtro na área do direito, foram localizados 29 (vinte e nove) trabalhos acadêmicos que têm a LGBTfobia como objeto de estudo; constatando o pesquisador a escassez de investigações dentro desse recorte. Apenas à título de informação, dentre os 29 (vinte e nove) trabalhos acadêmicos apenas 3 (três) tratavam da transfobia, sendo estudos excetivos dentro de um universo já de exceção.

Discutir opressões, na academia, a partir de epistemologias construídas por pessoas transgênero parece-me um caminho imprescindível. A transgerenidade tem muito a contribuir com a revisão/ampliação de categorias científicas ou mesmo com uma crítica à ciência (crítica ao direito no meu caso).

Megg Rayara Gomes de Oliveira, em seu perfil pessoal do Instagram, em 10 de janeiro de 2023, trouxe importantes considerações, que aqui reproduzo, iniciadas com grandes letras que diziam: “Que fetiche podre de pesquiSadores em ressuscitar nome morto e destacar o sexo heteroatribuído à travestis e mulheres trans.” E continua:

⁶⁴ Victor Sugamoto Romfeld registra que realizou a pesquisa em 15/11/2021, sendo essa a data de referência para a construção de suas tabelas informativas.

A insistência em saber nome morto e destacar o sexo heteroatribuído revela o quanto essas “pesquisas” estão a serviço da manutenção de discursos normalizadores.

Homens cis, via de regra, não produzem “pesquisas” sobre mulheres cis, pois os regimes de autorização estão devidamente estruturados.

No entanto, se sentem confortáveis e autorizados a se debruçarem sobre vivências e experiências de travestis e mulheres trans, negras e brancas, ignorando inclusive, o fato de que somos gênero feminino e que os debates devem obrigatoriamente dialogar com teorias feministas e transfeministas.

A fetichização continua e visões reducionistas e estereotipadas sendo atualizadas.

Ainda que as epistemologias trans sejam reais e palpáveis, não têm sido acessadas com a frequência que deveriam e em muitos casos, completamente ignoradas.

Analisando a quantidade de pesquisas produzidas por pessoas cis a respeito de travestis e mulheres trans desde a década de 1990 e os índices de violência transfóbica, é possível deduzir que pouco contribuíram para diminuir o preconceito e a discriminação contra nós.

As poucas políticas afirmativas dirigidas à travestis, mulheres e homens trans foram construídas pelo movimento social.

Ocupar a academia é preciso, assim como é urgente dizermos não!

(Megg Rayara Gomes de Oliveira, 2023, não p.)

Pontos relevantes para justificar a minha pesquisa que Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023) mencionou foram: a coerência das pesquisas com epistemologias feministas e transfeministas, o movimento social marcando a importância da prática e a urgência em “ocupar a academia”.

Em razão da onda neoconservadora⁶⁵ na atualidade e inflexão⁶⁶ dos já débeis direitos conquistados na instância jurídica, trazer à academia uma crítica à estrutura capitalista de sociabilidade a partir das oprimidas parece-me urgente e necessário neste momento histórico. Tomo o termo neoconservadorismo como o fazem Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020), que o mobilizam como referência teórica com atuação em dimensões variadas, adiantando neste ponto da tese a relação com o neoliberalismo e a juridificação da moral reacionária religiosa. Para os autores o conceito de neoconservadorismo “permite

⁶⁵ E a população transgênera tem sofrido os efeitos desse movimento reacionário. Os ataques são de todos os lados. No campo do direito, para dar um exemplo, há uma ofensiva legislativa, com um novo projeto de lei antitrans por dia. Fonte: <https://politicalivre.com.br/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa/#gsc.tab=0> Acesso em: julho de 2023. É um dado que inquieta e assombra. “O avanço, mesmo que parcial, da visibilidade positiva e dos direitos coletivos da população transgênera nos últimos anos em diversos países – incluindo o Brasil – acompanha, contraditoriamente, um movimento de reação que acaba reiterando velhos preconceitos contra essa população.” (Beatriz Bagagli; Thayz Athayde, 2023, p. 18)

⁶⁶ E o capital se movimenta afetando várias áreas do direito, precarizando vidas, sempre no propósito de acumular. Neste sentido, dizem Erick Alan Lima e Paulo Ricardo Opuszka (2017, p. 645): “Todas estas movimentações almejam, através da precarização dos direitos trabalhistas, viabilizar o crescimento econômico e a manutenção do sistema capitalista, [...]”

identificar as principais mutações e matrizes que caracterizam as ações reativas e contemporâneas de setores religiosos diante das mudanças nas formas de regular a ordem sexual.” (Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione, 2020, p. 27) Essa reação guarda relação temporal histórica na atualidade, sobretudo como resultado do fortalecimento de movimentos feministas e LGBTTT+.

Dito isto, marxismo e transfeminismo têm muito a contribuir na arena social com tantos interesses em disputa. Vejo em meu percurso investigativo a essência/aparência como um pano de fundo da minha tese, sendo o transfeminismo um complemento fundamental em uma união transgressora e revolucionária.

2.7 BEBENDO NA FONTE: SOBRE OS MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Para a caracterização de uma pesquisa deve haver coerência metodológica, conforme explicado por Fabiana Cristina Severi e Élide Lauris (2022, p. 55):

Um estudo não é caracterizado como feminista a partir da escolha determinada de um método de pesquisa específico ou outro. **As pesquisas feministas assim se caracterizam porque os processos de formulação de perguntas, coleta de informações, observação e construção de conclusões e resultados articulam métodos/técnicas de investigação a metodologias e epistemologias feministas.** As escolhas que fazemos dos métodos e das formas de organizar e desenvolver uma investigação expressam, sempre, a concordância com determinadas premissas teóricas sobre, por exemplo, a realidade social, sobre as pessoas e os grupos que fazem parte dela e, no caso das pesquisas jurídicas, sobre o que é o direito e como ele é aplicado. (destaquei)

A parte em destaque já vem sendo aplicada neste início de pesquisa e acompanhará a condução até seu final. Tudo realizado em um esforço teórico articulado ao marxismo e ao transfeminismo. A fim de levantar opressões, insurgências e reconstruções das travestis e mulheres trans, suas falas/vivências são coletadas em poemas, músicas, depoimentos em perfis pessoais e narrativas em livros escritos por pessoas LGBTTT+, conforme já tem havido uma interlocução deste o início da tese.

Neste item indico onde coletei a insurgência da outra da outra da outra quanto ao campo empírico. Foi um trabalho de campo em que não fiz uso de métodos mais comuns como a técnica da entrevista, a técnica do questionário e até mesmo a técnica

da observação. A coleta de informações⁶⁷ foi realizada em blogs, em perfis abertos do Instagram, canais pessoais do YouTube, em entrevistas disponíveis em sites e em livros escritos por pessoas LGTBTT+; além do levantamento de narrativas em poemas e letras de músicas a fim de verificar como as questões chave da pesquisa aparecem e até mesmo comparar as narrativas nas falas não artísticas e nas expostas através da arte. Que fique claro que não é para “ver” o direito (enquanto norma) nas narrativas, posto que não parto de um ponto de vista interno do sistema jurídico.

Entendo que ler poesia e ouvir música (ouvir e ler as letras) são exercícios de escuta com valor científico no direito. Mesmo que o eu lírico seja livre, podendo ser uma representação, seu uso pode ser uma atividade de reflexão acadêmica. Essa compreensão também se relaciona com os feminismos críticos ao feminismo eurocentrado e civilizacional. Da produção do conhecimento desses feminismos a arte faz parte, posto que representa um lugar de enunciação de narrativas diversas. Ao introduzir obra de sua organização sobre feminismos decoloniais Heloisa Buarque de Hollanda (2020) vai dizer da potência da poesia no questionamento dos saberes estabelecidos. Diz Heloisa Buarque de Hollanda (2020, p. 31): “A literatura como recurso político e transformador é cada vez mais avançada nos ativismos e espaços solidários periféricos.” E continua: “Uma leitura mais atenta dessa produção literária torna-se importante para a construção de nossas reflexões e práticas decoloniais.” (Heloisa Buarque de Hollanda, 2020, p. 31) Os imaginários representados via arte trazem da vivência concreta de mulheres periféricas. O destaque da expressão artística não muda quando Heloisa Buarque de Hollanda (2018) organiza obra sobre novos ativismos nas redes sociais e nas ruas (a quarta onda para quem assim explica os feminismos). “Feminismos da diferença”, como chama Heloisa Buarque de Hollanda (2018, p. 13). Nesta mesma obra, em capítulo específico sobre a poesia, Julia Klien (2018, p. 105) diz:

De 2010 para cá, intimamente ligada às recentes manifestações feministas, uma nova poesia escrita por mulheres, lésbicas e trans ganha força inesperada e se amplifica com rapidez. É uma poesia diferente, que surpreende, que interpela, irrita, fala o que quer, fala o que sente, o que dói, e se faz ouvir em saraus, na web, nas ruas, enfim, onde sua palavra chega mais alto. As poetas imprimem esse timbre em zínis, miniantologias, criam coletivos, pactuam com pequenas (grandes) editoras.”

⁶⁷ O uso desses espaços caracteriza o feminismo de 4ª onda, registra Heloisa Buarque de Hollanda (2018). Pessoas que não acessam outros espaços passaram a ocupar redes sociais como canais de registro de suas vozes e vivências.

Sendo minha pesquisa insurgente e antinormativa, penso que a arte pode ser uma fonte de coleta de dados explorada, mesmo sem me comprometer com uma análise literária analítica da poesia feita por mulheres. O que faço é capturar na escrita as outreridades que a abordagem teórica transfeminista estrutura e articular com meu objetivo investigativo.

Nesse quadro, é interessante notar as várias formas como o feminismo se expressa e se organiza. Ainda que algumas poetisas não reconheçam seu trabalho como poesia explicitamente feminista, a presença da perspectiva de gênero, do corpo e dos vários formatos de erotismo são estruturais em praticamente todos os textos da poesia pós-2013. (Julia Klien, 2018, p. 106 e 107)

O manejo da arte se dá desde a escolha da epígrafe da tese que é um poema de uma ativista trans/travesti (como ela mesma se define), bem como a apresentação da justificativa e a construção da hipótese (pensada a partir do poema de um homem trans) e navegará por todos os capítulos até a foz da tese, dentro de uma organicidade.

Feminismo é sobre diversidade e criatividade de métodos. Como métodos de investigação, sobretudo na parte empírica da pesquisa, a escuta das narrativas de formas diversificadas são utilizadas, até para se coadunar com a busca insurgente de conhecimento e formas de existência para além das formalmente indicadas como o lugar da verdade científica.

Mobilizo poemas por entender como Julia Klien (2018, p. 137) que “o feminismo hoje é uma experiência muito pessoal, muito política, muito intensa e, certamente, muito poética.”

Sobre a música é possível vislumbrar formas de expressão das mais diversas e também reconhecer mulheridades e vulnerabilizações específicas e não apenas experiências universais e uníssonas sobre o viver.

Julia de Cunto e Maria Bogado (2018, p. 179) dizem sobre o momento atual:

Para reconhecer as múltiplas expressões do feminismo na música hoje, não basta observar as palavras que as mulheres escrevem e cantam. A combatividade das mulheres se inscreve tanto na corporeidade quanto na disputa pela criação de sonoridades singulares. Mais do que suportes para a materialização das composições todas as técnicas utilizadas, a escolha dos instrumentos, os timbres, o uso da voz, o modo de produção e, principalmente, o corpo são reconhecidos como campo político e de invenção.

É preciso uma escuta atenta para extrair essa dimensão plural. “Enquanto algumas tematizam o feminismo de modo claro e objetivo, outras deixam a luta

feminista emergir de outras maneiras.” (Julia de Cunto e Maria Bogado, 2018, p. 179 e 180)

É possível sentir na música de Linn “Quem soul eu” (2021) essa anunciação de quem ela é, sua própria mulheridade entre tantas mulheridades e sua contestação ao binário, levantando-se como a “nova Eva que quebrou a costela de Adão”.

Eu abro a boca, eu mostro os dentes
 Eu abro a boca, eu mostro os dentes
 Eu canto, eu penso, eu danço
 Eu sento, eu sinto

E aqui faço
 Me movo, morro e renasço feito capim que se espalha
 Um pensamento cupim

Ou um vírus que contamina suas ideias
 Eu voo longe, alto eu vou
 Mas eu volto, longe, alto
 [...]

Muito prazer, eu sou a nova Eva
 Filha das travas, obra das trevas
 Não comi do fruto do que é bom e do que é mal
 Mas dichavei suas folhas e fumei a sua erva
 Muito prazer, a nova Eva

E eu quebrei
 A costela de Adão
 Eu quebrei (eu quebrei)
 A costela de Adão

A cantora Linn da Quebrada tem dois álbuns lançados: Pajubá (2017) e Trava línguas (2021). Desses álbuns foram selecionadas músicas com letras mais voltadas para a experiência da travesti, que apresentam relação com categorias teóricas já indicadas (opressão, exploração, aparência, essência, mulheridades, feminilidades, travestigeneridades, cisgerenidade, corpos, hiperssexualização) e com o “se fazer na insurgência”, que faz parte da crítica como objetivo central da tese. As músicas escolhidas de Pajubá (2017) foram Bixa Travesty, Serei A e a A lenda; do Trava línguas (2021) foram Eu matei o Júnior e Quem soul eu.

Por que Linn da Quebrada? Por perceber, ao comparar com outras artistas travestis/trans⁶⁸ da música e com grande projeção como Liniker⁶⁹ (vocalista do grupo

⁶⁸ Emprego as expressões assim juntas quando a pessoa se autorrefere de ambas as formas.

⁶⁹ Liniker tem grande projeção artística reconhecida. Com seu álbum solo Índigo Borboleta Anil, em 2022 se tornou a primeira artista transgênero brasileira a ganhar um Grammy Latino e falou entre lágrimas: “Sou uma cantora, compositora, atriz brasileira. Hoje algo histórico acontece na história do meu país. É a primeira vez que uma artista transgênero ganha um Grammy”. (G1, 2022, não p.) Fonte: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2022/11/18/liniker-se-torna-primeira-artista-transgenero-brasileira-a-vencer-um-grammy-latino-historico.ghtml> Acesso em: março de 2023

Liniker e os Caramelows), um ativismo mais explícito nas músicas que canta; não só em sua vida. Outro aspecto para escolher músicas de Linn da Quebrada é que o gênero musical que mais a representa, mesmo que cante em diversos ritmos (Julia de Cunto e Maria Bogado, 2018), é o funk. E o funk é um gênero musical periférico. O funk é “espaço crucial de disputa no campo da sexualidade” e “espaço consagrado da ocupação feminista”, como afirmam Julia de Cunto e Maria Bogado (2018, p. 189). Então a escolha tem coerência com a abordagem teórica das margens.

Mesmo com a opção das letras de Linn da Quebrada, registro outros nomes de destaque no universo de cantoras trans brasileiras, além de Liniker e Linn: Urias, Pepita, Kim Petras⁷⁰ e MC Xuxú. Pablo Vittar, Glória Groover e Aretuza Lovi são artistas da música também proeminentes e que abrem portas para as travestis e mulheres trans, mas se definem como drags. O espaço artístico para drags, travestis e trans tem sido um considerável lugar público de ocupação⁷¹ por corpos que sofrem exclusão em números alarmantes, como visto nos dados da ANTRA. Esses corpos levam expressão, representatividade e esperança quanto a trabalho em uma alternativa diferente da preponderante (trabalho no sexo).

Já quanto aos poemas, foram selecionados de forma preponderante⁷² da obra Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários (2017). O interesse se deu ao conhecer o que estava por trás da obra publicada pesquisando na internet. Trata-se de uma construção coletiva a partir de oficinas de poesia (Cursinho Popular Transformação em São Paulo) para pessoas trans e não-binárias. Não só os poemas já representam luta, mas o projeto em si é uma ação que une pessoas para superação da vulnerabilização de suas existências através da escrita de suas vidas, de seus olhares sobre a vida.

Lembrou-me o conceito de escrevivências de Conceição Evaristo. Ela vai dizer:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também.

⁷⁰ Fonte: <https://www.deezer-blog.com/br/cantoras-trans/> Acesso em: julho de 2023.

⁷¹ Ver notícia em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/feito-pablo-vittar-apos-estouro-da-cantora-veja-10-artistas-drags-trans-e-travestis-que-sao-apostas-para-2018.ghtml> Acesso em: julho 2023.

⁷² Outras músicas, poemas e arte em geral aparecem ao longo da tese.

Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. (Conceição Evaristo, 2020, p. 31)

Escrever sobre si e não ser apenas objeto de escrita, seja no texto acadêmico ou literário, é trazer a verdade da existência e marcar pertencimento. A própria Conceição Evaristo explica essa autenticidade ao falar da escrita de Clarice Lispector e do distanciamento da sua, mesmo que ambas literárias. Afirma Conceição Evaristo (2020, p. 34):

De Clarice me seduz a afirmativa de que “a aprendizagem da escrita está no mundo”. Concordo, mas substituo por “a aprendizagem da escrita está na vida”. Pois, foi da e na dinâmica da vida que observei os primeiros traços escritos, a primeira grafia, cuja página foi o chão. Observar o mundo é de grande valia, mas o meu mundo primeiro era tão comedido, tão pouco o meu universo, que tive de aprender a olhar o mundo pela profundidade e não pela extensão. E profundidade me trazia e traz o concreto, a vida com as suas mortes, a realidade confrontando o sonho; “os sonhos moldados a ferro e a fogo”.

[...]

Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência.

É uma escrita que parte do concreto específico e não da ideação abstrata sobre a experiência de vida. Penso que é desse lugar mais perto do chão, da realidade concreta, que escrevem as travestis e as mulheres trans. Seus versos também são escrevivências (não querendo usurpar termo tão caro para a escrita das mulheres negras, mas apenas tomando como empréstimo e iluminação reflexiva neste momento).

Conceição Evaristo (2020, p. 27) fala: “Construo poucos personagens brancos na minha obra.” Concentra sua narrativa em “espaços de exclusão”, como ela diz. E como uma escrita tão específica atinge a tantos? Conceição Evaristo (2020, p. 31) responde que “é a humanidade das personagens.”

Creio que é a humanidade das personagens. Construo personagens humanas ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam. Busco a humanidade do sujeito que pode estar com a arma na mão. Construo personagens que são humanas, pois creio que a humanidade é de pertença de cada sujeito. A potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa. (Conceição Evaristo, 2020, p. 31)

A escrevivência tem sido utilizada de forma científica. No artigo “Escrevivência como rota de escrita acadêmica” de Fernanda Felisberto (2020) ela reflete sobre escrevivência como método. Também Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine

Machado (2017) estudam o conceito de escrevivências, de Conceição Evaristo, como método de investigação e produção de conhecimento no campo da Psicologia Social.

Na obra *Becos da Memória* (2017), Conceição Evaristo reflete que, em uma escrevivência, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”. Isso se dá em um processo em que a autora se coloca no espaço aberto entre a invenção e o fato, utilizando-se dessa profundidade para construir uma narrativa singular, mas que aponta para uma coletividade. Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (s/d, em Cruz, 2017), refletindo sobre o conceito, considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si”.

(Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado, 2017, p. 206)

A dicotomia ficção-realidade (invenção-fato) é quebrada quando se pensa e escreve literariamente e academicamente à luz da escrevivência.

Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017) relatam autores que em vez de fortalecer a dicotomia ficção-realidade auxiliam em articulá-las através da valorização da ficção.

Sobre as potencialidades do uso da ficção na produção acadêmica, e buscando romper com a concepção dicotômica ficção-realidade, Luis Artur Costa afirma que “reinventando nossa realidade independente dos estados de coisas referentes, podemos torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao intrinchar suas tramas com novas possibilidades de relação. A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade” (Costa, 2014, p. 553). Melo e Godoy (2016, p. 30-31) reconhece a ficção como um modo de resistência presente na escrevivência evaristiana, ao passo que, na escrita, pessoas submetidas a situações de crise, podem encontrar modos de transpor os revezes e seguir existindo. Acrescenta: “o que veremos é que resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a escrevivência se torna um recurso de emancipação.” (Melo e Godoy, 2017, p. 1289).

(Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado, 2017, p. 206)

Emancipação e enunciação da verdade (por que não verdade científica?).

Trazendo analogicamente para nossas sujeitas de pesquisa, pensar a partir da escrita das travestis e mulheres trans (e LGBTTT⁷³⁺ em geral) as liberta dos estereótipos e desumanização descritos por Allan Penoni.

Como sonhar e, ao mesmo tempo, intervir? A poesia representou, para nós, a interface entre estas duas possibilidades de ação política. Ela é o discurso que emerge das doloridas vivências T em uma sociedade cisgênera, mas que se ergue em resistência, em potência. Consolida o domínio sobre a palavra e

⁷³ Uso LGBTTT – dois “tês” - para marcar a identidade travesti de forma separada do guarda-chuva Trans+.

sobre si. O poder não é algo que se atinge ao final de um caminho, nem é algo fora do nosso alcance. Ele está aqui, emanando de nossas articulações, nossos espaços e nossas palavras (Texto de apresentação da ANTOLOGIA TRANS, 2017)

A articulação entre a invenção e o fato como possibilidade de rompimento com a dicotomia ficção-realidade quando do uso da arte na produção acadêmica e esse “ao falar de si, falar dos outros” pode ser representada aqui na tese a partir da construção da música Eu Matei o Júnior de Linn da Quebrada. Ela escreve sobre o processo de lutar por sua identidade (Lina⁷⁴) “matando” Júnior. Refere-se a essa música em uma postagem no Instagram onde comemora emocionada a retificação de seu registro de nascimento, dizendo “Eu matei o Júnior em sacrifício para que eu pudesse estar viva hoje”. (Linn da Quebrada, 29 de dezembro de 2021, Instagram)

Em outra postagem, em 7 de janeiro de 2022, ela apresenta sua carteira de identidade com a legenda poética “& se trans for mar?? eu rio!!!”. Ela lavou-se.



IMAGENS 1 e 2 (captura de tela) - Fonte: Instagram

Na música Eu Matei o Júnior, lançada em 2021, ela descreve a luta “contra a correnteza” para se transformar em quem sempre foi. Precisou queimar para renascer das cinzas, “histericamente histórica e historicamente estoica”, ela vem como água (mais uma vez a água aparece, como em Letícia Nascimento). Lina está cá e Júnior está morto. Segue a letra (sem as estrofes repetidas):

Histericamente histórica
Historicamente estoica
Estou cá

Pedindo que você, se saia
Se top, se vingue, se manque
Se engane

⁷⁴ Lina Pereira dos Santos.

Para que eu possa voltar
 Histericamente histórica
 Historicamente estoica
 Estou cá

Para que eu possa voltar
 Da cor do barro, do berro
 Da prata, do preto, do ferro
 Erro

Eu vou vingar
 Quem mandou morrer
 Quem mandou matar
 (Júnior está morto)
 Para renascer das cinzas
 Antes teve que queimar

Arder
 Queimar, arder
 Queimar, arder
 E se trans for mar, eu rio
 E se trans for mar, água de torneira
 E se trans for mar, eu rio
 Contra a correnteza
 Pra me lavar

E se trans for mar, eu rio
 E se trans for mar, água de torneira
 E se trans for mar, eu rio
 Contra a correnteza

Pra me lavar
 Eu matei o Júnior
 (Eu matei)
 Eu matei o Júnior
 Se vaia
 Se traia

Eu matei o Júnior
 (Eu matei)
 Se traia
 Eu matei o Júnior
 (Eu matei)
 Se vaia

Eu matei o Júnior

A identidade e o nome estão neste mesmo contexto. Temos denunciadas duas dicotomias excludentes e opressoras que foram construídas e estão relacionadas: o binarismo homem/mulher com base no sexo biológico que reflete no nome. A dicotomia largamente repetida e utilizada de forma institucionalizada “nome civil/nome social” é em si uma violência, porque só há uma pessoa e, portanto, um nome: Lina. Este único é o nome com o qual a pessoa se identifica, como se dá com as pessoas cisgêneras. O outro nome não existe, está morto. Há uma dialética nessa

morte. Ela ressuscita a pessoa que sempre esteve ali. É morte e não é ao mesmo tempo.

Como das explicações sobre escrevivências e o uso da ficção na produção acadêmica, a música de Linn da Quebrada está conectada com a realidade e não só sua, mas das outras que vivem uma mesma experiência de vida.

O significado de escrevivência vem ao encontro das impressões sobre a obra *Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários* (2017) que Allan Penoni (2023, não p.) sente:

Os outros textos presentes na AT⁷⁵, os poetas abordam tópicos diversos. Uma coisa, entretanto, perpassa todos eles: nós, pessoas trans, queremos que ouçam nossas vozes quando o assunto é nossas vidas. Não queremos sempre estar no espaço do “outro”, do “estranho”, da “aberração”. Queremos o direito de conduzir as narrativas sobre nós *mesmes*.

E continua:

Veza por outra, a mídia direciona seu olhar sobre as pessoas trans: o homem trans da novela (interpretado por uma atriz cisgênera), a travesti que virou meme por causa de uma reportagem policiaisca, o escárnio às tentativas de neolinguagem que propõem desinências de gênero neutras...

Muitas das narrativas sociais construídas sobre nossas pluralidades se amparam no escândalo e na espetacularização de nossas existências. São esses os momentos em que a existência trans se torna mais um espetáculo para a sociedade — mas um tipo específico de espetáculo: o *freak show*.

[...]

Enquanto alguns encaram a figura trans com espanto e incredulidade, outros a interpretam como um monstro que desafia a natureza e a própria Criação. Em ambos os casos, o *freak show* cumpre com sua função de mostrar o *outro* como um espetáculo macabro e anormal, reiterando o *status quo* e as práticas sociais estabelecidas como o padrão a ser seguido.

Para romper com a espetacularização das nossas existências, é preciso, então, que nossas vozes superem a lógica do espetáculo.

(Allan Penoni, 2023, não p.)

É fundamental ouvir a voz e ler a escrita de quem está no lugar da exclusão e da precarização de suas vidas.

E sobre verdade científica, importa questionar: quem é o monstro? Adianta uma ciência que não olha para o movimento real do fenômeno? Questão que também envolve a chave aparência/essência. Feminismos e marxismos nos auxiliam no desnudar o monstro.

Karl Marx (2011) tem muitas metáforas para tratar da acumulação capitalista. Ele aponta o monstro/vampiro (o capital em sua dinâmica dominação-exploração/exploração-dominação) que não solta os seres humanos que necessitam

⁷⁵ AT é a abreviação do título da obra *Antologia Trans*.

vender sua força de trabalho “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar”, e desnuda o monstro através da dialética aparência/essência.

3 CAMINHANDO ENTRE ALTERIDADES EM BUSCA DE CONFLUÊNCIAS PARA UMA CRÍTICA QUE VENHA DA VIDA CONCRETA

“Além de travesti, sou uma mulher preta,
favelada e macumbeira. Carrego comigo
os significados de tudo aquilo que
eles mais odeiam,
mas não me apavoro.”
(Benny Briolly⁷⁶, 2022, não p.)

Na epígrafe acima, a parlamentar brasileira Benny Briolly traz variados marcadores de classificação social (gênero, raça, classe e até credo⁷⁷) que interessam à pesquisa e estão relacionados em nossa experiência permeada pela colonialidade. Traz também da coragem e enfrentamento do ódio arraigado em nossa sociedade, que ainda não tratou dos ressentimentos de classe, raça e gênero. Diz da complexidade da sociabilidade capitalista no Brasil, que precisa ser estudada em sua própria dinâmica.

Benny Briolly expõe sobre particularidades do seu ser que estão relacionadas com significados que seu corpo carrega (“os significados que *eles* odeiam”). Parto da perspectiva que os significados decorrem do desenvolvimento entrelaçado e simbiótico entre patriarcado-racismo-capitalismo⁷⁸ no Brasil.

Como eu disse na apresentação, é esta mulher que conduz meu caminho investigativo. E na construção deste capítulo não é diferente: ela é a motivação na apresentação da evolução na discussão da categoria mulher dentro dos feminismos, na atualização dos conceitos dominação/exclusão e na compreensão dialética da alteridade.

⁷⁶ A primeira vereadora travesti eleita em Niterói/RJ (em 2020).

⁷⁷ Este último que é articulado à raça, sabe-se. As religiões de matriz africana não são recepcionadas socialmente como a religião católica e as evangélicas. Este fenômeno também faz parte da construção forjada na matriz de opressão europeia (racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado). Carla Akotirene (2020, p. 39) registra: “Para o pensador decolonial Grosfoguel, genocídio e epistemicídio são estruturas modernas inseparáveis, tais quais sexismo e racismo. Logo, a partir da sua concepção, se as africanas e africanos nas Américas foram impedidos de pensar, orar ou praticar seus fundamentos, submetidos aos racismos epistêmicos religiosos e depois ao racismo de cor, o sexismo fez as mulheres serem queimadas como bruxas na inquisição, destruídas sob a forma de bibliotecas de oralidade, na Europa. Os indígenas, por serem seguidores da espiritualidade não-cristã do sistema do mundo moderno colonial, sofreram a matança que permanece aos não-brancos, implicações políticas esboçadas pelas intersecções coloniais dinamizadas por fluxos identitários. De lá para cá, esse padrão eurocêntrico restaurou prerrogativas cristãs, nacionalistas, racializadas da engrenagem do mundo moderno e responde teoricamente às problemáticas criadas por ele mesmo.”

⁷⁸ Imbricação que pode ser explicada pelo conceito do nó (esses elementos formam o nó) de Heleieth Saffioti (1987; 1997).

Sobre alteridade há estudos em variados momentos históricos e em ciências diversas. Isto porque o encontro é inerente ao existir. Simone de Beauvoir (2019, p. 13) vai dizer que “a categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência” e a “alteridade é categoria fundamental do pensamento humano.” No entanto, as alteridades não são iguais (nem quando se trata de observar a vida concreta nem quando estudamos as construções teóricas). Apenas a título de acréscimo nessa discussão, Salo de Carvalho (2015) em estudo sobre criminologia vai falar da criminologia de Si e da criminologia do Outro. A de Si não leva a mecanismos policiaescos e violentos de repressão por receber a alteridade, por compreender o crime como fenômeno normal em qualquer grupo social (que vem da violência que constitui a humanidade do humano, comum a todos, portanto). Isto leva a não se querer suprimir o Outro; mas sim opera-se uma identificação, um respeito a alteridade em sua diversidade. Já a criminologia do Outro não recebe a alteridade. Salo de Carvalho (2015, p. 325) assim explica:

O *visage* nos faz sofrer a presença da alteridade. Todavia o sentido comum que perpassa as relações sociais e constitui os mecanismos de repressão, ou seja, esta *criminologia do outro*, não concebe a recepção e o respeito por essa alteridade que me descentra, que me tira do lugar, transportando-me a outros e construindo novos lugares. A dicotomia gerada na base deste paradigma criminológico impede a relação entre o Um e o outro. Outro é alguém que deve ser apartado, contido, consumido, não olhado, calado.

Tomando de empréstimo essas considerações de Salo de Carvalho na criminologia e refletindo sobre as alteridades que trato aqui, vê-se que há possibilidades diferentes a partir da alteridade. O encontro prático e os encontros teóricos (falo das construções de teorias) criam alteridades e estas podem receber/perceber a diversidade ou não. Faz parte do movimento da alteridade o natural e o artificial, posto que também é preciso legitimação para práticas de aniquilação do Outro. Na criminologia reflete em construções teóricas que dão suporte à ação violenta do Estado, outros organismos não estatais e da sociedade em geral, bem como na estruturação de um direito penal punitivista. E, apesar dessas teorias criminológicas e penais serem ficções, são ficções reais. Fazem parte da experiência humana em sociedade e reflete nas relações intersubjetivas e dinâmica das instituições. Essa aparência/ficção real anuncia um ser específico para ser punido e que precisa ser eliminado. No entanto, a violência está espraiada na sociedade entre todos os seres humanos, não sendo expressada apenas por pessoas específicas.

Mas quando se estuda as punições em geral e encarceramento no Brasil aparece a essência que se oculta ou se mistura na aparência: vê-se o racismo estrutural⁷⁹.

Na organização da discussão sobre alteridade e feminismos neste capítulo, apresentarei algumas correntes do feminismo, partindo do que estou chamando de feminismo clássico e a mulher essencial por este produzida, para ir inserindo as contribuições dos feminismos que vieram como crítica a sujeita universal e ao capitalismo. Esta parte da tese abordará percurso teórico fundamental para alcançar meus objetivos investigativos. Trazer ao debate aporte teórico construído em vivências de dor e exclusão é parte do navegar teórico, que se encontrará com o transfeminismo no capítulo em sequência.

No evoluir das correntes feministas descritas neste capítulo, importa registrar que os rompimentos entre os feminismos, no mais das vezes, vieram em razão da compreensão da mulher de forma restritiva (excluindo as demais vivências: negras, periféricas, lésbicas, transgêneras etc.); da concentração na biologização; e do posicionamento acerca da principal contradição a ser enfrentada, como o é a centralização na contradição homem-mulher abstraído o modo de produção, ignorando diferenças de classe e necessidade de enfrentamento estrutural. Os alinhamentos filosóficos liberal e marxista demonstram esta bifurcação que conduz, em um caminho, mais a uma conformação reformista do sistema produtivo (abordagem liberal), ou, em outro caminho, uma postura de permanente crítica e movimento no sentido de superar o modo de sociabilidade posto (abordagem marxista), pois os aspectos econômicos, neste caso, importam, e a permanência do capitalismo impede uma libertação total das mulheres. Ou seja, muitos feminismos (e feministas) concentram a base de opressão em aspectos biológicos ou culturais, não relacionada a processos históricos⁸⁰. Nestes casos, se pode conseguir algumas conquistas no campo da instância jurídica, mas a estrutura de opressão não muda.

⁷⁹ Por racismo estrutural tomo o conceito de Silvio de Almeida (2021, p. 20-21) que diz ser “um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.”

⁸⁰ Que é uma compreensão que nos coloca como seres sociais determinados pelas relações sociais que nós criamos. Simone de Beauvoir (2019), se distanciando dessa perspectiva, diz que a alteridade que fez a mulher subordinada ao homem não ocorreu de um acontecimento ou desenvolvimento histórico. Ela diferencia a situação da mulher, da situação da diáspora judaica, da escravidão e da classe proletária. “Nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 15) Ela deixa clara sua perspectiva filosófica na introdução de sua obra: existencialista.

Neste capítulo vamos ouvir mulheres, separadas pelo tempo e por suas vivências, que lhes permitiu recontar relatos e construir teorias, a partir de seus silenciamentos e práticas políticas. Como diz Letícia Nascimento (2021, p. 54), “a marginalidade é um estímulo à criatividade.”

Este capítulo foi construído inicialmente a partir da leitura de três obras - O segundo sexo (Simone de Beauvoir), Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano (Grada Kilomba) e Transfeminismo (Letícia Nascimento) – que foram assim escolhidas em razão do entrecruzamento que Letícia Nascimento faz na obra Transfeminismo para chegar nas outreridades, sendo sua obra a minha principal referência epistemológica quanto ao transfeminismo. No entanto, outros textos base serão utilizados ao longo do capítulo, também para trazer mais autoras brasileiras à discussão⁸¹. Duas justificativas quanto aos textos que aparecerão no capítulo: a primeira é que são autoras/textos/obras reconhecidas como marcos dentro das vertentes do feminismo; e a segunda é que tratam da alteridade. Cada texto vai agregando elementos para a discussão sobre a alteridade, até chegar na outra da outra da outra. Como dito na apresentação da tese a alteridade é categoria significativa e que se mostra desde o título.

As leituras (e suas alteridades) - já na tentativa de superação da mulher original do feminismo - se resumem simbolicamente aqui na tese em duas interrogações, feitas por mulheres distantes na história, mas que partilham da afronta à concepção essencial e universal de mulher - que até confrontou o homem como absoluto, no entanto criou uma mulher também absoluta -, que reivindicava, por exemplo, liberdade para trabalhar, quando em outras vivências havia mulheres que sempre trabalharam⁸²: as negras, as periféricas.

Mobiliza Hegel, Heidegger, Sartre entre outros em seu levantamento de como a mulher foi retratada na filosofia e na história (sempre como o Outro).

⁸¹ Sobre a importância das autoras brasileiras, Heloisa Buarque de Hollanda (2019) registra com curiosidade e tristeza que, apesar da evolução na atualidade dos estudos feministas nas universidades, é comum o pensamento feminista brasileiro não ser incluído.

⁸² Diz Angela Davis (2016, p. 17): “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.”

Em 1851, nos Estados Unidos, Sojourner Truth⁸³ (mulher, escravizada e depois alforriada) discursa e questiona: “E eu *não sou* uma mulher?”. Letícia Nascimento (2021), um século e meio depois, intitula a introdução de sua obra *Transfeminismo* com outra pergunta: “E *não posso ser* eu uma mulher?”. Duas perguntas que guardam a intenção de romper com a invenção de um modelo de mulher, que se pretendeu universal. A primeira pergunta feita por uma mulher negra estadunidense que havia sido tornada escrava (escravizada) e a segunda realizada por uma travesti brasileira, negra e lésbica.

Irei transcrever trecho do discurso de Sojourner Truth⁸⁴, onde ela repete por algumas vezes a interrogação: “E eu não sou uma mulher?”

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e que têm que ser erguidas para passarem sobre poças e terem os melhores assentos em qualquer lugar. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama e nem me deu o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [*E ela ergueu o punho para revelar sua tremenda força muscular*] Tenho arado e plantado e ceifado, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu posso trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo comida – e também aguentar o chicote! E eu não sou uma mulher? Eu carreguei treze filhos, e vi a maioria ser vendida como escravo, e quando chorei minha tristeza de mãe, só tinha Jesus para me ouvir! E eu não sou uma mulher? (Sojourner Truth, 2020; Oliver Gilbert, p. 14 e 15)

O corpo de Sojourner Truth não é visto e tratado da mesma forma que o corpo da mulher branca. Por esta razão, vê-se a importância do corpo como categoria analítica no percurso teórico e prático dos feminismos. Corpo que, no capitalismo, em si é tratado como mercadoria e corpo do qual se extrai mercadoria⁸⁵.

⁸³ Sobre Sojourner Truth, diz Oliver Gilbert (2020, p. 24): “A pessoa retratada nesta biografia, Sojourner Truth, como ela agora se chama, mas cujo nome, originalmente, era Isabella, nasceu, o mais próximo que ela pode calcular, entre os anos de 1797 e 1800. Era filha de James e Betsey, escravos de certo coronel Ardinburgh, de Hurley, no condado de Ulster, Nova York.”

⁸⁴ Versão registrada por Frances Gage (1863), segundo a obra “E eu não sou uma mulher?": A narrativa de Sojourner Truth (2020).

⁸⁵ A escravização é um exemplo dessa forma de exploração da força de trabalho que se apropria do corpo. A prostituição ou o trabalho no sexo – fonte de renda imposta à grande maioria das nossas sujeitas na pesquisa – demonstra que trabalho também produz o sexo como mercadoria. O cliente paga não pelo corpo, mas pelo que aquele corpo produz colocando a mercadoria sexo em circulação numa troca de interesses (o erótico/pornográfico é um interesse que faz parte do humano). Se há, nessa negociação, a figura do/da cafetão/cafetina, o que a trabalhadora vende a estes é a sua capacidade de trabalho. Mesmo que o trabalho em si não seja na tese objeto de análise, é importante pontuar que as mercadorias sexo/erotismo/pornografia são também cruciais no capitalismo e certos corpos são construídos para que essa necessidade humana seja satisfeita voltando-se mais acentuadamente para estes, a despeito do interesse da pessoa que ocupa aquele corpo. Esta realidade é vivenciada historicamente por mulheres negras e por travestis, que sofrem uma hipersexualização de seus corpos e objetificação de seus corpos.

Mesmo tendo feito estas observações, registro aqui que há divergências teóricas nos feminismos e no marxismo na chave prostituição-trabalho (se é trabalho ou violência, se produz mais-valor).

Grada Kilomba (2019) fala desse olhar diferente para corpos do *sujeito negro*⁸⁶. As pessoas se aproximam do *sujeito negro* atrás de uma história exótica-erótica. Diz ela:

Isso é o que tem sido apropriadamente chamado de *primitivismo moderno* (hooks, 1992). Primitivismo, no sentido de que isso constrói o *sujeito negro* como “primitivo”, como aquele que está mais perto da natureza, que possui o que as/os *brancas/os* perderam e o que, portanto, as/os excita. Alicia torna-se então a personificação do exotismo e do prazer. (Grada Kilomba, 2019, p. 118)

Estas questões também inspiraram a forma de construção deste capítulo, que partirá da elaboração teórica de Simone de Beauvoir e seguirá com confrontos e confluências dentro do próprio feminismo.

A ideia é partir da categoria do Outro beauvoiriano e ir ampliando a discussão para passar ao transfeminismo – no capítulo seguinte - com suas contribuições teóricas e práticas sobre outreridades (mulheridades, feminilidades e travestigerenidades).

3.1 EIS QUE A OUTRA SE TORNA A MISS UNIVERSO: A CONSTRUÇÃO DA SUJEITA UNIVERSAL

Por que não começar pela obra considerada a “bíblia do feminismo”, como refere Mirian Goldenberg (2019, p. 5)? Então começo por uma obra tida notoriamente como clássica⁸⁷ quando se trata dos estudos feministas. No entanto, já aproveito para problematizar o que está por trás do que se intitula como “clássico”, pois o questionamento do que é ser uma mulher que está aqui simbolizado por uma mulher negra estadunidense data de um século antes da obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir. Ao observar mais de perto o fenômeno da construção do conhecimento no enfrentamento da opressão patriarcal vê-se outra opressão, que foi forjada no apagamento de vozes de mulheres que já estavam na luta prática e teórica contra a opressão.

⁸⁶ Mantive em itálico, ao usar Grada Kilomba (2019), os termos que a autora preferiu utilizar dessa forma ao traduzir sua obra do inglês para o português e perceber algum tipo de violência mantida pela linguagem.

⁸⁷ Heloisa Buarque de Hollanda (2019) aponta quatro pilares do pensamento feminista internacional e que influenciaram as reflexões sobre a mulher nos anos 1970 no Brasil: A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Friedrich Engels; *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir; A mística feminina, de Betty Friedan; e Política sexual, de Kate Millet.

Neste aspecto, Patricia Hill Collins (2019, p. 14) explicita o fenômeno que ocorreu com as mulheres negras e a ciência:

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa, as mulheres negras permaneceram em uma situação de *outsiders* internas, como indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas.

A situação (imposta) de *outsiders* excluiu, ao menos em um primeiro momento, o reconhecimento do pensamento dessas mulheres no mundo acadêmico e científico.

Feita essa observação, a partida é de Simone de Beauvoir, de sua obra *O segundo sexo*, publicada pela primeira vez em 1949, onde há a frase que abre o segundo volume e é largamente repetida “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, sendo referência para o feminismo e estudos de gênero. Ela contesta o que é a mulher e a feminilidade. “Em verdade, haverá mulher?” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 9)

Simone de Beauvoir (2019) vai dizer que a história humana foi construída com base na alteridade. “Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 13) Uma consciência é hostil a outra consciência. Explica: “[...] o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 14)

No entanto, quando não se trata dos sexos, como na luta entre nativos e estrangeiros, há a percepção que ambos são olhados como o outro. Aparece a reciprocidade, que rompe com a absoluta do Outro. Entre os sexos não há essa relatividade; há o único essencial. E Simone de Beauvoir (2019, p. 14), então, questiona:

Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Nenhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão na mulher?

Esse Um aparece em usar “Os homens” para fazer referência a todos os seres humanos, por exemplo; deixando marcado historicamente que o tipo humano absoluto

é o masculino. Neste sentido, diz Simone de Beauvoir (2019, p. 11-13), em alguns momentos de sua obra e que aqui reproduzo em destaque:

A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.

[...]

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.

[...]

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.

Em seu resgate histórico, Simone de Beauvoir (2019) vai dizer que para a mulher colocar-se como sujeita é recusar vantagens que a aliança com o homem fornece, pois o mundo é deles. “Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 17) O homem protege materialmente a mulher vassala⁸⁸.

E continua a explicar Simone de Beauvoir (2019, p. 18):

O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará, nela, profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro*.

Ela faz várias interrogações sobre essa inferioridade: onde começou e por que os homens sempre venceram? E então vai em sua obra fazer uma ampla análise a fim de encontrar caminhos para a mulher se realizar como ser humano e sair dessa situação de dependência e de *ser o segundo sexo* (o Outro).

Ainda na introdução de sua obra, quando ela faz uma analogia com a situação entre brancos e negros, traz uma interessante explicação sobre a diferença entre *ser* e *ter sido feito*. Citando Bernard Shaw, vai esclarecer que há um círculo vicioso que mantém pessoas em situação de inferioridade. O branco destina lugar inferior ao negro (engraxate) e conclui que o negro só serve para engraxar sapatos. Então, quando alguém está em situação de inferioridade é porque é de fato inferior. No entanto, Simone de Beauvoir (2019) vai dizer que esse valor substancial relacionado à palavra *ser* é dado por má-fé, pois o sentido é na verdade o “sentido dinâmico hegeliano: *ser* é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 21) E completa: “Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje

⁸⁸ Simone de Beauvoir (2019, p. 17) afirma: “Ora, a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*.”

inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve se perpetuar.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 21)

O mito da Mulher, o Outro, dá muitas vantagens aos homens, e não só econômicas. Muitos homens tiram proveito da alteridade. Os que sofrem de complexo de inferioridade são um exemplo que Simone de Beauvoir (2019, p. 22) menciona e afirma que “ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade.” Sentir-se superior é um benefício proporcionado pela opressão e utilizado por brancos em relação aos negros e por homens em relação às mulheres. E assim, Simone de Beauvoir (2019, p. 21) aduz que “o mais medíocre dos homens julga-se um semideus diante das mulheres.”

Ela faz analogias para diferenciar a situação da mulher de outras opressões. Negros, proletários e judeus podem se apartar de seus opressores. Proletários podem se unir e trucidar (verbo que ela usa) a classe dominante. Negros e judeus poderiam sonhar em obter o segredo da bomba atômica e constituir humanidade só de negros ou só de judeus. Já a mulher nem em sonho poderia exterminar os homens. Simone de Beauvoir (2019, p. 16) diz:

O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico, e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que é sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolavelmente uma à outra: nenhum corte por sexos é possível na sociedade. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.

Vê-se que a teorização de Simone de Beauvoir (2019) afasta a situação da mulher de alguma ocorrência histórica específica. Quando ela trata da opressão entre grupos explica que grupos inicialmente autônomos e independentes, por algum acontecimento histórico que se deu, gerou a inferiorização de um pelo outro. A escravidão na América, por exemplo, criou o Um (branco) superior e o Outro (negro) inferior. Fala também dos proletários, dizendo que a existência deles como classe deveu-se a um desenvolvimento histórico, diferente do que ocorreu com as mulheres.

Nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres. Elas são mulheres em virtude de uma estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*. É, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto. Uma situação que se criou através dos tempos pode desfazer-se num dado tempo: os negros do Haiti, entre outros,

o provaram bem. Parece, ao contrário, que uma condição natural desafia qualquer mudança. Em verdade, a natureza, como a realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 15)

Percebe-se que Simone de Beauvoir (2019) coloca a opressão e a inferioridade da mulher como categorias transhistóricas. Apesar de creditar ao materialismo histórico “muitas verdades importantes”, ela se dedica em um capítulo a criticá-lo. Sua crítica é em cima de uma obra – A origem da família, de Friedrich Engels. Primeiramente Simone de Beauvoir (2019) traz um resumo da explicação de Friedrich Engels, que ao refazer a história da mulher ele identifica que a opressão à mulher se opera na passagem do regime comunitário para o regime da propriedade privada. Na divisão primitiva do trabalho a mulher também realizava trabalho produtivo, mesmo que no âmbito doméstico (fabricação de vasilhames, tecelagem). A mulher era importante para a vida econômica. O desenvolvimento de técnicas, a invenção de novos instrumentos, o maquinismo, moldaram o processo produtivo. “A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 84) A mulher fica relegada aos trabalhos domésticos e o homem cuida da vida produtiva, com seu domínio da natureza e das técnicas. Com a família patriarcal baseada na propriedade privada e nessa divisão do trabalho, surge a opressão econômica entre homens e mulheres, que tem como consequência a opressão social.

Simone de Beauvoir (2019) critica essa explicação de Friedrich Engels e diz que não fica claro que a propriedade privada acarrete a escravização da mulher; tão pouco a abolição da família iria garantir o fim da opressão. Reconhece que a divisão do trabalho por sexo e a opressão que dela descende em certa medida faz aparecer a divisão por classes, mas não são o mesmo. “Não há na cisão entre as classes nenhuma base biológica”, diz Simone de Beauvoir (2019, p. 88) Ela entende que a mulher não pode ser reduzida à força produtiva sem que se considere a importância da função de reprodutora, que

é importante na economia social como na vida individual; há épocas em que ela é mais útil fazendo filhos do que empurrando a charrua. Engels escamoteou o problema; limitou-se a declarar que a comunidade socialista abolirá a família; é uma solução assaz abstrata; [...]. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 88)

Há outras questões que estão envolvidas como o ato sexual, a maternidade, para que a mulher seja encarada apenas como força produtora, pois “ela é para o homem uma parceira sexual, uma reprodutora, um objeto erótico, um Outro através do qual ele se busca a si próprio.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 89-90) Para enxergar a mulher deve-se olhar a sua situação singular e incluir a sexualidade da totalidade da realidade. Sobre esse olhar para a realidade, diz que

o que é verdadeiro na tese marxista é que as pretensões ontológicas do existente assumem uma forma concreta segundo as possibilidades materiais que se lhe oferecem, e em particular as que as técnicas lhe proporcionaram. Não integradas, porém, na totalidade da realidade humana, a sexualidade, a técnica não poderiam nada explicar. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 90)

É por isso que ela entende que precisa “ir além do materialismo histórico que só vê no homem e na mulher entidades econômicas” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 90), mas aceitando suas contribuições, juntamente com as contribuições da biologia e da psicanálise, no entanto, observando a situação existencial global. E conclui sua crítica afirmando: “O valor da força muscular, do falo, da ferramenta só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 91)

Naturalmente que Simone de Beauvoir (2019) faz suas escolhas filosóficas para construir seu pensamento. Ela define na introdução a perspectiva que adota dizendo:

A perspectiva que adotamos é a da moral existencialista. Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma transcendência; só alcança a sua liberdade pela sua constante superação em vista de outras liberdades; não há outra justificação da existência presente se não sua expansão para um futuro indefinidamente aberto. Cada vez que a transcendência cai na imanência, há degradação da existência “em si”, da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral, se consentida pelo sujeito. Se lhe é infligida, assume o aspecto de frustração ou opressão. Em ambos os casos, é um mal absoluto. Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência sente-a como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 26)

Daí vai construindo sua teorização em busca da libertação – ela fala em liberdade para encontrar a independência - da mulher dessa situação via independência. Simone de Beauvoir (2019) expõe toda a complexidade do caminho da libertação (na quarta parte do volume 2). Ela diz que liberdades cívicas, como votar

e ser liberada do dever de obediência, sem autonomia econômica permanecem abstratas. Fala da importância do trabalho e do dinheiro para a conquista da independência. No entanto, a mulher é inserida em ocupações precárias e mal pagas, o que não trazem independência total. Há variados problemas quanto a feminilidade, cuidado de si, vestimenta, vida sexual que precisam ser conciliadas com a carreira e trazem dificuldades; sendo complicado encontrar um equilíbrio para a mulher independente. Daí ela dizer que:

Quando se julgam as realizações profissionais da mulher e quando a partir delas se pretende antecipar-lhe o futuro, é preciso não perder de vista esse conjunto de fatores. É no seio de uma situação atormentada, escravizada ainda aos encargos tradicionalmente implicados na feminilidade, que ela se empenha numa carreira. (Simone de Beauvoir, 2019, p. 522)

Sair desse quadro pode parecer o utópico, mas Simone de Beauvoir (2019) acredita que a liberdade pode quebrar esse círculo vicioso de inferioridade, de opressão. Essa liberdade não virá como benevolência, mas sim com revolta para se criar situações novas. Por isso já se vê concessões parciais no tocante a emancipação da mulher. Conclui Simone de Beauvoir (2019) que as mulheres precisam continuar nesse movimento de ascensão. Para ela, “parece mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade econômica e social, o que acarretará uma metamorfose interior.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 554) Nos parágrafos finais de sua obra ela fala em reconhecimento e reciprocidade do homem em receber a mulher como sujeito. Em sua última frase no *O segundo sexo* fala em fraternidade: “É no seio do mundo que ele foi concedido que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é, entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade.” (Simone de Beauvoir, 2019, p. 554)

Outra obra que se estuda como um clássico, que não trarei aqui em detalhes, é *A mística feminina* de Betty Friedan, publicada pela primeira vez em 1963. E qual é a mística?

A nova mística torna as mães donas de casa, porque nunca tiveram a chance de ser outra coisa, o modelo para todas as mulheres... Cujas vidas se restringiam, por necessidade, a cozinhar, limpar, lavar e ter filhos... Um padrão de acordo com o qual todas as mulheres deveriam viver. (Betty Friedan, 2020, p. 46-47)

Quando se lê contra a opressão que autoras como Simone de Beauvoir e Betty Friedan se insurgiam e teorizavam (não tirando a importância de suas obras) é

como se houvesse uma mulher única e a-histórica que representava a luta de todas⁸⁹. Esse padrão de feminilidade, fortemente valorizado, encobria a realidade de mulheres negras, que eram tratadas sob outros aspectos. As teóricas mencionadas também foram debitárias do que Angela Davis (2016) chama de ideologia da feminilidade que evoluiu no século XIX. Ideologia que era um mito quando observada a realidade da mulher escravizada. “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.” (Angela Davis, 2016, p. 19)

Mesmo que atribuíssem às mulheres negras alguns papéis e benefícios - “duvidosos benefícios” para Angela Davis (2016, p. 18) -, aproximados às brancas no âmbito doméstico, fato é que a maioria trabalhava na lavoura. Homens, mulheres, meninos e meninas trabalhavam exaustivamente do amanhecer ao anoitecer nas lavouras. “No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo.” (Angela Davis, 2016, p. 19)

Quanto às mulheres negras a opressão variava, na verdade, porque ora era idêntica a dos homens (sem consideração do gênero, só pela medição do trabalho e produtividade), ora o gênero importava.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas. (Angela Davis, 2016, p. 19)

Uma mulher que integra a sociedade capitalista recebendo como “herança” esse padrão não pode ser compreendida dentro de uma explicação teórica que ignore estes aspectos. A sua libertação passa por outros enfrentamentos. A Outra da Outra traz, portanto, acréscimos existenciais fundamentais à Outra.

E quem é a sujeita universal, a mulher essencial, a Miss Universo do feminismo nessas teorizações fundantes do feminismo, que lutam por independência, que lutam para não serem apenas donas de casa e mães? É a mulher cis, branca,

⁸⁹ Assim como a figura da Miss Universo dos concursos de beleza.

pertencente a classe média e heterossexual. As características agregam cortes sociais variados, que serão nas linhas seguintes enfrentados, em uma escrita descritiva do que as autoras nos trazem a partir de outros feminismos.

Diz Letícia Nascimento (2021, p. 26) sobre aquela que ela chama de “mulher original do feminismo”:

Revisitando as origens do conceito de gênero, é possível perceber que, em sua gênese, embora traga as marcas de cada cultura, restringiu-se, por um tempo, à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências – que ocupa posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres.

Essa sujeita universal do feminismo coincide (exceto pelo sexo biológico, naturalmente) em características com o sujeito republicano que se apresenta de um fictício espaço neutro, “onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se dentro dessa grade equalizadora, é resto.” (Rita Laura Segato, 2012, p. 123) E quais as características e a sua lógica colonial e binária?

No entanto, como outras autoras afirmaram, esta ágora moderna possui um sujeito nativo do seu âmbito, o único capaz de habitá-lo com naturalidade porque é dele oriundo. E este sujeito, que formulou a regra da cidadania à sua imagem e semelhança, porque a originou a partir de uma exterioridade plasmada no primeiro processo bélico e imediatamente ideológico que instalou a episteme colonial e moderna, tem as seguintes características: é homem, é branco, é *pater familiae* – portanto, é funcionalmente heterossexual -, é proprietário, e é letrado. (Rita Laura Segato, 2012, p. 123)

Daí a relevância teórico-prática em valorizar as contribuições acumuladas dos feminismos que vieram como crítica aos universais. Os feminismos negro, decolonial, lésbico, marxista, transfeminista apareceram para dizer de experiências diversas e assim ampliar as sujeitas do feminismo, bem como as discussões sobre dominação e exploração, destacando que a dominação masculina e heterossexual mobiliza o sexo/gênero, a sexualidade e o erótico em quem coloca como Outro (fenômeno que perceberemos nos discorrer teórico-prático das negras, periféricas e travestis/trans). Este artifício, cumulado a outros, claro, fomenta a fixação de algumas mulheres em uma classe. Este fenômeno interessa-me enquanto pesquisadora: contribuir no pensar em como a sexualidade é mobilizada dentro do capitalismo e como pode haver um movimento de desmobilização, que é possível até mesmo através da própria sexualidade reivindicada pelas travestis e trans em sua epistemologia, em sua vivência, em sua arte.

Não uso neste capítulo os feminismos em ondas como se houvesse uma ordem ou mesmo superação. Fiz opções (de autoras e textos), como já mencionei, quando a alteridade é exposta mais explicitamente no enfrentamento das características da Miss Universo do feminismo e quando as discussões teóricas contribuem com a questão da sexualidade dentro do capitalismo (e seu universalismo) e dos feminismos.

3.2 “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: O BRADO DAS OUTRAS DA OUTRA

“Quando o invisível se torna visível, o olho demora a acostumar.” (NOIRBLEU, Ana Pi, 2017)

Grada Kilomba (2019, p. 30) no livro *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*, inicia falando logo no Capítulo 1 em *A máscara*.

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que *Anastácia* era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a *máscara do silenciamento*. (Grada Kilomba, 2019, p. 33)

Grada Kilomba (2019) mostra não ser do mesmo modo que se vive o Outro, pois a mulher negra não tem reciprocidade nem com o homem (branco ou negro) nem com a mulher branca, se apresentando como o Outro do Outro. Grada Kilomba (2019) não faz uso exatamente da expressão Outro do Outro, mas explica, ao criticar discursos feministas ocidentais e sua concentração em sexismo, as diferenças de opressão quando entrelaçadas “raça” e gênero. Diz ela:

Ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres *negras* não são somente oprimidas por homens – *brancos* e *negros* – e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres *brancas* quanto de homens *brancos* -, além de por formas institucionalizadas de racismo. (Grada Kilomba, 2019, p. 103)

Antes de trazer mais questões de Grada Kilomba (2019) na chave “raça-gênero”, quero apresentar o percurso dela para chegar no Outro e na outridade.

Na Introdução de sua obra, ela vai dizer, ao explicar o título do livro “*Memórias da plantação*”:

Memórias da plantação examina a atemporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “*plantação*” e “*memórias*”, descreve o racismo cotidiano não apenas como reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada. É

um choque violento que de repente coloca o *sujeito negro* em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma *plantação*, ele é aprisionado como o/a Outro/a subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o *sujeito negro* estivesse naquele passado agonizante, como o título do livro anuncia. (Grada Kilomba, 2019, p. 29 e 30)

Grada Kilomba (2019) explica sobre o Outro quando motiva o uso da máscara posta na boca dos escravizados. Tanto era para lhes impedir de falar (pois quem não é ouvido não pertence) quanto para lhes deter de possuir/devorar os frutos, a cana-de-açúcar e o cacau, que o senhor *branco* criou a fantasia que eram seus. Grada Kilomba (2019, p. 34) vai dizer: “Embora a *plantação* e seus frutos, de fato, pertençam ‘moralmente’ à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa que lê tal fato como roubo.” É neste processo fantasioso que (como um mecanismo de defesa do ego) o colonizador afirma algo sobre a/o Outra/o que ele “se recusa a reconhecer em si próprio.” (Grada Kilomba, 2019, p. 34) Opera-se uma cisão na psique. A parte boa é o “eu”, e a parte do *sujeito branco* que este rejeita é o Outro. (Grada Kilomba, 2019) E assim, características são separadas. Grada Kilomba (2019, p. 37) resume:

No mundo ocidental *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o *objeto “ruim”*, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa.

É possível relacionar esta mesma cisão que trata Grada Kilomba (2019) com o que se opera com outros corpos (travestis e trans) que também sofrem dessa projeção negativa, sobretudo quanto à sexualidade.

Grada Kilomba (2019) vai explicar que, neste processo de diferenciação, surge a Outridade, que é “a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do *sujeito branco*. Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o *sujeito branco* não quer se parecer.” (Grada Kilomba, 2019, p. 38)

A construção da branquitude e do racismo em Grada Kilomba (2019) se baseiam nessa diferenciação entre o *sujeito branco* e o *sujeito negro*.

Todas/os aquelas/es que não são *brancas/os* são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os *Outras/os* raciais “diferem”. Nesse sentido, não é se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação. (Grada Kilomba, 2019, p. 75)

A esta característica de diferenciação agrega-se a inferioridade. Explica Grada Kilomba (2019, p. 75) que “essas diferenças construídas estão *inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos.*”

O *sujeito negro* não é em si, é o Outro da branquitude (o que é tabu, o que é reprimido). Algumas formas que o *sujeito negro* é visto são: infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização. (Grada Kilomba, 2019, p. 79)

Grada Kilomba (2019, p. 79 e 80) dá alguns exemplos do cotidiano em que ela é colocada como “*Outra*”:

O vocabulário, por exemplo, me coloca como “*Outra*” quando nas notícias ouço falarem sobre “imigrantes ilegais”. Discursos me colocam como “*Outra*” quando dizem que não posso ser daqui porque sou *negra*. Imagens me colocam como “*Outra/o*” quando ando pela rua e me vejo cercada de anúncios com rostos *negros* e palavras apelativas como “Ajuda”. Gestos me posicionam como “*Outra*” quando na padaria a mulher *branca* ao meu lado tenta ser atendida antes de mim. Ações me colocam como “*Outra*” quando sou monitorada pela polícia assim que chego a uma estação de trem. Olhares me colocam como “*Outra*” quando as pessoas olham fixamente para mim.

É interessante perceber *quem* (os atores vão mudando) a coloca como “*Outra*” nos exemplos descritos e registrar que o racismo é estrutural e está espalhado em toda a sociedade. Estas situações variadas apresentam mais concretamente como se dão as relações intersubjetivas entre “eus” e “outros”. Esclarece como ela está inserida, ou melhor dizendo, se ela está inserida, já que não é tida como uma sujeita. Claro que a sua subjetividade⁹⁰ fica impactada neste processo.

Dentro do contexto que Grada Kilomba (2019) trata até aqui, sua teorização dá conta de explicar a outridade em um contexto geral (que atinge homens e mulheres). No entanto, vai inserir no capítulo 4 (Racismo genderizado) a discussão de gênero, e já inicia fazendo críticas à literatura que tratou do racismo e a que tratou do feminismo.

Grada Kilomba (2019) inicia o capítulo lembrando uma ida sua ao médico, em razão de uma gripe, e ao final da consulta o médico *branco* perguntou se ela não queria acompanhar a família deles, em férias, para limpar a casa e lavar roupas (inclusive as roupas íntimas). Como ela era muito jovem (entre 12 e 13 anos), não conseguiu falar, mas lembra de ter vomitado depois em razão daquela cena toda. “*Estava diante de algo irracional.*” (Grada Kilomba, 2019, p. 93) Aquele homem transformou a relação médico/paciente em senhor/servente. Daí ela avalia que se

⁹⁰ Grada Kilomba (2019), utilizando compreensão de Paul Mecheril, indica como esferas da subjetividade os níveis político, social e individual.

trata de um duplo poder em relação a ela, enquanto mulher *negra*. “Paciente mulher *negra*” e, do outro lado, “médico homem *branco*”. (Grada Kilomba, 2019, p. 94) Este momento de sua vida evidenciou que “raça” e gênero são inseparáveis.

Dentro do feminismo, o não enfrentamento dessa opressão complexa e diferenciada da mulher *negra* é uma falha que invisibiliza a mulher *negra*. Em um momento a literatura sobre racismo (isolando “raça”), cria uma “masculinidade heterossexual *negra*”, transformada do “homem *branco* heterossexual”, e que é lacunar porque invisibiliza a mulher *negra* e pessoas LGBTQ+; e em outro momento, a literatura feminista ocidental, ao isolar gênero, deixou de verificar opressões diferentes. (Grada Kilomba, 2019)

Grada Kilomba (2019) relata estudos que evidenciam a complexidade da opressão de mulheres atravessadas por “raça” e gênero (duplo fardo) e até mesmo mulheres *negras* que vivenciam um triplo fardo (racismo, sexismo e/ou lesbofobia). Estas questões devem ser estudadas de forma entrelaçada e não em paralelo. “Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam.” (Grada Kilomba, 2019, p. 98)

O *Outro*, quando experienciado por uma mulher *negra*, gera formas de racismo únicas e complexas, que devem ser estudadas e discutidas em acordo com suas especificidades. Apesar dessas questões, Grada Kilomba (2019, p. 108) afirma não ser uma exação das feministas *negras* classificar a opressão, mas “tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história.” É fazer-se aparecer dentro da crítica na atualidade. Diz Grada Kilomba (2019, p. 108 e 109):

Neste trabalho, no entanto, não somos “pessoas desaparecidas”, mas sim “pessoas falantes”, *sujeitos* falantes que estão transformando a teoria. Que mulheres *negras* são afetadas por múltiplas formas de opressão – racismo, sexismo e/ou LGBTQIAfobia - e que a discussão anterior sobre racismo e feminismo revelou a quase completa ausência de mulheres *negras* em considerações de ambos os campos, esses fatores independentes já fazem com que o estudo de mulheres *negras* seja um empreendimento da maior importância. Assim como nos estudos de outros grupos até então desconsiderados, estudos de e com mulheres *negras* são capazes de gerar materiais que tenham implicações tanto para as maneiras pelas quais “raça” e gênero têm sido teorizados até agora quanto para a teoria social em geral.

Concordo com Grada Kilomba (2019) quanto às contribuições à teoria crítica e por esta razão trago mais algumas autoras que se destacam no feminismo negro estadunidense. Angela Davis, Bell Hooks e Patricia Hill Collins são autoras que agregam ao debate no enfrentamento das lacunas do feminismo clássico.

O que as feministas negras vêm aduzir é que os interesses não são coincidentes porque as realidades de vida não o são. Angela Davis (2016) expõe esta complexidade narrando sobre a Declaração de Seneca Falls⁹¹, mesmo dando a importância ao documento quanto aos direitos das mulheres em meados do século XIX:

Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (Angela Davis, 2016, p. 64)

Destaca Angela Davis (2016, p. 65) que as trabalhadoras sofriam dupla opressão: como mulheres e como operárias. As operárias brancas das fábricas de tecidos trabalhavam em uma realidade de precariedade. “Jornadas inacreditavelmente longas – doze, catorze e até dezesseis horas por dia -, condições de trabalho atroz, alojamentos lotados [...]” (Angela Davis, 2016, p. 65) As trabalhadoras não ficaram sem reagir, e isso muito antes da Convenção de Seneca Falls. Fizeram paralisações, abandonaram empregos, marcharam em protesto.

Sobre as operárias brancas diz Angela Davis (2016, p. 66):

A julgar pelas lutas das operárias brancas - a defesa incansável de sua dignidade enquanto trabalhadoras e enquanto mulheres, a contestação consciente ou subjacente da ideologia sexista da feminilidade -, elas mais do que mereciam o direito de serem enaltecidas como precursoras do movimento de mulheres. Mas seu pioneirismo foi totalmente ignorado pelas líderes do novo movimento, que não compreendiam que as trabalhadoras vivência vão e desafia vão a supremacia masculina de um modo particular. Como que enfatizando esse fato, a história reservou uma última ironia para o movimento iniciado em 1848: de todas as mulheres presentes na Convenção de Seneca Falls, a única que viveu o suficiente para de fato exercer seu direito ao voto, mais de setenta anos depois, foi uma trabalhadora chamada Charlotte Woodward.

E se as operárias brancas passaram por esta quase invisibilidade no movimento iniciado em 1848, as negras e sua luta contra a escravidão foram completamente ignoradas. Nenhuma mulher negra participou das convenções nem houve qualquer menção a elas nos documentos. O curioso é que as organizadoras da convenção estavam comprometidas com o abolicionismo; situação a qual Angela

⁹¹ Declaração que foi resultado da primeira convenção pelos direitos das mulheres em Seneca Falls, Nova York, no ano de 1848.

Davis (2016, p. 67) diz que “deveria ser perturbador o fato de as mulheres negras serem totalmente desconsideradas.”

Mais dois aspectos trazidos por Angela Davis (2016) que destaque são primeiramente os abusos sexuais praticados contra as mulheres negras escravizadas, sendo o estupro parte do domínio econômico dos proprietários. “Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho.” (Angela Davis, 2016, p. 20) Esta realidade não mudou com a emancipação e o trabalho no serviço doméstico⁹². Resistir aos ataques sexuais poderia lhes render a prisão. O sistema judiciário também era opressivo.

O segundo destaque é o serviço doméstico como única opção para mulheres negras emancipadas⁹³. Trabalho muitas vezes assemelhado (e às vezes até pior) às condições da escravidão.

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. (Angela Davis, 2016, p. 98)

No período da escravidão e pós-escravidão alguns mitos e estereótipos sobre a mulher negra foram construídos. Um deles foi o mito da imoralidade das mulheres negras, quando na verdade as mulheres escravizadas sofriam ataques sexuais. “Mas as aparentes inépcia e promiscuidade são mitos que se confirmam repetidamente pelo trabalho degradante que elas são obrigadas a fazer.” (Angela Davis, 2016, p. 100) Outro estereótipo é o da serviçal resistente e confiável a fim de justificar as mulheres negras e não as brancas no serviço doméstico. Sobre esta questão Angela Davis (2016, p. 101 e 102) explica:

O racismo funciona de modo intrincado. As empregadoras que acreditavam estar elogiando as pessoas negras ao afirmar preferi-las em relação às brancas argumentavam, na verdade, que as pessoas negras estavam destinadas a ser serviçais domésticas – escravas, para ser franca.

Sobre particularidades das opressões Bell Hooks (2019, p. 45) vai explicar:

⁹² Angela Davis (2016, p. 99) registra que “as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideraram o abuso sexual cometido pelo ‘homem da casa’ como um dos maiores riscos de sua profissão. Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para a sua família.”

⁹³ Já as brancas do Sul se recusavam a trabalhar nos serviços domésticos. As brancas que aceitavam trabalhar em serviços domésticos (como cozinheiras, babás, camareiras, entre outros), em outras regiões, eram comumente imigrantes europeias, que aceitavam qualquer tipo de trabalho que lhes oferecessem. (Angela Davis, 2016)

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não foi instituído socialmente para assumir o papel de explorador/opressor, na medida em que não nos foi concedido nenhum “outro” institucionalizado que pudéssemos explorar ou oprimir (crianças não representam “um outro” institucionalizado, ainda que possam ser oprimidas pelos pais e mães). Mulheres brancas e homens negros dispõem dos dois caminhos. Podem agir como opressores e podem ser oprimidos.

Mesmo que o contexto estadunidense traga suas peculiaridades, a situação da mulher negra brasileira vai encontrar essa mesma opressão tríade (raça, sexo e gênero). Sobre a questão no Brasil envolvendo a ocupação no trabalho doméstico, Juliana Teixeira (2021) indica percentual de 97% composta por mulheres; estando os homens a compor parcela que trabalha fora do âmbito doméstico restrito (como caseiros e jardineiros). Juliana Teixeira (2021, p. 173) defende a tese que o trabalho doméstico é “uma versão atual da relação de trabalho escravocrata”. Sendo relação há duas partes estruturais: os sujeitos racializados de um lado e do outro a branquitude, que devem ser analisadas juntas. Historicizando a relação e verificando as estatísticas, a branquitude ocupa lugar social hegemônico na contratação de trabalhadoras domésticas. Quando a autora trata da chave teórica branquitude acrítica explica que se fala

de uma branquitude que naturaliza uma estrutura em que a população negra ocupa majoritariamente os postos mais precários de trabalho, o espaço da servidão: aquele trabalhador que serve. Essa naturalização é reforçada pela primazia do liberalismo e do neoliberalismo como ideologias do nosso capitalismo, que corroboram para a responsabilização dessa população negra pela precariedade estrutural que lhe é conferida. (Juliana Teixeira, 2021, p. 181)

Os estudos sobre o âmbito doméstico⁹⁴ continuam sendo importantes e ainda incômodos por escancararem desigualdades estruturais no Brasil. Juliana Teixeira (2021) registra em seu livro “Trabalho doméstico” o estudo pioneiro sobre o capitalismo e emprego doméstico desenvolvido por Heleieth Saffioti e publicado em 1978.

⁹⁴ Em se tratando de travestis e mulheres trans, não são elas a ocupar essa atividade, já marcada no Brasil pela desigualdade de raça-gênero-classe. Mesmo quando as mulheres pretas passaram a ocupar espaços em trabalhos precários, sobretudo no âmbito doméstico, as travestis foram excluídas até desta precarização de suas vidas. Onde estavam? O lhes restava de espaço? Os dados da ANTRA deixam claro: 90% no trabalho sexual.

A realidade histórica das mulheres negras demonstra que não faz sentido o estudo de um patriarcado em que homogeneiza vidas. Mas os estudos teóricos insistiram na criação de mitos. A mulher como mito; a ideologia mítica da feminilidade; o mito de representantes universais como o direito, o sujeito de direito e a própria socialdemocracia com seus valores abstratos. Mitos desbancados pela realidade das mulheres negras, periféricas, travestis, trans.

Como a opressão da mulher negra tem esse fardo de diversas opressões a interseccionalidade é um conceito pertinente e que é trabalhado por autoras não marxistas e marxistas⁹⁵. Carla Akotirene (2020) traz considerações que julgo relevantes em razão de sua relação com pontos de discussão na tese. Seus apontamentos sobre colonialidade e os Outros, sobre cisheteropatriarcado, dicotomia natureza-humanidade e o próprio conceito de interseccionalidade serão expostos.

Muito antes do conceito de interseccionalidade e também da denúncia da opressão realizada pelo feminismo hegemônico - como Carla Akotirene (2020) chama o que estou chamando de feminismo clássico -, o pensamento negro já estava na vanguarda quanto à articulação entre as variadas formas de opressão.

No pensamento de vanguarda de Sojourner Truth, raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos - marido e patroa - querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo.

De tal modo, atravessamos séculos articulando a raça, classe, gênero e nação. [...] Há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os Outros.

(Carla Akotirene, 2020, p. 26 e 27)

Refletindo a partir de vivências que expuseram esse experimentar a vida de modo distinto entre brancas e negras, Carla Akotirene (2020) evoca estudos para

⁹⁵ Faço aqui o registro de Taylisi Souza Corrêa Leite (2020) ao explicar a relação entre a interseccionalidade e os esforços para reverter o desmonte da esquerda, sofrido em razão do pós-fordismo, que fragmentou as relações de trabalho e enfraqueceu o debate de classe dentro do binômio burguesia-proletariado. Pulverizada a produção e flexibilizada a relação de trabalho houve retração do movimento sindical e abertura para movimentos sociais centrados na identidade de grupo (negro, LGBTT+, ambientalista etc.). A interseccionalidade foi uma oportunidade de trazer a discussão de classe para o centro dos debates na esquerda, mas agora com outros atravessamentos. Classe não como uma categoria universal e homogênea. “Num esforço por prover um referencial teórico para uma perspectiva de confluência de opressões que não abandone a luta de classes e a militância identitária pela esquerda (para não ser tragada pelo liberalismo, nem ser cooptada pela direita), a obra pioneira *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, escrita em 1981, foi resgatada.” (Taylisi Souza Corrêa Leite, 2020, p. 361 e 362)

denunciar equívocos do Estado e da sociedade civil sempre que mulher é tratada de modo universal. Carla Akotirene (2020, p. 28): “Diga-se de passagem, iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas. Gênero inscreve o corpo racionalizado.” E denuncia também o epistemicídio: “É fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão.” (Carla Akotirene, 2020, p. 28)

Registra o brilhantismo de Sojourner Truth ao articular estruturas de opressão – racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo - dezesseis anos antes da publicação d’O Capital de Karl Marx e ainda muito mais tempo de Simone de Beauvoir teorizar a mulher como Outro no Segundo sexo. E isto sem ter reconhecimento acadêmico de seus conhecimentos. O pensamento negro, diferente do ocidental, sempre atuou contra a diversidade de opressões, recebendo as/os Outras/os. Assim explica Carla Akotirene (2020, p. 30):

Notemos que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma conviência subjetiva com a dominação masculina. As mulheres negras escolheram lutar pelo sufrágio e pela abolição, defenderam os homens negros e as companheiras brancas, reconhecendo que, quer seja descrito, quer seja analítico, isolado de outras categorias de análise, o marcador gênero explica as violências sofridas por mulheres brancas, bem como a categoria raça explica o racismo imposto aos homens negros.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgerenidade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah.

O colonialismo e a colonialidade pavimentam suas vivências e suas construções teóricas, sendo fortemente denunciadas e desmascaradas em toda a sua complexidade. Diz Carla Akotirene (2020, p. 35):

Do meu ponto de vista decolonial, é contraproducente empregar interseccionalidade para localizar apenas discriminações e violências institucionais contra indígenas, imigrantes, mulheres, negros, religiosos do candomblé, gordos e grupos identitários e diversificados. O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoamento opressões antinegros e anti-mulheres - mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal de sistema mundo.

As alegorias humanas de Outros inventadas pelo padrão de poder que recebemos como herança no Brasil se baseiam em dicotomias que agregam

características à dicotomia primeira Um-outro. Vem daí a dicotomia humanidade-natureza.

O impacto do colonialismo à natureza fez milhares de pretos serem atirados ao Oceano e lançou a dicotomia entre natureza e humanidade do padrão capitalista global. As feminilidades e masculinidades construídas pelo cisheteropatriarcado e racismo, juntos, saíram dessa experiência; no Atlântico, africanas choraram feminilidades e africanos seguraram o choro das masculinidades.

[...]

A diáspora negra deu suor, lágrimas e sangue ao gosto do Mar.
(Carla Akotirene, 2020, p. 41 e 42)

Diante desse quadro, Carla Akotirene (2020, p. 48) entende que a interseccionalidade é teoria, metodologia e instrumento para esclarecer a identidade que “participa o racismo interceptado por outras estruturas.”

Carla Akotirene (2020) esclarece sobre como pensar e usar a interseccionalidade enquanto pensa sobre nossas questões específicas. Branquitude na Europa não é o mesmo padrão de poder que no Brasil, indo além da cor da pele. Há aspectos regionais importantes que devem ser considerados dentro do sistema político da branquitude. É fundamental ressignificar contextualmente as questões para diferenciar racismo, xenofobia e discriminações regionais. Aduz Carla Akotirene (2020, p. 45 e 46):

Recomenda-se, pela interseccionalidade, articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas.

Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressalta me aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas as certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões.

Resume Carla Akotirene (2020, p. 47):

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletividade constituída, por melhores que sejam as

intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros.

Carla Akotirene (2020, p. 52) faz uma crítica interessante ao direito e à fruição pelo neoliberalismo do conceito de interseccionalidade quando discute o erro que é a substituição semântica de feminismo negro por feminismo interseccional:

Estou certa do neoliberalismo usufruir do conceito de interseccionalidade, em virtude de ele ter sido cunhado no campo do Direito e este campo ser manuseado pelo brancocentrismo, punitivismo e criminalização de pessoas negras. Então prefere o feminismo interseccional, querendo usar a seletividade racial do Direito, disposta a fazer uso do conceito, porém não do conteúdo, anterior ao período em que o conceito foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. A prerrogativa do Direito pode criminalizar homens negros, africanos, defender encarceramentos, sem dizer que estes institutos discordam das bases epistemológicas do feminismo negro. O despautério metodológico é tanto que usam até interseccionalidade no campo punitivo particular reportando ao pensamento feminista negro de Angela Davis, uma abolicionista penal.

Contrariamente, a interseccionalidade aplica a criação de mais conflitos às leis binárias do Direito e defesa das lutas antirracistas, tendo em vista imporem cisgerenidades heteropatriarcais, que ignoram lésbicas e trans negros como vítimas do racismo, mulheres negras como duplamente discriminadas.

Tratando sobre indicadores sociais Sueli Carneiro (2011, p. 161) diz:

Assim posto, um Brasil para todos que aspira a profundas transformações estruturais tem de romper, em seu planejamento estratégico, como os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as desigualdades raciais e consequentemente postergando o seu enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem que expressar essas dimensões.

Sueli Carneiro fala da mulher negra cisgênera. Esta já está no Brasil em um patamar de desigualdade precário.

O feminismo negro tem muitos encontros com o feminismo decolonial, sobretudo em países que passaram pela experiência do colonialismo, mas acrescenta ainda mais complexidade. Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 111) diz: “A ferida colonial sangra mais em umas que em outras”. A mulher periférica traz outras questões e precisa de outras epistemologias. É por isso que romper é a proposta de Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. p. 130), que conclui:

Aos poucos, vamos costurando novas narrativas e interpretações que permitem descentralizar o sujeito normativo clássico do feminismo, enquanto rompemos o quadro teórico-conceitual e argumentativo produzido por ele. Através desses rompimentos, a imagem das condenadas do mundo vai se formando, essas cujas vidas e histórias foram ocultadas pela estrutura feminista eurocêntrica.

Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 122 e 123), que propõe o método genealógico da experiência, vai dizer:

Assim, o ponto de vista que quero produzir a partir de minha experiência o feminismo na América Latina é um ponto de vista produzido quando somos/habitamos um corpo submetido ao empobrecimento, ao despejo e à negação sistemática de sua capacidade de desenvolver saberes, críticas e projetos de futuro. É partindo dessa experiência de ser descendente de um povo desumanizado, submetido à servidão e à negação de si mesmo, que tentarei responder às perguntas que coloco ao feminismo regional. A ideia de uma genealogia da experiência quer reconhecer o lugar de enunciação a partir do qual é escrita.

Com a estrutura feminista eurocentrada, criou-se um imaginário para estudar o outro; construíram uma racionalidade que “se coloca como modelo válido de produção do conhecimento.” (Ochy Curiel, 2020, p. 145) Uma “plataforma neutra”, “um ponto zero de observação”, para explicar todo o mundo social.

A partir daí, cria-se uma grande narrativa universal na qual a Europa e os Estados Unidos são, simultaneamente, o centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber, onde se subvaloriza, ignora, exclui, silencia e invisibiliza conhecimentos de populações subalternizadas. A subalternidade aqui é a do outro, portanto, não é o homem heterossexual, pai, católico, letrado, com privilégios de raça e classe, nem muitas mulheres com esses privilégios. É essa outridade que é estudada, investigada, é tornada exótica, é explorada, desenvolvida e precisa de intervenção. (Ochy Curiel, 2020, p. 145)

As propostas das autoras Yuderkys Espinosa Miñoso (2020) e Ochy Curiel (2020), a partir de vivências e de uma releitura da história, é romper com as parciaisidades que estão presentes até no feminismo.

Os feminismos negro e decolonial já discutiam sexualidade e heterossexualidade em meio à experiência colonial e sua sequela, a colonialidade. Articularam o desemprego, o desalento, a ocupação de postos de trabalho menor remunerados como parte do processo que teve início com a experiência colonial e que aparece como colonialidade nas vivências das mulheres periféricas, incluindo as brasileiras.

O feminino lésbico e o transfeminismo agregam conhecimento e problematizações sobre as chaves binárias homem-mulher; sexo-gênero, inseridas em um processo histórico de poder.

Trago aqui, mesmo que em rápidas linhas, mais um feminismo que veio como enfrentamento ao padrão de poder capitalista patriarcal e heterossexual (cisheteropatriarcal): o feminismo lésbico. Houve a problematização da heterossexualidade como instituição social e como esta categoria é central para a

estruturação do patriarcado. Yuderkys Espinosa Miñoso (2007) em seu conjunto de ensaios⁹⁶ escritos entre 1997 e 2006, reunidos na obra intitulada *Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade*, vai dizer no ensaio *Heterossexualidade obrigatória* que o estudo da heterossexualidade na teoria feminista é recente (a partir da década de 1970 na Itália e nos Estados Unidos) e foi fundamental para entender de forma adequada a heterossexualidade na nossa sociedade e como repercute na fundação do gênero, da sexualidade, nas relações entre sujeitos e o que se pensa sobre os sujeitos.

Citando os estudos de Carla Lonzi na década de 1970, Yuderkys Espinosa Miñoso (2007, posição 1192) registra:

Ela já advertia sobre a forma como todas estas lutas continuavam sem tocar no ponto central pelo qual a subordinação das mulheres é possível, a saber, a naturalização das relações entre mulheres e homens cuja base, no final, só é mantida dada uma visão reprodutivista, contra a qual, paradoxalmente, se diz combater. Mais tarde, essa ideia foi desenvolvida por várias autoras, desde a década de 1980.

Dentre esses estudos na década de 1980 desenvolvidos está a contribuição de Adrienne Rich:

A escritora e feminista Adrienne Rich, uma das autoras que mais difundiu essa análise, mostrou, no início dos anos oitenta, como o pressuposto de um desejo inato das mulheres dirigido aos homens não conseguia ser questionado nem mesmo dentro do movimento feminista. (Yuderkys Espinosa Miñoso, 2007, posição 1196)

Yuderkys Espinosa Miñoso (2007, posição 1199 a 1203) registra sobre a reflexão de Adrienne Rich:

Rich observa a necessidade de analisar a maneira como a heterossexualidade tem sido historicamente construída como instituição e os fins para os quais serviu, pois, na sua opinião, trata-se, também, de uma instituição econômica que permitiu e sustentou a dupla jornada de trabalho para as mulheres, assim como a divisão sexual do trabalho [...].

E completa Yuderkys Espinosa Miñoso (2007, posição 1203 a 1211) esta explicação das contribuições de Adrienne Rich:

Salienta que não compreender a heterossexualidade como instituição implica negar que o sistema de opressão, econômico, racista, de gênero, é mantido graças a uma multiplicidade de operações. Reconhece que o grande obstáculo e dificuldade desta análise se deve ao facto de iluminar um tema

⁹⁶ Sobre os ensaios, as tradutoras Caroline Marim e Susana de Castro (2007, posição 15 a 19) dizem: "Eles expressam a adesão de Yuderkys ao feminismo pós-estruturalista de Judith Butler e Luce Irigaray, mas também a sua descoberta dos impasses e incongruências desses feminismos para pensar as questões do feminismo lésbico e negro e, portanto, o seu caminho em direção ao feminismo decolonial, latino-americano e caribenho."

tão difícil como o desejo sexual, o que implica, para as mulheres heterossexuais, um “trabalho intelectual e emocional” árduo: “reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força”, é um passo necessário para a “libertação do pensamento, a exploração de novos caminhos, a dissolução de outro grande silêncio, uma nova claridade nas relações interpessoais”. (RICH, 2010 [1986], p. 35).

Caroline Marim e Susana de Castro (2007, posição 38) dizem sobre a importância do feminismo lésbico:

A história e condição da mulher lésbica é a história de todas nós mulheres, que vivemos a opressão e exclusão de diferentes modos, mas que, ao invés de perpetuá-los, escolhemos construir um *affidamento*, uma prática de amor, cuidado e confiança entre mulheres, o *continuum lésbico*, de Adrienne Rich, que Yuderkys nos conta.

Os ensaios mostram a enorme potência do feminismo lésbico radical. Autoras como a italiana Carla Lonzi e as americanas Judith Butler e Adrienne Rich têm seu trabalho aqui discutidos.

Dentro do feminismo lésbico as contribuições de Monique Wittig (2022) também são um destaque. Em 1978, na convenção da *Modern Language Association* (em Nova York), Monique Wittig conclui sua fala intitulada O pensamento hétero, com a frase: “Lésbicas não são mulheres.” (Monique Wittig, 2022, p. 67) Ela explica:

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias do sexo (homem e mulher), porque o sujeito em questão (lésbica) *não* é uma mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão, uma relação que implica obrigação pessoal e física, assim como obrigação econômica (“residência forçada”, corveia doméstica, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc.), uma relação da qual as lésbicas fogem pela recusa de se tornarem ou permanecerem heterossexuais. Somos foragidas de nossa classe da mesma forma que os escravos fugidos norte-americanos quando escapavam da escravidão e se tornavam livres. Para nós, essa é uma necessidade absoluta; nossa sobrevivência exige que usemos toda nossa força para contribuir com a destruição da classe das mulheres na qual os homens se apropriam das mulheres. (Monique Wittig, 2022, p. 53 e 54)

Para Monique Wittig (2022), mulher é uma classe. Ela faz uma crítica ao marxismo, que, ao rejeitar o sujeito como constitutivo do conhecimento, sendo os indivíduos produto das relações sociais, impediu as mulheres “tomarem consciência de que são uma classe, e por isso também as impediu, por um período muito longo, de se constituírem enquanto classe, [...]” (Monique Wittig, 2022, p. 51) E continua:

Ao nos unirmos, nós, mulheres, estamos dividindo a força do povo. Isso significa que, para os marxistas, as mulheres *pertencem* ou à classe burguesa ou à classe operária – em outras palavras, aos homens dessas classes. Além disso, a teoria marxista não permite às mulheres, assim como não permite às outras classes oprimidas, constituir-se enquanto sujeitos históricos, pois o marxismo não leva em conta o fato de que uma classe também consiste de indivíduos um a um. (Monique Wittig, 2022, p. 51)

Sobre nossos corpos, Monique Wittig (2022) contribui com a ruptura biológica do que é ser mulher. Usa uma abordagem feminista materialista para expor a construção ideológica da mulher como pertencente a um “grupo natural”, quando o que se opera é uma manipulação de nossos corpos e mentes.

Em nosso corpo e nossa mente, fomos obrigadas a corresponder, característica por característica, à *ideia* de natureza estabelecida para nós. Fomos desvirtuadas a tal ponto que nosso corpo deformado é o que eles chamam de “natural”, é o que deve existir como tal diante da opressão. Desvirtuadas a tal ponto que, no fim, a opressão parece consequência dessa “natureza” em nós mesmas (uma natureza que é apenas uma *ideia*). (Monique Wittig, 2022, p. 42)

Monique Wittig (2022) vai dizer que compreende, como Simone de Beauvoir, que a “mulher” é um mito.

Para Monique Wittig (2022), a abordagem biológica ainda fomenta que a base da sociedade é heterossexual. Mesmo o matriarcado está preso às categorias sexo (homem e mulher); só alterando o sexo do opressor. Além de se apegar “à ideia de que a capacidade de dar à luz (biologia) é o que define uma mulher.” (Monique Wittig, 2022, p. 43)

Mesmo que a proposta para a libertação da mulher no feminismo lésbico seja compreendida como separatista, como informa Anuradha Gandhi (2018), é certo que guarda interessantes argumentos para a ampliação do que é mulher, para além da limitação binária (homem-mulher) a partir de concepção naturalista. A própria Wittig (2022, p. 25) nomeia sua abordagem política e filosófica como “lesbianismo materialista”.

Adriana Azevedo (2022) destaca a importância, ainda hoje, dos estudos de Wittig, para pensar conceitos. Diz ela (2022, prefácio, p. 14): “Ao recusar o contrato heterossexual, a lésbica de Wittig também recusa as práticas de conhecimento, produzindo um deslocamento epistemológico e uma transformação na consciência histórica.” E mais adiante:

A lésbica não ser uma mulher nos ajuda a pensar um sujeito político anti-hetero-patriarcal que não se reconhece dentro das oposições binárias e hierárquicas construídas pelo patriarcado para oprimir tudo o que é diferente do homem hétero. (Adriana Azevedo, 2022, prefácio, p. 15)

Judith Butler (2002a), em estudos filosóficos mais atuais, também discute o imperativo heterossexual e o relaciona à construção de corpos que ela chama de abjetos. Diz ela sobre o imperativo heterossexual:

matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo de “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. (Judith Butler, 2002a, p. 19)

A construção de corpos abjetos, feita por Judith Butler, também é relevante para estudar corpos travestis e trans, dissidentes do padrão hegemônico, imperativo, excludente e produtor de violências, mesmo que Judith Butler (2002b) não limite o abjeto à sexualidade heteronormativa, o seu conceito de abjeto se aplica às nossas sujeitas.

[...] o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'. Para dar uma idéia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato freqüente, como o é o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos. (Judith Butler, 2002b, p. 161 e 162)

A violência contra as lésbicas também é estudada de uma perspectiva decolonial e essas violências são construções de um padrão de poder: o padrão eurocêntrico de opressão. Carla Akotirene Santos (2020, p. 39) denuncia: “O cisheteropatriarcado refaz, do mesmo modo, o confessionário das misoginias contra as mulheres lésbicas, reestruturando as sistemáticas do colonialismo moderno.”

Vê-se como o transfeminismo, vertente escolhida na pesquisa como fonte da crítica, não é a única vertente a problematizar o que é mulher e bater contra a heterossexualidade. Os feminismos negro, decolonial e lésbico já apontavam que o feminismo clássico não abrangia demandas das pessoas LGBTQTT+. Não fizeram apenas apresentar questões específicas que envolviam as negras, as periféricas e as lésbicas; já ampliaram a abordagem para abarcar outras opressões. O que ensinam todas as abordagens é sobre a diversidade de vivências e a necessidade de vertentes que tragam à luz estas questões. Afinal, entendo como Debora Diniz e Ivone Gebara (2022, p. 10): “O feminismo não deve ambicionar unidade ou coerência, mas permanente inquietação. Esperamos que o trânsito de vozes entre os verbos ajude a perturbar o pensamento.”

Nas páginas em sequência apresentarei as contribuições das travestis/trans e do transfeminismo nesse “perturbar o pensamento.”

4 E O CORPO SE FEZ VERBO: O TRANSFEMINISMO É A VOZ DA OUTRA DA OUTRA DA OUTRA

“Pensa que trava é só sexo; tamo ocupando; esse é o papo reto; se tem hombridade coloque respeito nas linhas; isso não é protesto; nem vem de xaveco cê vive falando que nós é travecto; saímos da esquina para fazer sucesso; [...]”
(Danna Lisboa na música Real do EP Real, 2019)

Início o capítulo sobre as vozes das travestis e mulheres trans com reflexões da necessidade em ouvir essas vozes a fim de ampliar o debate dentro da alteridade e da realidade brasileira.

Sobre o contexto político e social atual no Brasil, críticas ao capitalismo em sua face neoliberal e neoconservadora são urgentes. É um momento em que se legitima violências de todos os tipos. Grupos vulnerabilizados sofrem mais. Minha escolha metodológica foi pensar sobre a teoria a partir da realidade ao longo da tese apresentada via práticas individuais e coletivas das travestis e mulheres trans. A dialética marxista aliada ao transfeminismo me permitiram esse olhar. Como o existir é um processo dialético, o momento atual das relações sociais fomenta teorias e práticas de resistência.

O Brasil é um país que cada vez mais afunda no atraso, diz Márcia Tiburi (2019), quanto à questões de gênero, raça e classe. Temas mantidos longe da educação para que se mantenha a “miséria da educação brasileira, que contribui, por sua própria inanição, para uma cultura cada vez mais empobrecida no que se refere à reflexão.” (Márcia Tiburi, 2019, p. 23) E afirma em sequência:

Quem defende ou elogia hoje a teoria *queer*, que realmente é uma teoria riquíssima, não se dá conta de que no Brasil não chegamos nem a básica teoria feminista de Simone de Beauvoir, que questiona a condição feminina ainda naturalizada entre nós nos estratos mais fundamentais da cultura, nas instituições e no cotidiano. “Naturalização” é o que experimentamos no dia a dia quando vivemos dentro do binarismo “homem-mulher”, considerando todas as formas que não se encaixam nesse padrão heterossexual como inadequadas, ou então como um erro da natureza. No que concerne ao gênero, isso implica divisão do trabalho, dentro e fora de casa, em um sistema de preconceitos que converge com os privilégios masculinos. (Márcia Tiburi, 2019, p. 23)

Divisão do trabalho que atinge nossas sujeitas as inserindo em um círculo vicioso de opressão que impede sua emancipação, salvo em situações excetivas, como os dados e relatos apontam.

Quando Sonia Alvarez (2014) expõe sobre as três fases do neoliberalismo (1980, 1990 e momento atual) e rotas dos feminismos latino-americanos, trata da estratégia do Estado neoliberal de apaziguar a pressão dos feminismos e outros movimentos populares através de políticas de promoção de direitos e abertura para a perspectiva de gênero. Na segunda fase do neoliberalismo houve essa máscara de humanidade com inclusão de indígenas, negros e mulheres com algumas conquistas reais. A autora chama a atenção para “convergências perversas”⁹⁷ quando o ativismo adere a essas concessões do Estado. Não se opõe radicalmente a essa prática, mas chama para a reflexão crítica sobre o que chama de “duas faces do ativismo”. O momento atual, onde há outras demandas, com movimentos e agendas políticas e sociais alteradas, há um terreno fértil para pensar novas estratégias e para refletir sobre as contradições das convergências. Ela destaca neste quadro a “expansão geométrica dos feminismos populares, negros, indígenas, lésbicos, *trans*, jovens etc. Um feminismo cada vez mais ‘de massas’.” (Sonia Alvarez, 2014, p. 26)

Dentro do modelo de sociabilidade atual vê-se o avanço do neoliberalismo junto com o neoconservadorismo, que se dá também, mas não só, como uma reação à evolução das conquistas dos movimentos feministas e LGBTTT+.

Em relação às nossas sujeitas em específico, algumas questões viraram debates notórios na mídia e nas redes sociais: pautas legislativas antitrans, uma suposta “epidemia trans” e o pânico antitrans são algumas. Sobre estas questões, Sofia Favero e Pedro Ambra (2023, p. 15) vão dizer:

Embora o Brasil conviva há décadas com corpos adultos que desafiam a normatividade, parece que, ao sair do âmbito de programas de auditórios, personagens caricatos, prostituição e outros espaços subalternos, nunca tivemos tantas pessoas trans almejando participação igualitária da vida em sociedade e em família. O medo da presença de uma criança trans na família parece algo análogo ao medo branco da invasão da casa-grande pela senzala: anuncia que a barreira entre subalternizações e hegemonias não é intransponível. Mas as transidentidades têm dado o seu recado: estamos aqui.

E dizem mais, em matéria da revista Cult de fevereiro de 2023 com o título “A anatomia de um pânico moral”, usando a forma caricaturada para expor a realidade de alguns discursos:

Um espectro ronda o Brasil: o espectro do transexualismo. Dia e noite nossas crianças e adolescentes são bombardeadas por uma mídia que incentiva a negação do real do corpo, questiona a centralidade da família e, por meio da recusa da ordem simbólica, prega um império da autoafirmação identitárias. Uma verdadeira onda toma conta das escolas, que precisam se haver com

⁹⁷ Expressão que Sonia Alvarez usa a partir de Evelina Dagnino.

uma hiper transexualismo ação, responsável por subverter a Constituição subjetiva daqueles que estão mais despreparados para com ela lhe dar: “nossos jovens”. Seja no delírio psicótico da negação da diferença dos sexos - que se estendem inclusive para a destruição da língua portuguesa -, na perversão que incute sexualidades polimorfos ou numa histeria que faz com que uma condição psiquiátrica rara seja popularizada como uma moda descolada, uma coisa é fato: estamos diante de uma epidemia.
(Sofia Favero e Pedro Ambra, 2023, p. 14)

Patricia Borges e Simone Ricco ([2021?], não p.) denunciam essa outra epidemia – a transfobia -, caricaturada na citação anterior, em versos do poema Transcender⁹⁸, escritos durante a pandemia da Covid-19:

Como não sair de casa com aluguel pra pagar?
Tendo que se alimentar?
O vírus pode ser mortal, como a fome é igual
O corpo que tem fome também é o ganha pão...
Se a transfobia não fosse uma epidemia
Seria mais fácil ter profissão

Ainda sobre o contexto atual, aduzem Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020, p. 30 e 31):

Os setores religiosos conservadores levaram as preocupações sobre a regulamentação moral da sexualidade para o campo do direito, particularmente a área de direitos humanos, como estratégia e arena para enfrentar movimentos feministas e LGBTQI.
[...]
Em debates políticos e jurídicos, tem-se observado a defesa dos direitos humanos de pais, de nascituros ou de crianças e adolescentes como os principais argumentos a favor da vida e da família, contra a agenda feminista e LGBTQI.

Os debates sobre famílias, o direito das famílias, a evolução dos direitos sexuais e reprodutivos contam com importante atuação do Poder Judiciário; por esta razão o direito como arena é um tópico de discussão que pode render muitas reflexões críticas esclarecedoras. Há pautas de destaque na atualidade que têm orbitado as demandas do Supremo Tribunal Federal (STF) que interessam à comunidade LGBTT+, como o acesso aos banheiros por pessoas trans, o uso da linguagem neutra, a escolha do estabelecimento prisional para travestis e mulheres trans cumprirem pena, entre outros. Claro que a luta das pessoas trans por melhores condições de vida no modelo de sociabilidade atual insere o direito (neste caso como legislação e como sistema judiciário estatal). Mas o uso tático do direito pode vir junto com a luta da crítica ao direito. Junto com o reconhecimento que o direito não tem caracteres

⁹⁸ Disponível em: <https://memoriapopulardapandemia.org.br/transcender/> Acesso em: agosto de 2023.

próprios em si, como a neutralidade e a justiça, mas sim faz parte de uma estrutura relacional econômica que usa o direito como uma de suas ferramentas.

Continuam entre nós variantes ideológicas do socialismo jurídico, evidentemente mais arrefecidas porque sequer aludem discursivamente à perspectiva socialista. Na verdade, o programa socialdemocrata malmente consegue se sustentar nessas variantes após a ofensiva neoliberal que se processou em resposta à crise que o capital vem vivenciando no período mais recente. Mesmo assim, há quem continue acreditando na força dos direitos humanos ou mesmo da Constituição para provocar as mudanças necessárias na vida dos sujeitos explorados na sociabilidade do capital. (Ana Lia Almeida, 2016, p. 196 e 197)

Carla Fernandes (2021, p. 27) fala sobre o papel da lei como instrumento de mistificação do feminismo e da mulher:

Nesse contexto, quando olhamos para a história fica evidente que a sociedade patriarcal se valeu das leis, não apenas para criar socialmente o que seria uma mulher, mas também para estabelecer os meios de manter as mulheres presas a esse falso padrão.

E em se tratando de vidas travestis e trans a socialdemocracia é lacunar.

Contra a evolução (jurídica inclusive) trazida pelo enfrentamento da sociedade patriarcal, da própria ideia de família e de sexo/gênero, os neoconservadores têm se voltado e mobilizado o próprio direito, ressignificando conteúdos⁹⁹ e renaturalizando a família. Sobre o processo de renaturalização da família, Juan Marco Vaggione (2020, p. 72) diz: “Em particular, os direitos vinculados à identidade de gênero, à educação sexual ou aos casais do mesmo sexo são considerados uma ameaça direta à definição ‘natural’ de família.” O casamento heterossexual é um dos aspectos por onde caminha essa discussão, o que exclui as demais configurações familiares, em um claro movimento antidemocrático. O pano de fundo que dá sustentação a esse quadro é o neoliberalismo.

Mais uma vez justifico ouvir vozes insurgentes, rompedoras e “mal” comportadas, diante de tamanha violência momento político e social do Brasil. Linn da Quebrada é uma dessas vozes, como se lê em alguns versos da música Bixa travesty do álbum Pajubá (2017), em que ela já cansou de ter que explicar o óbvio.

Eu já cansei de falar já perdi a paciência
Você finge não escutar

⁹⁹ Nesta ressignificação está uma complexidade, pois embaralha conteúdos e conceitos fazendo a separação entre direito e religião ficar mais difícil de se perceber. Como diz Vaggione (2020, p. 80): “Um dos aspectos relevantes da juridificação reativa é a forma como ela transborda a existência do religioso e do secular como esferas distintas. Sem deixar de lado a matriz religiosa, o neoconservadorismo dilui a distinção entre o religioso e o secular. O paradigma do direito que mobiliza, assim como os principais atores que o compõem, fazem com que o neoconservadorismo seja um fenômeno político difícil de captar se mantivermos a dicotomia religioso-secular.”

Abusa da minha inteligência
 Mas, eu tô ligada seu processo é muito lento
 Vou tentar te explicar
 Mais uma vez o fundamento
 E, se você não aceitar
 Pode doer, pode machucar que eu nem lamento
 Vai!

Bicha, travesti, de um peito só
 O cabelo arrastando no chão
 E na mão, sangrando, um coração

O lance é muito simples
 Não tem nenhum mistério
 Pode ir saindo com o pau entre as pernas
 Acabou o seu império
 Tô vendo de camarote o fim do seu reinado
 Rindo muito da sua cara
 De cãozinho abandonado

Cleber Facchi (2017, não p.) em crítica ao álbum *Pajubá* (2017, Independente) registra:

“*Ser bicha não é só dar o cu/É também poder resistir*”. Ainda que protegida sob um manto de comicidade, difícil ouvir os versos da atmosférica *Talento*, faixa de abertura do primeiro álbum em carreira solo de Linn Da Quebrada, *Pajubá* (2017, Independente), e não perceber o aspecto contestador que sutilmente invade essa e outras composições. Trata-se de uma obra de enfrentamento. Um espaço onde putas, bichas, travestis, negros, mulheres e outros grupos marginalizados ganham destaque (e voz) a todo instante, crescendo em meio ao ambiente dominado pela forte erotização detalhada na poesia urbana da rapper.

Cleber Facchi (2017, não p.) destaca ainda a relevância da obra, como uma resposta de Linn, em momento de alta pró conservadorismo no Brasil: “[...] Linn pinta um retrato honesto, cru, ainda que bem-humorado, de temas muita vezes ignorados/sufocados pela ‘moral e os bons costumes da família brasileira’.”

Há um resgate de forma insurgente da sexualidade e do desejo, capturados e explorados pelo capitalismo cisheteropatriarcal.

As estrangeiras do gênero nos dizem de insurgência, de superação e de união dentro da violência neoliberal e neoconservadora. O transfeminismo agrega todas as mulheres. O trafeminismo e a luta das travestis não é, por exemplo, por um banheiro só delas, é para que todas possam usar um mesmo espaço. As mulheres cisgêneras não serão apagadas pelas mulheres transgêneras.

Exporei em sequência um grupo de imagens¹⁰⁰ que venho acompanhando nos últimos anos (a maioria nos anos do doutorado¹⁰¹) ao encontrar a expressão “a primeira travesti/transsexual/trans” quando se trata de ocupação de espaços de destaque na sociedade: seja na política, na academia, na arte, na moda.

IMAGEM 3



IMAGEM 5



IMAGEM 4



IMAGEM 6



¹⁰⁰ Em sequência e da esquerda para a direita, imagem 3 a imagem 20.

¹⁰¹ Fora duas das notícias, que são do ano de 2017, as demais ocorreram entre 2019 e 2023.

IMAGEM 7

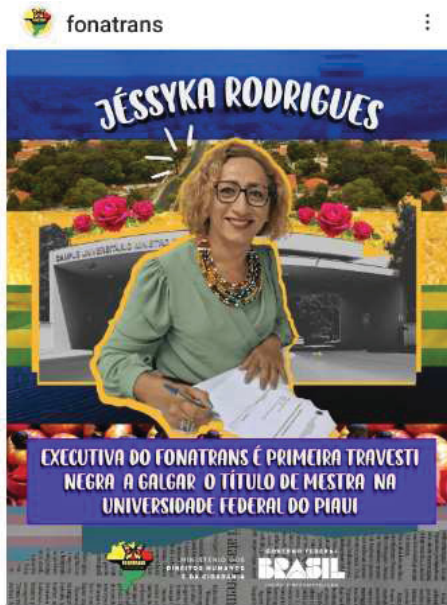


IMAGEM 9



IMAGEM 8



IMAGEM 10



IMAGEM 11



IMAGEM 13

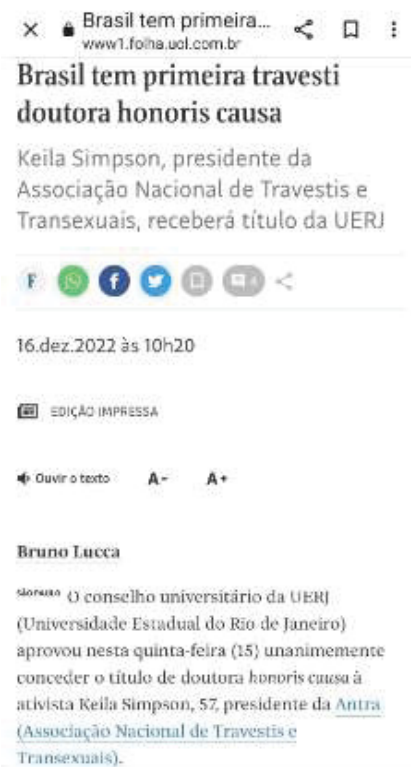


IMAGEM 12



IMAGEM 14



IMAGEM 15



IMAGEM 18

IMAGEM 16



IMAGEM 19

IMAGEM 17



IMAGEM 20



A expressão “a primeira” nessas dezoito notícias traz pensamentos variados. Nos diz da competência das travestis e mulheres trans, como qualquer outro ser

humano; nos dá esperança - e o verbo esperar é importante nos feminismos¹⁰² -, mas também evidencia o lugar de última para travestis e mulheres trans na ocupação de espaços, mesmo com avanços nos últimos anos quando se trata da comunidade LGBTTT+.

Quando em um artigo pensei (em coautoria com Suerda I. G. Farias) nos corpos travestis/trans e a cidade, interrogamos exatamente onde estavam os corpos que não víamos.

Na experiência humana, a criação de espaços, sobretudo com a divisão entre público e privado, tem causado injustiças, esquecimentos, e até apagamentos. Há corpos que não podem habitar o espaço público. Não é possível vê-los nas ruas, nas praças, nas praias.

O espaço definido como público é o espaço do visível. O que a sociedade não quer ver, “empurra” – com a ajuda do Estado - para os denominados espaços privados ou para espaços públicos com destinação para “certos tipos de pessoas” (como os guetos e as favelas). Lugares periféricos.

(Patrícia Moreira de Menezes e Suerda Ivanete Gomes de Farias, 2022, p. 102)

Também refletimos como o não acesso aos lugares fomenta a invisibilidade, que é uma forma de violência.

A invisibilidade também é uma barreira e uma forma de violência. A invisibilidade impede políticas públicas que se voltem para o gozo ao direito à cidade que têm as pessoas travestis e trans, da mesma forma que as pessoas cisgêneras. É um direito que também se relaciona com outro direito, de patamar constitucional e fundamental em uma democracia: o direito de ir e vir. Significa que todos os corpos deveriam experimentar a cidade sem que o medo fosse um lugar comum. Usar espaços públicos, caminhar sem medo de sofrer agressão, também caracterizam o direito à cidade, que é um direito de variadas dimensões; não diz respeito apenas à infraestrutura em si, mas às relações humanas que engendram o viver na cidade.

(Patrícia Moreira de Menezes e Suerda Ivanete Gomes de Farias, 2022, p. 103)

O motivo de não ver esses corpos ocupando lugares apareceu no decorrer desta tese. A essência do “cuidado” com a “família”¹⁰³ e com a “natureza humana” é a transfobia, é o ódio latente (ou não) gestado na sociabilidade capitalista e sua infinita

¹⁰² A concepção do livro *Esperança feminista* (2022), de Debora Diniz e Ivone Gebara, que veio de uma aproximação das autoras durante a pandemia da Covid-19, é uma pronúncia da diversidade dos feminismos através de doze verbos e com uma certeza. Dizem Debora Diniz e Ivone Gebara (2022, p. 7): “Uma certeza nos movia: não poderia haver *novo normal* em nossos pensamentos e práticas; nossos esforços de reconstrução tinham que ser para um *novo possível*. Era preciso movimentar a esperança feminista.”

¹⁰³ Erika Hilton (2021, p. 10) falando de sua família, muito matriarcal, vem dizer uma verdade sobre a realidade brasileira: “A família tradicional brasileira é essa de mulheres fortes, da mãe solteira com suas irmãs e avós cuidando dos filhos e vencendo o mundo. Não é a família conservadora, retrógrada: papai, mamãe e filhos. Isso é uma idealização. As mulheres resistem contra a violência dos homens e contra a fome. É óbvio que essa família também tem seus problemas, mas é a mais próxima da realidade brasileira.”

geração de Outros. Katie Silene Cáceres Arguello e Victor Sugamoto Romfeld (2021, p. 148) refletem sobre a relação entre o preconceito, a exclusão e a ocupação na prostituição:

Preconceitos direcionados às prostitutas e às pessoas trans (putafobia e transfobia), que não raro, podem estar concentrados nas travestis. A exclusão sistemática de pessoas trans no Brasil faz com que sejam empurradas para as margens sociais: sem acolhimento familiar, sem inclusão escolar e sem oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, costumam ser empurradas para o exercício da prostituição. Histórias como as de Luísa Marilac e Amara Moira se encontram com as de Indianara, formando uma grande narrativa de resistência de mulheres transexuais e travestis nas trincheiras do trabalho sexual.

O título desta parte - E o corpo se fez verbo – é exatamente para retratar o corpo que ganha espaço e voz. Agora constrói sua própria narrativa, não precisando mais de narrativas que não as vê e respeita enquanto pessoas.

O mundo não foi pensado para nós, suas burocracias, regras, seu apego às máscaras, gavetas trancafiadas, armários; talvez por isso o medo ante essas figuras, nós, que ousamos nos descobrir para além das máscaras que nos pregaram no rosto. Você é o que você é ou o que te criaram para ser? (Amara Moira, 2017, p. 13).

O objetivo deste capítulo é descrever a produção de vida das travestis e mulheres trans, com enfoque em experiências de vida, em narrativas cantadas e escritas, bem como em sua epistemologia. Também tem objetivo de apresentar o que o transfeminismo tem a acrescentar no debate da sociabilidade capitalista e suas opressões na atualidade. Entre versos, canções e memórias elas narram sua verdade e estruturam-se também cientificamente.

Em versos Calla fala da construção de si, do encontro com a arte e da sociedade que a observa, para ao fim concluir o que deveria ser o princípio e o fim do olhar para os outros: o reconhecimento de sua humanidade.

As fotos me contam histórias sobre o passado.
A cegueira me impede de ver o presente.
O tempo dilacera, machuca, apodrece.
Quem deve dizer o que se merece?

Os olhares me assanham, às vezes zombam.
No meio do caos encontro a pintura.
As cores dançam e a pele treme.
O mundo para em um momento de ternura.

O que resta dizer de mim?
Que se perde, confunde, machuca?
Que palavras conseguem cantar o que sai do coração?
Desse vazio surge apenas uma exclamação:

Meu Deus! Eu sou humana!

(CALLA, Uma exclamação, 2017, p. 32)

Vou trazer um pouco da trajetória das travestis - individualmente e coletivamente -, algumas vezes retratadas em fotografias, no caos do mundo que zomba delas, como Calla (2017) expressa em seu poema.

Em texto intitulado “Travesti X mulher transexual: afinal qual a diferença?”, há um pouco de história contada por Amanda Palha (2023). Ela vai fazer uma explicação a partir da construção histórica dos termos (e com um pouco de deboche pelos absurdos da sociedade, como ela avisa logo no início). Amanda Palha (2023, não p.) vai dizer:

No início, era a viadagem (me ouça com voz de Cid Moreira). Era só viado e sapatão. Aí, desses viado, tinha os viado que era só viado, os viado que se montava pra fazer show e os viado que se montava 24 horas (majoritariamente na prostituição), que botava peito (silicone industrial), mudava o corpo e tals. Esses últimos frequentemente também se tratavam no feminino e usavam nomes sociais femininos. Esses últimos eram as travesti, que eram viado, mas que eram travesti antes. E aí era só isso: os viado, as sapatão e as travesti.

Aí láááá atrás, conforme começa a nascer uma militância “de homossexuais” e o movimento “gay”, os viados que eram só viado sentiram a necessidade de brigar pra se diferenciar das travesti, pra que não fossem mais confundidos com aquele bando de puta, de vagabunda, de gente suja que manchava a imagem dos viado e impedia que a sociedade visse os viado como iguais (na cabeça deles, pelo menos). Essa briga de fato existiu e se intensificou tanto durante a ditadura quanto conforme o movimento foi ganhando força, de forma que a cisão entre os viado que é só viado e as travesti, que “não eram viado porque viado é limpinho”, foi tomando força e levando pro discurso e pras práticas de luta algo que já era verdade objetivamente há muito tempo (porque é assim mesmo que a história acontece): a travestilidade como um gênero [feminino] em si.

Primeiro destaque da explicação de Amanda Palha (2023) é este do final: travestilidade é um gênero; e mesmo que dentro do campo das feminilidades, trata-se de um campo específico. Amanda Palha (2023, não p.) argumenta sobre essa particularidade indicando algumas características: “Olha só: temos lugar específico na organização do trabalho, conjunto específico de signos e estéticas distintivos e mesmo um referencial corpóreo específico (a “mulher de peito e pau”).” O que se pode refletir sobre as considerações de Amanda Palha é que além de pautar gênero e sexualidade, a luta das travestis é sobre conflito de classe. Esse “lugar específico na organização do trabalho” é porque a sociedade capitalista cisheteropatriarcal lhes destina a um lugar de precariedade. A luta pela diversidade sexual das travestis e mulheres trans sempre esteve historicamente atrelada à luta de classes, a conflitos sobre trabalho.

As travestis experenciam a feminilidade no trabalho e no gênero na forma mais violenta. Os dados e narrativas sobre a vivência das travestis atestam essa sua compreensão. E diz mais:

O próprio senso comum, ainda que nos trate no masculino e ainda nos chame de frango, entende isso: se nos olham na rua, não apontam um homem ou uma mulher, mas “o traveco”; se querem nos ofender, ao contrário dos xingamentos no feminino direcionados aos gays, nos chamam de viado, de traveco, no masculino. Ou faz algum sentido a imagem de uma cara passando no carro e chamando a travesti de “mulherzinha”? Porque compreendem, ainda que não racionalizem, que nós somos “outra coisa” — uma coisa que pra ele não é humana, que não cabe na alteridade, mas ainda assim outra coisa, e uma “outra coisa” feminina.

Primeiro ponto tá aí, então: travestilidade é um gênero. Um gênero feminino, “do campo” do “ser mulher”, mas um gênero específico. (Amanda Palha, 2023, não p.)

Seguindo sua narrativa sobre os termos e suas diferenças, as “ciências psi” passaram a investigar aquelas travestis que se identificavam como mulheres e não aceitavam seus corpos, passando a chamá-las - as que viviam em negação com o genital - de transexuais. As demais continuaram travestis. E conclui a este respeito: “Bom, o ponto é: enquanto as travesti continuaram sendo só as travesti mesmo, as travesti que viraram transexuais pra ciência deixaram de ser substantivo pra virar adjetivo: são mulheres transexuais.” (Amanda Palha, 2023, não p.)

Falando quanto a identificação dentro dos dois termos, a transexualidade parte da auto-percepção como mulher e, “a travestilidade é o oposto: é o nome dado não a uma auto-percepção, mas a uma existência específica de gênero, um lugar específico das relações de gênero [...]” (Amanda Palha, 2023, não p.) Por esta razão, Amanda Palha (2023) vai dizer que há maior homogeneidade – não retirando situações de mulheres transexuais que se compreendem como travestis - entre as transexuais e entre as travestis uma maior diversidade de identificações (nem homem nem mulher, travestis e mulheres, homens gays). O ponto comum que Amanda Palha (2023, não p.) registra é que “independente de como rola a auto-compreensão no detalhe, todas nos compreendemos travestis em primeiro lugar. Antes de qualquer outra coisa, nos entendemos travestis.”

Trazendo mais vozes nesse debate, no *site* do FONATRANS (2023, não p.) há matéria de 6 de janeiro intitulada “Resistência e identidade: por que elas preferem ser chamadas de travestis”, com falas de duas travestis que preferem se apresentar como travestis: Érika Hilton e Lázara Ramos. O fazem para afirmar suas identidades e por razões políticas. Lázara dos Anjos explica:

Quando uma travesti é assassinada, agredida ou sai no noticiário policial acusada de roubo, por exemplo, é sempre travesti. Quando está fora de um contexto violento, seja atuando numa novela ou em cima de um palco — ou, ainda mais raro, em um cargo alto numa empresa — é chamada de mulher trans. (FONATRANS, 2023, não p.)

E sobre a sua escolha, Érika Hilton argumenta:

Ao me apresentar como travesti, especialmente no Parlamento, quero demarcar a luta histórica que as travestis travaram durante muito tempo. A palavra traz consigo resistência, luta e ação, é um marcador social da nossa trajetória”. (FONATRANS, 2023, não p.)

Para elas não há diferença física entre travesti e mulher trans, sendo apenas uma decisão quanto a sua identificação. Diferenças baseadas em realização ou não de cirurgia de readequação sexual são preconceituosas. Elas entendem ser importante se apresentarem como travestis em eventos sociais ou profissionais a fim demonstrar que ser travesti não é estar restrita à compreensão estereotipada da sociedade, reservada aos lugares de violência e de prostituição. Lázara dos Anjos depõe:

Quando eu estou em algum lugar com pessoas cis, seja uma festa ou em evento de trabalho, alguém se refere a mim como mulher trans e eu digo que sim, que sou travesti, rola um choque. O olhar muda porque essas pessoas não esperam uma travesti que fala bem, é educada, não é violenta. (FONATRANS, 2023, não p.)

Também relatam a relevância da criação de termos a partir delas (“uma nomenclatura de nós para nós”) e não carregadas de estereótipos coloniais, como transexual e até mesmo travesti. Érika Hilton, uma das que cunhou o termo transvestigênere, diz que é um termo mais abrangente e que abraça as identidades não cis. “Quando cunhamos transvestigênere, além de ser uma nomenclatura de nós, trans, para nós mesmas, estamos incluindo todas as pessoas que não são cis — travestis, mulheres trans, homens trans, não bináries, genderfluid etc”. (FONATRANS, 2023, não p.)

Letícia Nascimento (2021) trata dessa complexidade na identificação, por esta razão entende mais adequado falar em mulheridades e em feminilidades, e sempre

com o objetivo de desnaturalizar a categoria gênero e a categoria mulher. Letícia Nascimento (2021, p. 59) diz sobre identificação:

Ainda sobre a questão da autodefinição, destaco também que, mesmo a partir do questionamento da mulher como sujeito universal, muitas feministas lésbicas, feministas negras e feministas de modo geral se auto definem como mulheres, reivindicam-se dentro da categoria mulheridades - um privilégio que lhes é concedido pela cisgerenidade, o que ainda debateremos. Ao se autodefinirem como mulheres, as feministas compreendem gênero numa perspectiva plural e percebem que cada uma de nós performa suas feminilidades, ou mulheridades, de modo distintos, empreendendo um projeto coletivo, dentro do feminismo, de luta contra o sexismo, o machismo e o patriarcado.

E ainda explica sobre a relação da construção da identidade individualmente em paralelo com a construção coletiva. Relação que se vê entre o arcabouço teórico e a ação prática, contribuindo no enfrentamento das normatividades sociais.

Se, enquanto mulheres transexuais e travestis, interessamo-nos por uma vinculação ao feminismo, é porque compreendemos que nossas identidades dentro das mulheridades e/ou das feminilidades possuem conexões com as construções identitárias coletivas dentro do feminismo. Há, então, um jogo entre as identidades individuais minhas construções coletivas. Entendemos que nossas performances de gênero como mulheres transexuais e travestis se fazem por meio de discursos, regimes de verdade, materializações de corpos, aparatos jurídicos sobre gênero que se proliferam socialmente. Dessa forma, as corporalidades de mulheres transexuais e travestis na relação com tais discursividades e materializações podem aceitar, rejeitar ou produzir subversões sobre uma série de negociações, assim como as mulheres cis, brancas ou negras também o fazem.
(Letícia Nascimento, 2021, p. 61)

A construção do sujeito social, como do sujeito de direito, são criações artificiais normativas complexas que as corporalidades travestis e trans sempre denunciaram com a sua verdade, mesmo que tenham tido vidas e histórias invisibilizadas. Ouvir sobre suas lutas dentro do contexto brasileiro faz aparecer sua considerável organização política e como o confronto contribui nas discussões sobre sexo/gênero e sexualidade a partir de lugares de exclusão.

Tratando um pouco sobre a história, João Silvério Trevisan em seu livro *Devassos no Paraíso*, publicado pela primeira vez em 1986, citando Pier Paolo Pasolini, escreve que “o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais das sociedades pós-industriais” (2018, p. 17), pois:

Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir).
[...]
E eu acrescentaria: sob controle também da mentalidade empresarial, em época de globalização do mercado.

Pois bem, discutir gênero e sexo é também tratar de sexualidade e do quanto estas questões refletem na construção do ser social brasileiro. João Silvério Trevisan (2018, p. 19-21) apresenta vários dados de pesquisas que desconstruem o padrão de “brasileiro fegoso”, de mente aberta e livre, e revelam um perfil sexual conservador. Mas não só. Revelam também uma distinção “entre o que se dizia e o que se fazia”; perfil que acompanha nossa cultura de aparências. E ainda mais: dentro da complexidade da sociabilidade capitalista com seus interesses em consumo (*pink money*), ficam evidenciadas também algumas concessões e aceitações a uma homossexualidade *clean* (a exemplo da *lesbian chic*). Pensando sobre informações tão contraditórias, o autor vai lembrar que a vida em sociedade sempre se valeu de “reservatórios negativos”. Diz:

A verdade é que **a civilização sempre precisou de reservatórios negativos que possam funcionar como bodes expiatórios nos momentos de crise e mal-estar**, quando então, por um mecanismo de projeção, ela ataca esses bolsões tacitamente tolerados. Em outras palavras, sempre que a minha situação não tem saída, a saída é **atacar o mal fora de mim**. As periódicas perseguições aos judeus têm sido, ao longo da história, claro exemplo dessa projeção ideológica. Assim também se pôde constatar, por muito tempo, um recrudescimento do racismo contra os negros em vários moldes, inclusive científicos - segundo os quais, por exemplo, sua inferioridade genética se refletiria num QI mais baixo. A homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos. Sendo a permissividade social basicamente oportunista, a tolerância varia de época para época, dependendo de fatores externos, que acrescentam a prática homossexual maior ou menor grau de periculosidade, conforme as necessidades circunstanciais. (destaquei - João Silvério Trevisan (2018, p. 21 e 22)

Lembro aqui que este “mal fora de mim” perseguido é, em verdade, o “mal em mim” muitas vezes; articulando a reflexão neste ponto com o rompimento na psique que Grada Kilomba (2019) explica quando o branco separa o outro interno (ou o eu/*self*) e insere no negro tudo o que ele repele, criando o Outro - que na realidade é o ser oprimido e violentado pelo branco -, mas nessa absurda projeção inverte os papéis: o branco se torna a vítima compassiva e o tirano é o negro.

João Silvério Trevisan (2018) não menciona as travestis na citação anterior como “reservatórios negativos” porque seu vasto estudo é sobre a homossexualidade no Brasil, mas dedica seção no capítulo “Já temos um passado” às travestis (“Travestis tipo exportação”).

João Silvério Trevisan (2018) vai trazer um pouco da vivência de sofrimento e muita luta (bem diferente do *glamour* dos Carnavais¹⁰⁴) a partir da década de 1970 nas grandes cidades brasileiras. Dedicar-se ele mais especificamente a São Paulo, no entanto são vivências experienciadas pelas travestis no Brasil afora. Trata-se de situação de vida nas ruas, lado a lado com a prostituição feminina cis; em casa/família, na infância e na adolescência sofrendo surras (principalmente do pai), sendo expulsas ainda na infância e na adolescência para viver à margem da sociedade. Exemplo da¹⁰⁵ travesti maranhense Suzane Kellen, expulsa de casa aos 9 anos, desfazendo quase que totalmente laços familiares, para viver na marginalidade social.

A prostituição, inclusive no exterior, resultou em algumas situações que as travestis se tornaram arrimo de família. João Silvério Trevisan (2018, p. 383) registra a fala de Petra: “[A gente] vai para a Itália fazer a prostituição, vem com dinheiro e a família começa a aceitar por causa da situação financeira...”. A prostituição é na verdade uma necessidade em razão da compulsoriedade da vida à margem da sociedade, que lhes impede de se alfabetizar, que lhes impede de aprender uma profissão, lhes impede até de manter relacionamentos fraternos de amizade e ter vivências em espaços como bares. A prostituição é o que resta. “O preconceito te empurra para a prostituição. [...] O cara só te vê como um pedaço de carne, é só sexo... Isso te faz criar uma mentalidade, tirar proveito disso”, fala de Luciana em João Silvério Trevisan (2018, p. 383). Essa situação gera um efeito em círculo entre as partes nessa relação quanto ao risco da violência: de agressão quanto às travestis, de assalto quanto aos clientes.

Ainda nos relatos quanto aos mais variados tipos de violência nas décadas de 1980 e 1990, João Silvério Trevisan (2018) vai dizer dos espancamentos por grupos de machões, dos ataques por grupos neonazistas. Sobre a relação com a polícia neste mesmo período havia cobrança de “taxas de proteção”, extorsões, agressões, sequestros, prisões. Relato da travesti Midori (uma liderança em direitos dos homossexuais), que reclamou de seus direitos aos policiais em São Paulo e foi presa

¹⁰⁴ Não à toa se pode utilizar como referência metafórica as máscaras do Carnaval como uma representação social de liberdade, uma aparência que oculta a essência de exclusão social e violência que sofrem travestis/trans quando acaba o Carnaval. Os cristãos pedem perdão à Deus pelos pecados ao final do último baile e retomam sua vivência de opressão aos marginalizados e vulnerabilizados. Atitudes essas também ocultadas por outras máscaras sociais (a democracia participativa, o direito – com seu sujeito próprio e seus contratos, são exemplos).

¹⁰⁵ O autor não usa o feminino quando fala das travestis, mas tomo a liberdade de fazer essa correção quando não o cito literalmente.

por meses, surrada, forçada a assinar falso depoimento, tendo sofrido vários estupros, só sendo libertada por atuação persuasiva das entidades de direitos humanos.

Com muita luta política e junto às instituições, inclusive o Judiciário, travestis conseguiram no final da década de 1970 um documento de habeas corpus para que pudessem portar e apresentar aos policiais nas abordagens. Documento que era apreendido e rasgado pelos próprios policiais em demonstração de descaso e impunidade. Houve muito confronto violento em resposta a atuação da polícia por parte das travestis, inclusive passaram a utilizar até a automutilação (individualmente e coletivamente) nas delegacias, em celas, nas viaturas, quando presas injustamente.

As prisões das travestis pela polícia, relata João Silvério Trevisan (2018), eram fundamentadas em duas justificativas: vadiagem e importunação ofensiva ao pudor. As motivações guardavam muita controvérsia entre os juristas, mas as prisões eram realizadas. O autor se refere a uma portaria (de 1976) do então delegado de polícia da Seccional Centro, em São Paulo, que determinava prisão em flagrante das travestis que estavam nas ruas, com a prescrição que as fotografassem para que os magistrados avaliassem sua nocividade a partir de seus trajés.

Tais argumentos tornavam a situação ainda mais confusa, sobretudo quando esse mesmo delegado aceitava que, ao contrário da prostituição masculina, a feminina era um mal necessário para “preservar a moralidade dos lares”. Havia portanto, perante a lei, uma clara diferença de tratamento determinada pela homossexualidade em questão. Na verdade, os travestis eram considerados vadios por um juízo moral, e não legal. Evidência disso é que o acima mencionado delegado se referia a eles como “pervertidos”. Tal confusão de conceitos não era novidade. (João Silvério Trevisan, 2018, p. 385 e 386)

A violência vinha também de parte da própria imprensa, que pedia repressão pela polícia contra as travestis, que degradavam e afrontavam a instituição família. A partir de 2010 houve alguma melhora quanto à violência perpetrada pela polícia e pela sociedade em geral, pois “ocorreu uma maior visibilidade e compreensão do que era ser transexual e travesti, além de uma ampla discussão sobre seus direitos civis, o que diminuiu os casos de violência policial contra esse grupo.” (João Silvério Trevisan, 2018, p. 386)

Afora essa luta por existência e direitos, nas décadas de 1980 e 1990 houve uma luta das travestis contra problemas sérios de saúde. Um verdadeiro problema social. Muitas estavam tendo experiências dolorosas e até morte em razão da aplicação de silicone industrial tóxico. Houve também, a partir da década de 1980, a epidemia da AIDS que provocou “uma verdadeira devastação” entre travestis. Não

havia proteção à sua saúde pelo Estado nem desenvolvimento de políticas públicas que se voltassem às travestis. E muitas delas tinham relações sexuais sem proteção para atender desejo dos clientes. (João Silvério Trevisan, 2018)

A vida de violência de todos os tipos no Brasil nas décadas apontadas por João Silvério Trevisan (2018) levou a um movimento de migração para a Europa já a partir da década de 1970. Paris era uma cidade considerada “paraíso da prostituição para travestis”, tendo algumas até feito pequenas fortunas em alguns espaços. Mas essa situação mudara apenas o pano de fundo, pois a vida de marginalidade social e violência, que culminou até em assassinatos, continuou. “Acima de tudo, não passavam de exóticos objetos de consumo - tanto quanto eram exóticos os primeiros índios levados para a Europa, após a descoberta do Brasil.” (João Silvério Trevisan, 2018, p. 387 e 388) Com o tempo começaram a haver na França dificuldades sociais e políticas. As prostitutas francesas mobilizaram-se contra as travestis brasileiras que por não pagarem impostos faziam concorrência desleal. As barreiras na França levaram as travestis brasileiras a espalharem-se por outros países da Europa, a exemplo da Alemanha, Portugal, Espanha, Suíça e Itália. Levantamento sobre infecções com o vírus da AIDS e seu alto número entre as travestis brasileiras trouxeram dificuldade de entrada e permanência na Europa. Sobre essa questão os consulados brasileiros se omitiram.

Estas não foram as únicas marcas deixadas pelas travestis brasileiras na Europa, que tiveram registros na música e até um documentário sobre elas, feito pela mulher do cantor inglês Sting; tendo este incluído em seu álbum de 1999 uma canção em homenagem às travestis brasileiras (“Tomorrow We’ll See” – Amanhã veremos).

Corroborando com a pesquisa de João Silvério Trevisan (2018) sobre a vida de luta contra a perseguição do Estado, Jovanna Baby/Jovanna Cardoso¹⁰⁶ relata, no perfil do Instagram do FONATRANS (2023a, não p.), sua prisão e condenação. Diz ela em vídeo:

Olá, o artigo 59 do Código Penal brasileiro é o artigo de hoje está obsoleto, mas não está extinto. Tá ainda no Código Penal que é um Código bastante antigo e nunca foi revisado. Pois é, esse artigo foi utilizado para eu Jovanna Baby, mulher travesti, ser condenada nos anos de 1970 por vadiagem. Fui arrancada da fila de um cinema e levada pra delegacia e autuada no artigo 59 que é vadiagem. Então nós travestis nos anos 60, 70, 80, 90, tivemos essa perseguição oficializada, que era ser presas, perseguidas, caçadas e condenadas por vadiagem. É isso.

¹⁰⁶ Precursora da organização política das travestis no Brasil e presidenta do FONATRANS.

Ainda sobre essa perseguição por vadiagem, o FONATRANS (2023a, não p.) registra que “as maiores vítimas do artigo 59 do código eram as Travestis.” Bastava ser travesti e estar nas esquinas para enquadramento.

Elias Ferreira Veras (2019) também registra que as vidas das travestis foram atravessadas por estigmas. O estigma da prostituição, o estigma da AIDS. E a imprensa fomentou a construção do sujeito travesti marginal. Mas a imprensa também era o lugar de fratura do estigma, posto que dava o protagonismo da voz às travestis dentro desse mesmo processo. As travestis contribuíram para visibilizar a invisibilizada violência policial, por exemplo. Ou seja, também havia espaço para contra-discursos. Elias Ferreira Veras (2019, p. 125) diz a esse respeito:

As travestis assumiram não apenas uma nova identidade sexual, mas, também, o protagonismo do verbo. As reportagens nas quais elas aparecem denunciando a perseguição policial e os preconceitos são exemplos de como se apropriaram da imprensa como lugar de construção de novos discursos.

Elias Ferreira Veras (2019, p. 139) fala da importância da organização das travestis com a criação da Associação de Travestis e Liberados (Astral) na década de 1990, que “inaugurou um novo capítulo na história das organizações políticas das travestis.” Um dos objetivos foi superar estigmas do sujeito travesti marginal e construir uma identidade travesti cidadã, na luta por direitos, por espaço, também com a reivindicação do uso do pronome no feminino e o emprego do termo travestilidade em vez de travestismo.

Sobre o início da organização política - nos anos 1970 - das travestis juntamente com as prostitutas, em Vitória/ES, Jovanna Baby, em vídeo de 6 de setembro de 2023, no Instagram do FONATRANS, narra um pouco dessa trajetória. O FONATRANS (2023b, não p.) registra na postagem que Vitória/ES “é o berço da organização política das Travestis e Jovanna Baby nossa Matriarca Black Trans Brasileira.” Fala Jovanna Baby (2023b, não p.) em vídeo no FONATRANS:

Olá, nós estamos aqui no centro de Vitória mais especialmente nessa escadaria onde aqui - eu morei aqui nesse prédio inclusive, eu morei aqui nesse prédio, que era um hotel chamado hotel Mônica – e aqui nessas escadarias nos anos setenta nós nos reunimos pela primeira vez para discutir a possibilidade de organização política e social das pessoas travestis juntamente com as prostitutas. Foi aqui que nós pensamos nessa possibilidade de organização política e social. Retornar a esse lugar dá uma emoção muito grande.

Jovanna Baby (2023a, não p.) explica e faz também relato de sua experiência:

A sociedade brasileira não sabe o que é travesti, não sabe o que é transexual, não sabe o que é homem trans. Pra eles é tudo viado. O governo precisa educar seus gestores, o governo precisa educar a sociedade, o governo

precisa educar as crianças pra respeitar as diferenças. Porque infelizmente as políticas que são editadas pelo governo brasileiro, elas são editadas para pessoas brancas, né. A gente não têm políticas editadas pra pessoas pretas, imagina pra pessoas travestis pretas. O fato de conquistar o nome social e de conquistar o nome civil a partir da decisão do STF, não mudou muito a nossa vida, porque o problema maior que nós temos é de falta de educação. Porque eu, mesmo com meu nome retificado, em alguns locais as pessoas exigem que eu fale o meu nome morto. E eu não vou trazer esse nome morto porque ele não existe mais. A sociedade precisa entender que estudar sobre e respeitar não vai fazer ninguém mudar a orientação sexual, identidade de gênero, não se vira, não se resolve: “ah, hoje eu vou ser trans”, “ah, hoje eu acordei e não quero ser trans”. Não é assim. Nós sabemos que tem pessoas oportunistas em várias orientações e em várias identidades, mas não é o caso geral da população de travestis e transexuais. O governo precisa investir em políticas de educação. Inclusive pra beneficiar nossa população, quando na maioria não conseguimos fechar nem o ensino médio nem o ensino primário. Já sai da escola porque a segregação e a perseguição é muito grande. Então, permitindo que essas pessoas se eduquem e propiciando à sociedade de forma geral se educar e conhecer essas pessoas, os efeitos da transfobia vão mitigar e muito.

É um depoimento significativo e que aponta a educação (de forma geral) na aceitação da diversidade. Discutir em um doutorado em direito também é parte desse processo educacional. Além dessa questão o depoimento de Jovanna Baby quanto ao seu nome e a decisão do STF também permite refletir sobre o direito enquanto norma e o quanto seu impacto na vida concreta é relativo.

Sobre nome e a quebra de dicotomias, apesar da importância do registro e do documento de identidade para o exercício de direitos enquanto pessoa que é, estes documentos não marcam o momento a partir do qual elas usam o nome que escolheram. As instituições e sociedade em geral podem insistir em tratá-las pelo “nome morto” como falam Jovanna Baby e Megg Rayara, mas em seu âmago, seus coletivos, suas comunidades, elas já são chamadas e referidas como o são. É o que se pode ver no depoimento em áudio de Gui Takahashi (jornalista, criadora de conteúdo digital, travesti) no perfil do Instagram da ANTRA (@antra.oficial), quando diz que ao indicar seu nome para a retificação recebeu da servidora do cartório uma informação que talvez o nome escolhido não pudesse ser registrado por ser muito pequeno e parecer um apelido. E Gui fala: “Fiquei frustrada e ansiosa... O nome que já venho usando vai ter que ser aprovado por uma pessoa que nem me conhece e sabe da minha trajetória.” (ANTRA, 2022, não p.) Gui já era Gui antes mesmo de qualquer retificação e já diz de sua existência.

A luta é diária e permanente, como sempre relatam as travestis e mulheres trans. Lutas políticas, algumas delas tendo o Judiciário como arena. Atualmente foi retomado o julgamento do uso do banheiro. Enquanto o Judiciário julga onde as

travestis e mulheres trans podem fazer xixi, estas continuam sendo assassinadas e excluídas do mercado de trabalho formal; continuam se movimentando e teorizando; continuam na insurgência.

Sobre o uso do banheiro, Jovanna Baby (2023b, não p.) tem algo a dizer ao STF:

Alô, STF, quando eu uso um banheiro eu uso para suprir as minhas necessidades fisiológicas. Eu não uso o banheiro para fazer qualquer outro tipo de atividade e muito menos para aliciar mulheres ou homens; até porque não têm casos no Brasil de histórias de travestis que usaram o banheiro e aliciou mulheres dentro desses espaços. Então, nós, enquanto travestis e transexuais, nós usamos o banheiro para saciar as nossas vontades fisiológicas e só isso.

A luta por direitos dentro do Judiciário é uma realidade, mas que acontece porque há uma luta por direitos fora e independente do Judiciário. A luta individual e coletiva é no adentrar no espaço banheiro e enfrentar a violência da estrutura social; é se insurgir contra a norma de exclusão. É o que vem ocorrendo no Brasil e noticiado na imprensa e nas redes sociais das travestis e mulheres trans e suas associações.

Ainda sobre a organização política, primeiras pautas e cuidado umas com as outras, Keila Simpson¹⁰⁷, via perfil do FONATRANS (2023c, não p.) vai dizer:

Poder político que vinha das próprias travestis para as travestis. É importante destacar que nesse período nós não tínhamos toda essa diversidade de identidades que a gente conseguiu adquirir e que temos hoje. Nós éramos travestis, nós éramos tratadas ainda com os pronomes masculinos. A gente nem colocava isso em questão, era tão mágico, tão importante se organizar politicamente que essas questões que foram chegando com o tempo, essas nomenclaturas e essas identidades que foram surgindo, elas são tudo fruto dessa discussão inicial, desse pioneirismo que tava mantido lá no início dos anos 90 que se redundou nessa... nesse crescimento potente que tiveram as pessoas trans, especialmente dessa forma muito artesanal que Jovanna fala, que Indianara traz também de capturar pessoas que eram travestis nas suas localidades, que sequer sabiam que se organizar politicamente poderia redundar em muitas coisas, poderia se reverter em muitos benefícios pra gente. Mas também fazer com que essas pessoas tivessem um pouco de dignidade. Porque houve travestis que chegaram no ENTLAIDS¹⁰⁸, e aí eu quero falar de Monique Alves, lá do Piauí, que era apedrejada na rua porque saía. Porque Monique é uma travesti bem característica dessas que as pessoas entendem que travesti é e que não é bela, não tem um corpão e que não tem nada disso e que era apedrejada na rua.

¹⁰⁷ Travesti, negra e prostituta, também uma referência no Brasil no ativismo LBTT+ e presidenta da ANTRA.

¹⁰⁸ ENTLAIDS é o Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na prevenção da Aids, tendo o primeiro ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1993. Fonte: <https://antrabrasil.org/historia/> Acesso em: agosto de 2023.

É como afirma Letícia Nascimento (2021, p. 15): “A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, [...]” E as violências recaem sobre o corpo.

Percebe-se na narrativa de Keila Simpson (2023) que há uma simbiose da organização política e do cuidado. Elas são uma memória viva do processo de transformação de si e de ação política. É por isso que ouvir suas memórias e vivências para sair das margens e tornar-se rio, é crucial para articular com as propostas teóricas trabalhadas na tese. Interessa-me buscar respostas para algumas perguntas. Como se deu a transgressão e a (re)construção de suas vidas? Como se deu a construção de si em si? No que pode-se articular com as questões teóricas apresentadas ao longo da tese? A trajetória desses corpos no espaço público importa, como importam as suas subjetividades.

Como inicia Amara Moira (2022, p. 19) a contar a sua história: “Por onde se começa uma história, minha história, sendo eu travesti? Vasculho os porões da memória atrás de indícios de que eu já fosse o que sou, [...]”

Letícia Lanz decidiu ser por fora quem era por dentro quando estava na UTI de um hospital se recuperando de um enfarte. Simbólico para ela ter sido logo o seu coração a “gritar”. Órgão que carrega a imagem de guardar emoções e sentimentos. O seu coração estava angustiado e não suportou mais. Falando sobre essa angústia, Letícia Lanz (2021, p. 12) afirma que “o coração encolhe e sofre quando a gente não consegue expressar com liberdade quem a gente é.” Relata ela sobre o momento de sua decisão:

Decidi: se eu sair daqui viva, mudo minha vida. **Troco minha vida segura – e miserável – no armário por uma vida imprevisível e arriscada fora dele.** De repente, mesmo em minhas piores projeções de futuro, essa nova vida se mostrava infinitamente mais digna, prazerosa e verdadeira do que a que eu estivera levando até ali.
Transacionar era a única coisa a ser feita se eu quisesse continuar viva.
(destaquei - Letícia Lanz, 2021, p. 14)

Márcia Rocha, empresária, advogada e travesti, também expressa em poesia a sua libertação:

Poema de quando resolvi assumir o que sou [2009]

Me olhe como quiseres,
que hoje não ligo mais.
Críticas que há tantos ferem,
há muito, só ferem os demais.

Sigo de cabeça erguida
ignorando os passantes,
suas feições ressentidas,

deboches, sorrisos infames.

Vivo na ilha segura
de minhas convicções,
onde o espelho é ternura,
verdade sem desilusões.

Tu, que já não compreendes
minha maneira de agir,
deixo esquecido na mente,
já não me podes atingir.

Pelo que sou não me culpo,
cabeça erguida mantenho
e ao mundo não me desculpo,
ignorando seu cenho.

**Sou o que sou, já não nego,
desfilo entre os demais
e às regras terrenas renego.**
Arreponder-me jamais!

**Sou mais um fruto da vida
que todos terão que engolir.
Sou livre, alegre e sofrida,
sou homem e mulher, travesti.**

(destaquei - Márcia Rocha, 2022, p. 116 e 117)

Mas até esse momento de aceitação houve inúmeros enfrentamentos. Desde a infância sentia uma “identificação profunda com o feminino” (Márcia Rocha, 2022, p. 104), admirando todo o universo feminino, um encantamento com seu jeito de movimentar-se, seus gestos. Quando apaixonou-se pela primeira vez por uma garotinha ficou a se questionar: “como podia gostar de mulheres e querer ser igual a uma?”. (Márcia Rocha, 2022, p. 105)

“Montava-se” no quarto e para o mundo performava um masculino briguento, que fazia jiu-jitsu e capoeira. Com as mudanças corporais começou a sentir que seu corpo externava algo distante do que tinha de imagem de si. Procurou uma prostituta sobre o que fazer com o corpo e foi quando ouviu sobre hormônios, que começou a tomar. As mudanças chamaram a atenção de seu pai, que levou Marcos Cesar ao médico e ali foi dissuadido a continuar tomando hormônios sob o argumento que ficaria estéril. Viveu por muito tempo entre dois mundos, casou, veio a paternidade. Conheceu um psicólogo que lhe auxiliou nos primeiros passos da transformação e tomou a decisão de se assumir publicamente. Sua filha inicialmente ficou assustada, mas depois aceitou e foi morar com ela, que continuou sendo o pai cuidadoso que sempre havia sido. (Márcia Rocha, 2022)

Sobre seu corpo e as cirurgias, resolveu fazer procedimentos de feminização. Seu pênis nunca foi um problema.

Não estava entre seus planos fazer uma operação de “mudança sexual”, porque não era dessa forma que se enxergava. Ele sabia que havia muitas transformações e sensações que gostaria de experimentar em seu corpo, mas seu pênis não era algo que ele gostaria de mudar. Ele fazia parte de si, parte da pessoa que ele agora sabia ser. Por definição, era uma travesti! Um termo cheio de estigma, de simbologia negativa, rejeitado, excluído. Aquele era o modelo de figura impossível de ser aceito, o ser humano mais discriminado e marginalizado nas sociedades. Mas era isso o que ele era, era o que compreende a ser, era o que iria expor.
(Márcia Rocha, 2022, p. 115)

E continua contando de seu cotidiano:

Depois que me assumi Márcia, comecei a perceber que algumas cenas cotidianas que transcorreriam de maneira completamente comum se eu ainda fosse ele, Marcos, agora carregavam todo um outro significado por ter me assumido como uma travesti. Tudo se torna diferente quando isso acontece, das coisas mais simples até as mais complexas. Alguém reclamará se eu usar o banheiro? Como fingir que não percebo olhares e cochichos ao pisar no mesmo clube que sempre frequentei por toda a minha vida como reagir ao espanto das pessoas quando minha filha me chama de pai na loja de roupas.
[...]

A verdade é que o mundo ainda não está preparado para nós, e, infelizmente, ainda serão necessárias muitas dessas outras cenas, desses questionamentos e dessas situações embaraçosas, até que as pessoas consigam compreender e aceitar que as coisas estão mudando, que nós sempre existimos, mas que agora não precisamos mais nos esconder. A luta é diária. Mas - tento me lembrar disso a todo momento - as felicidades também o são.

(Márcia Rocha, 2022, p. 119 e 120)

Depois de se assumir publicamente, Márcia Rocha foi convidada integrar a Comissão da Diversidade Sexual da OAB-SP e não parou mais seu ativismo defendendo direitos iguais independente de gênero e sexualidade, se aprimorou em direitos humanos.

Denominei-me “travesti com muito orgulho”, militante LGBT e feminista, como formas de manifestações políticas de fato. E, com o Laerte Coutinho, Letícia Lanz e Maite Schneider, fundamos a Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT), cujas finalidades são colaborar com a academia em estudos e compreensão das questões sobre pessoas trans, conscientizar a sociedade sobre a questão transgênera - em especial a existência de pessoas trans que não estão na prostituição - e por último ajudar pessoas trans a se inserirem no mercado de trabalho.

(Márcia Rocha, 2022, p. 122)

Ainda preocupada com a empregabilidade idealizou com um grupo de ativistas o Transempregos, projeto com iniciou com a criação de um site para buscar a conscientização das empresas e diminuir o preconceito, sobretudo com pessoas trans que vêm da pobreza.

O fato de a pessoa não ser ou não aparentar mais aquilo que está escrito em seu RG não a faz uma profissional pior ou melhor do que as outras. Essa discriminação – às vezes velada, e, muitas vezes, descarada - acaba colocando as travestis e transexuais em um “beco sem saída”, no qual se veem encurraladas e sem alternativas além da prostituição para conseguir sobreviver. E isso é apenas um exemplo do tamanho da intolerância que existe com elas no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, existem os homens trans que sequer têm a opção de se prostituir, tantas vezes ficando eternamente condenados ao anonimato, ao armário e à repressão identitária, sem qualquer possibilidade de trabalho para se sustentarem e, dessa forma poderem se assumir.

(Márcia Rocha, 2022, p. 123 e 124)

O relato de Márcia Rocha (2022) expressa como o desenvolvimento da vida material constrói situações de exploração. E sua história de vida no geral nos diz da transição que venho falando deste o início da tese, que é interna e individual, mas também repercute na ação política.

Quanto ao projeto Transempregos, no início só havia 12 pessoas envolvidas e hoje há quase duas mil empresas parceiras e mais de vinte mil currículos cadastrados na plataforma, sendo aproximadamente 40% dos candidatos com curso superior mestrado ou doutorado. (Márcia Rocha, 2022)

Pisci Bruja¹⁰⁹, em seu relato pessoal e político sobre a construção da sua travestilidade intitulado “Tenho entendido cada vez mais que gênero não é apenas uma performance” diz:

Há pouco mais de um ano, ou talvez há quase dois anos iniciei meu processo de transição de gênero. Diferente de muitas narrativas transvestigêneres, não fui acusada de ser travesti, mas encontrei inspiração e pertencimento entre minhas irmãs, irmãos e irmãs trans.

Apesar de hoje poder ler nos olhares assediosos e no deboche que me cercam cotidianamente nas ruas, toda a dúvida e confusão da cisgeneridade... de fato, fui eu mesma a primeira a me dizer travesti. Vinha neste processo de entender e recalculando a rota do meu corpo no espaço público. Transitava e se transfigurava de uma bixa branca, já não muito normativa, para uma corpa sempre com poucas roupas, alguma maquiagem e com peitinhos nascendo!

(Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Sobre o medo, ela relata: “Levei um tempo para deixar de temer as ruas. Parece que quanto mais distante de um padrão binário você está, quanto mais estranha é a sua corpa, maior será a abjeção.” (Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Sobre gênero e performance ela faz a relação com o medo, com a perseguição às mulheridades, pressão estética para editar sua corpa a fim de ser enquadrada no padrão normativo binário de gênero:

¹⁰⁹ Travesti, branca e que convive com o vírus do HIV.

Talvez venha daí a busca incessante que muitas pessoas trans e travestis tenham pela “passabilidade”. Quero dizer, pela autorização em poder passar sem ser alvo de violências outras para além do assédio sexual que perseguem as mulheridades. E, conseqüentemente da pressão estética para que a gente se enquadre dentro de uma normatividade binária de gênero, o que já adianto e repito insistentemente em forma de mantra para mim mesma: nunca vai acontecer.

Nesse processo de me permitir a performance feminina nesta corpa com pau, tenho entendido cada vez mais que gênero não é apenas uma performance, mas também se trata de uma edição. A forma como eu edito meu corpo vai dizer o quão “feminina” ou “masculina” estarei diante à régua da cisgeneridade. E vai dizer também se serei tratada no feminino ou se terei que passar o dia corrigindo meu gênero. Quando não estou a fim de retalhar o meu rosto e decido sair com xuxu (barba mal feita), rapidamente já sou alocada no masculino. “Como assim mulher de barba?” ou “como assim um homem de barba e peitos?” (Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Confesso que ter que enfrentar isso diariamente era muito cansativo. Editar minha corpa para ser legitimada enquanto feminina também. Eu estava nesse **processo de descoberta da minha travestilidade** e de eterna negociação quando veio a pandemia do novo coronavírus. (destaquei - Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Passa a relatar como foi o momento da pandemia para ela e para a população trans e travesti. Sendo contratada por duas instituições (Coordenadoria de AIDS de São Paulo e a ONG Casa Chama – que presta serviços à população trans e travesti) cumulado com o auxílio emergencial conseguiu manter seu aluguel e se alimentar até meados de setembro. Mesmo que temporariamente, pode se cuidar, não “sofrer os traumas de ser uma travesti nessa sociedade” e fez muitos contatos virtualmente com pessoas trans e travestis.

Essas pessoas estavam em situações de vulnerabilidade social muito maiores do que a minha, inclusive. Pessoas que dependiam das artes para fazer dinheiro, e que não estavam tendo mais este espaço. São pessoas que precisavam continuar saindo para fazer pista, e expõem seu corpo a mais violências cissexista, ao racismo, às IST de forma geral e agora ao Covid-19. Em grande parte, e para além dessas dificuldades e exposições, também tinha o fato de que havia diminuído o número de clientes, tornando o trabalho sexual que já era difícil ainda pior e mais mal pago. (Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Dentro do contexto da pandemia ela vai dizer que começou a traçar estratégias através da ONG Casa Chama para cuidar de quem teve comprometida a alimentação, a moradia e a prevenção da saúde, posto que muitos meninos e meninas trans perderam suas casas, reduziram a quantidade de refeições e não puderam cuidar da saúde, parando inclusive tratamentos, como a própria Pisci Bruja. Quando, após setembro de 2021, teve que voltar os trabalhos na rua, através da ONG É de Lei (onde atua como redutora de danos) desenvolveu trabalhos pelas pessoas em situação de rua.

Pisci Bruja conhece em sua própria vivência e resistência o que o Estado e o modo de produção capitalista guarda para a população vulnerabilizada.

A pandemia da Covid-19 escancarou e aumentou a violência e a marginalidade contra as populações historicamente oprimidas. E é **notável que quaisquer intervenções e tentativas de apoio para amenizar este quadro são feitas por ações singulares, por pessoas e instituições sociais muito específicas, e jamais pelo poder público**. Para este, a Covid-19 soa muito mais como uma oportunidade do que como uma crise de sociedade.

E tem sido **dentro desse contexto de profunda crise social, mas também de articulação política que construo a minha travestilidade**. E sei que sob este aspecto, certamente não sou a exceção, mas a norma, pois **travestilidade sempre foi sinônimo de resistência, de luta e de enfrentamento direto às principais estruturas de sustentação do capitalismo e da colonização**. (destaquei - Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Ela se constrói individualmente dentro da luta que é coletiva e que vem delas mesmas.

E se não a gente mesma, ninguém fará por nós, pois ninguém se importa com as travestis negras, indígenas, nordestinas e nortistas. Essas são expulsas e migram de seus territórios em busca de oportunidades em São Paulo, mas que muitas vezes acabam pedindo comidas nas ruas, montando suas malocas ou enfrentando as tensões das ocupações. Ninguém se importa também com as travestis que estão morrendo de AIDS nas ruas deste país. Elas sofrem ataques diários; são vistas como vetor de doença por uma sociedade higienista e eugênica; e que têm suas roupas e medicamentos queimados em uma tentativa constante de promover a nossa destruição física. (Pisci Bruja, [2021?], não p.)

E conclui:

A crise social que estamos mergulhadas nos diz a todo momento que é preciso ter prioridades. E que esta não pode ser normatizar, adoecer e matar nossas corpos pelo simples fato de não nos dobrarmos diante da ficção inventada para colonizar a todes nós. É preciso ter prioridades e comprometimento com a vida. E muitas de nós travestis temos nos ocupado com a sobrevivência das nossas. Que as travestilidades inspirem cada vez mais lutas por uma sociedade mais justa. (Pisci Bruja, [2021?], não p.)

Pisci Bruja diz em depoimento em vídeo ao E! Online Brasil¹¹⁰ (por Sally Borges, 2022, não p.) que seu maior sonho é viajar em segurança, conhecendo o Brasil e os outros países da América Latina; sendo respeitada como é, se expressando e florescendo como é, vivendo relações dentro da sociedade. Isso é felicidade.

Em seu relato é possível extrair as outreridades que Letícia Nascimento (2021) explica e o quanto é fundamental superar *mulher* e tratar de *mulheridades* para que se inclua toda a experiência real. Enfrentar ficções é a luta diária de pessoas

¹¹⁰ Em: <https://www.eonline.com/br/news/1317502/visibilidade-trans-conheca-a-historia-de-pisci-bruja>
Acesso em: julho de 2023.

travestis e transgêneras. Desessencializar sexo e gênero, problematizar insistentemente a sexualidade são processos teóricos e práticos, individuais e coletivos, fundamentais na superação de barreiras de classe, gênero e raça no Brasil.

Apesar do esforço para que a mulher ficasse reduzida a uma opressão determinada pelo sexo anatômico, a construção social do gênero veio demonstrar que a opressão se estabelece socialmente, não é natural. (Letícia Nascimento, 2021) E o que Letícia Nascimento (2021) vai nos trazer além, com o transfeminismo? Letícia Nascimento (2021) amplia ainda mais a discussão da alteridade ao situar a travesti e a mulher trans. Repito citação que foi escolhida como epígrafe da Apresentação da tese:

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das *outriedades* se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas *outriedades* estão além; somos, de certa maneira, o *Outro do Outro do Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher.” (Letícia Nascimento, 2021, p. 52)

A produção binária, inserindo as mulheres transexuais e travestis como “uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”, conforme afirma Letícia Nascimento (2021, p. 52), gera barreiras até mesmo dentro do feminismo. Letícia Nascimento (2021, p. 52) reconhece a complexidade desse contexto, dizendo:

Nesse sentido, é difícil para homens e mulheres cis, brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades.

Registra Letícia Nascimento (2021) que o feminismo vê as transexuais e travestis como *outsiders*. Por esta razão, desessencializar o gênero é fundamental e o transfeminismo vem com esta proposta.

A construção do ser da travesti/trans se trata de crescimento (mental e físico) que, no mais das vezes, não ocorre no lugar previamente indicado: no lar, no seio da família biológica, com acolhimento e proteção.

A hoje vereadora em São Paulo, Erika Hilton, em entrevista¹¹¹ para a revista Cult intitulada “A vereadora insurgente”, fala um pouco da experiência de se criar outros laços ao ser expulsa de casa. “Eu me construí mulher no carro do cliente. Eu

¹¹¹ Os entrevistadores foram Helena Vieira e Paulo Henrique Pompermaier.

me vi mulher antes, em casa, mas me construí ao lado de minhas irmãs travestis na rua.” (Cult, 2021, p. 11)

Ainda mais sobre sua trajetória, diz Erika Hilton (Cult, 2021, p. 10):

Logo descobri que minha mulheridade não seria muito bem-vinda, uma mulheridade travesti. Aos 14 anos perdi provisoriamente o suporte da família sanguínea e me descobri na sarjeta e na prostituição. Inicialmente, com minha família havia sido uma trajetória de afeto, mas também tive que lutar muito pelo reconhecimento da minha condição de mulher, do meu gênero. Isso me fez a mulher mais votada do país, para a maior Câmara Municipal da América Latina.

São vidas entre a dor interna de não poder ser quem é o o medo da rejeição pelas pessoas mais próximas. Dor como Letícia Lanz (2021, p. 12) expressa na frase: “Dói muito não conseguir ser por fora a pessoa que a gente sente que é por dentro.” E medo como Marcelo Cosme (2021, p. 68) explica ao referir-se a comunidade LGBTTT+ em geral: “Mas nós, LGBTQIA+, de cara vemos a família como o maior monstro a se enfrentar. A maior batalha, o maior sofrimento. Nada é mais aterrorizante do que a ideia de rejeição dos nossos pais, irmãos, irmãs.”

Também há, ao meu sentir, como discutir aparência/essência na alteração dos sentidos do que é casa e do que é rua, posto que em algumas vivências, a rua se torna a casa, após a expulsão do lugar que deveria ser de acolhimento; e quem acolhe é a rua e outras travestis e mulheres trans que dividem da mesma experiência. “Encontrei nas ruas pessoas anônimas que me fortaleceram [...]”, diz Erika Hilton¹¹². Talvez se fossem melhor tratadas e compreendidas as determinações para pessoas buscarem acolhimento nas ruas o olhar da sociedade e do Poder Público buscasse uma alteridade de aceitação e não de aniquilação dessas pessoas.

Erika Hilton fala um pouco da experiência de se criar outros laços ao ser expulsa de casa.

Quando fui para a prostituição, que era a única forma de me manter viva, conheci muitas travestis que também me inspiraram, pela forma como são mulheres e pelo que fazem com seus corpos. Construí outros laços de família, porque família é um afeto, uma forma de estar junto. (Cult, 2021, p. 10)

Ao ser perguntada sobre o processo de tornar-se, em alusão à frase célebre de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”, Erika Hilton (2021, p. 10) responde:

É uma trajetória marcada por muitas dores, dificuldades e desafios. Eu soube que era uma mulher desde pequena. Ainda não sabia que era uma mulher

¹¹² Eleita em 2020 e primeira mulher negra e trans na Câmara de São Paulo.

travesti, mas já me via naquele universo. Eu me via como minha mãe, tias, avó, sentia fazer parte daquele mundo. O processo foi perceber-me mulher e encontrar formas de externalizar e viver isso.

A pandemia da Covid-19 foi um momento de crise ímpar e muitas opressões e vulnerabilizações têm sido (re)discutidas desde então. E foi na pandemia que veio o poema Transcender¹¹³ de Patricia Borges e Simone Ricco ([2021?]), denunciando como a violência da sociabilidade capitalista lhes atingiu:

Decretada pan pan pandemia
 caos total
 março, mar de contratos cancelados
 trans e travestis cheios de boletos para pagar
 isolados, confinados e tendo que se reinventar
 corpos dissidentes à margem,
 mais vulneráveis em tempos de máscaras e covardia desmascarada
 Como não sair de casa com aluguel pra pagar? Tendo que se alimentar?
 O vírus pode ser mortal, com a fome é igual
 O corpo que tem fome também é o ganha pão...
 Se a transfobia não fosse uma epidemia
 Seria mais fácil ter profissão
 Pra muitos de nós foi assim
 No tempo de estudar, viramos professores de nós mesmas
 Caímos no mundo, correndo atrás do pão, e da sobrevivência, de cada dia
 A sociedade normativa sempre usou máscara
 Pra disfarçar seu preconceito,
 Para nos desqualificar rotula
 Diz que eu sou mulher de pau,
 Faz piada
 e para dar uma disfarçada na própria libertinagem
 “homens de bem” agindo do modo mais boçal,
 nos empurram para a clandestinidade
 satisfazem seu prazer no mundo clandestino
 alimentam com miséria as putas baratas
 Violentos, cheios de selvageria, nos querem sem direitos e cidadania
 Tiram a poesia dos nossos dias
 Vou além dessa condição marginalizada
 Estou sempre no confronto com a negação
 desta sociedade trabalhada nos bons costumes machistas
 que não respeita a opinião diferente,
 destrata trans, artista, preto e tudo o que diz ser diferente
 Trans forma preconceito em piada
 E faz adoecer, sofrer e morrer por conta da vida precarizada
 Por ser quem é...
 Tenho muitos motivos para lamentar e lutar
 Vivo lutos, mas tenho lutado para ser trans poeta
 A literatura, na pandemia e todos os dias
 Repõe poesia na vida dura
 Escrevo com alguma inspiração
 E com muito desejo de reparação.

¹¹³ Em: <https://memoriapopulardapandemia.org.br/transcender/> Acesso em: agosto de 2023.

Mais um poema que expõe relações sociais entrelaçando gênero e classe. Mesmo trazendo neste capítulo mais fortemente a importância da identidade¹¹⁴, entendo como já exposto no capítulo 2 da tese que não há oposição entre classe e identidade. A identidade é uma questão central, mas não impede sua discussão na economia política. Além de ser uma análise incompleta sobre a luta das travestis que têm enoveladas classe-raça-gênero. Sobre essa visão equivocada, em ensaio sobre o documentário *Indianara*¹¹⁵, Katie Silene Cáceres Arguello e Victor Sugamoto Romfeld (2021, p. 148) dizem:

Um olhar desatento poderia insinuar que as lutas de *Indianara* se resumem a reivindicações de caráter “identitário”, isto é, adstritas à esfera de reconhecimento de sujeitas e sujeitos em suas singularidades. Mas em praticamente todas as passagens do documentário, fica nítido o compromisso de *Indianara* por uma sociedade anticapitalista, diante de todas as frentes na qual atua: [...].

A exploração-dominância em análise conjunta é um ponto de confluência. Importantes considerações são feitas por Amanda Palha (2015) na aproximação da luta das travestis ao marxismo quando expõe seu entendimento que a opressão (que ela insere transfobia, racismo, machismo e outras) não será compreendida nem superada sendo analisada separadamente da exploração do trabalho. Diz Amanda Palha (2015, não p.):

No que diz respeito a nós, população T, por exemplo, é uma ilusão imaginar que a nossa marginalização só não termina por causa de uma ideologia transfóbica, ou que o único obstáculo pra nossa dignidade é a conscientização de indivíduos preconceituosos. É verdade que existe toda uma ideologia que nos demoniza e marginaliza e isso é sem dúvida um passo, mas essa ideologia só se mantém por um motivo: ela é útil pra quem tem poder. Mais que útil: ela é fundamental.

É fundamental porque ela cria uma subcategoria de humanos, um grupo de quase-pessoas que ela diz que são tão sujas e anormais que não merecemos tratamento digno. Pra essa classe privilegiada, que depende de explorar trabalho pra manter seu poder e que, portanto, quanto mais explora, mais lucro tem, a existência de pessoas marginalizadas é muito útil!

Uma análise isolada da opressão não dá conta de apreender a realidade das vidas da população T (como Amanda Palha chama) e desfavorece a articulação de estratégias. Refletindo sobre a exploração do trabalho e a criação de “quase-

¹¹⁴ Como aduz Amanda Palha (2019, p. 39) explicando o transfeminismo: “Identidade ocupa, nessa discussão, papel fundamental, e merece destacada atenção.” No entanto, entende Amanda Palha (2019) que pode haver incorporação das dimensões identitárias na ação política marxista, mesmo com críticas dentro do marxismo sobre o que se tem chamado de identitarismo.

¹¹⁵ O documentário (de 2019) conta a trajetória da militante prostituta e trans, *Indianara* Alves Siqueira.

peças”, que não necessitam ser bem remuneradas, Amanda Palha (2015, não p.) menciona o trabalho no telemarketing.

Quando o telemarketing precisou crescer, o que fizeram? Nos enfiaram lá! Não “abriram generosamente as portas”, se aproveitaram do preconceito pra economizar às nossas custas. É óbvio que isso não é só ruim, precisamos mesmo trabalhar. Mas fizeram isso com dignidade? Quantas e quantos de nós que estão no telemarketing têm nome social respeitado? Usam o banheiro certo? Recebem o suficiente pra pagar as contas, pra sair da pista se quiser?

É singular que ela explique a partir de uma ocupação fora do trabalho sexual para que se perceba que mesmo em atividades que não venham com a carga do moralismo que vem a prostituição, há corpos que só acessam subempregos e isto faz parte da exploração do trabalho no capitalismo. Amanda Palha (2015, não p.) então conclui: “Nós somos oprimidas e marginalizadas pra sermos melhor exploradas.”

Amanda Palha (2019, p. 39 e 40) provocando possibilidades da relação do transfeminismo com o marxismo diz:

Outra maneira de lidar com a identidade é perceber e explorar sua potência para descrever e particularizar conjuntos específicos de relações e práticas sociais, das quais derivam valores distintos e perspectivas potenciais específicas de compreensão de dimensões da realidade social. Tratar a identidade dessa forma inscreve as possibilidades de (1) desvelar o seu caráter histórico e socialmente determinado, atravessando o véu da naturalização, e (2) convertê-la em instrumento potente de ações políticas anticapitalistas.

É mais importante do que apenas isso, no entanto. Prescindir de incorporar, na ação política marxista, essa perspectiva sobre as identidades (outras que a de classe), implica assumir dois riscos caros: deixar de alcançar compreensões mais ricas sobre dimensões específicas do próprio capitalismo contemporâneo e deixar de reconhecer os limites que algumas identidades podem impor às análises que fazemos.

O transfeminismo, a luta das travestis e mulheres trans, trazem contribuições no enfrentamento das compulsoriedades na chave sexo-gênero e na compreensão de determinações sociais e econômicas no sistema capitalista de gênero, que precariza mais alguns corpos do que outros através da desumanização presente no projeto de expansão do capital via colonialismo.

Helena Vieira (2018, p. 357):

Ora, se a própria noção de sexo pode ser compreendida histórica e situacionalmente, então as “causalidades compulsórias” vagina-mulher-feminilidade/homem-pênis-masculinidade se desestabilizam, e começamos a pensar, portanto, nos corpos que escapavam dessas tríades, os corpos transexuais e travestis. Há aqui um segundo rompimento “biologia/anatomia x identidade”; ou seja, a existência de pessoas trans e travestis revela que não há universalidade na constituição da relação entre genital e gênero.

E coloca o transfeminismo como, “em seu aspecto teórico o aporte de compreensão dos corpos trans em seu aspecto político-social. É um movimento, uma luta pela inclusão das pessoas trans no mundo.” (Helena Vieira, 2018, p. 357)

Mas a inclusão não é sem aceitar as Outras dos feminismos. O transfeminismo chama as pessoas para que falem em mulheres no plural e em feminilidades, também no plural. (Letícia Nascimento, 2021)

Diz Letícia Nascimento (2021, p. 22):

Nossas experiências diversas exigem diferentes teorizações e demandas políticas dentro do feminismo. Manter essa pluralidade de vivências no caleidoscópio feminista significa entender que, apesar de diferentes conectamo-nos com estruturas de opressão semelhantes, tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjugando socialmente as experiências femininas.

A proposta de Letícia Nascimento (2021) é o transfeminismo como parte do feminismo e não à parte do feminismo. O que os feminismos estudados no capítulo anterior contribuem é exatamente na inclusão de todas as vivências das mulheres. Não é hierarquizar opressões, mas visibilizar as histórias de vida e as teorias feministas de crítica à mulher original do feminismo.

Aponto, assim, que as experiências de *outriedades* vividas por mulheres negras, lésbicas, travestis, gordas, com deficiência, do terceiro mundo, do sul global, de regiões afrodiáspóricas, pobres; enfim, essas *outras* que não encontram reciprocidade nem na mulher branca, cis, heterossexual, de classe média, cristã, magra e sem deficiências nem no homem branco, cis, heterossexual, de classe média, cristão, magro e sem deficiências, são cruciais para o delineamento dos feminismos como se configuram na atualidade. (Letícia Nascimento, 2021, p. 61)

Sobre os feminismos em todas as suas vertentes, excetuando o feminismo radical, Letícia Nascimento (2021, p. 63):

É preciso entender que a diversidade não precisa nos dividir, nem criar hierarquias. Na verdade, esse modo de pensar constitui uma astuta estratégia usada desde a colonização, a de dividir, classificar, hierarquizar e governar. O homem colonizador cis ocidental, branco, cristão e heterossexual se entendeu como universal, transformou suas singularidades em padrões universais e subjugou as demais identidades. Audre Lorde (2013) convida-nos a pensar que é uma arrogância supor qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças. Como mulheres, somos educadas a olhar para nossas diferenças como algo que nos separa. Por isso, afirma que é imperioso matar em nós o opressor. Usar as ferramentas do opressor de hierarquizar diferenças ratifica a sociedade normativa.

Letícia Nascimento (2021, p. 65) sobre união e luta articulada a partir dos feminismos: “É preciso insistir na possibilidade de que, a partir de nossas *outriedades*,

de nossas diferenças, possamos construir uma irmandade, sermos *outsiders* à cis-heteronormatividade e *sisters* dentro do feminismo.”

Na apresentação (Capítulo 1) falei que ia problematizar algumas dicotomias. Crítica que foi aparecendo ao longo do texto da tese. Nas aqui irei retomá-las. Irei expor só para lembrar: humano/não-humano, corpo/alma, homem/mulher, sujeito de direito/não-sujeito de direito, mulher/não-mulher, natural/artificial, realidade/ficção, normal/anormal, nome civil/nome social, produção/reprodução, público/privado, casa/rua.

Afinal, o que a vivência e a epistemologia têm a nos dizer sobre a superexploração, insurgência e superação de limites normativos? Ao ouvir as travestis e mulheres trans encontrei a chave de sentido. A chave é ela própria. “Eu adoro ser uma mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoas trans é maravilhoso.” (Jaqueline Gomes de Jesus, apresentação do livro de Amara Moira; João W. Nery; Márcia Rocha e Tarso Brant, 2022, p. 11)

Nesse mesmo sentido expõe Letícia Lanz (2021, p. 25):

Minha vida sempre foi uma sessão contínua de me montar, me desmontar e me remontar, incontáveis vezes, peça por peça, como se eu fosse um quebra-cabeças, até eu poder me compreender, assumindo que não sou nem homem, nem mulher, nem trans, mas tão somente Letícia Lanz, uma construção de mim mesma.

É como explicam Amara Moira; João W. Nery; Márcia Rocha e Tarso Brant (2022, p. 14):

Precisamos entender que, se no passado os modelos de masculinidade e feminilidade à disposição não levavam em conta o próprio corpo das pessoas trans, agora, quanto mais elas ocupam espaço na sociedade, mais vão **poder se espelhar em si mesmas para pensar seus próprios modelos de masculino e feminino. A questão central na definição trans reside na autoidentificação**. Se em algum momento da vida a pessoa percebe que pertence a outro gênero que não o que lhe designaram ao nascer, a luta é para que ela possa ser respeitada quanto a isso, sendo tratada pelo nome e pelo gênero com que se entende. (destaquei)

A autodeterminação é o caminho e vale a luta de cada travesti e mulher trans que se joga no rio a fim de buscar sua própria experiência. Esse confronto com o binarismo das margens é um lutar contra o sistema capitalista de opressão, que insere seus corpos como dimensão fundamental na expropriação de vidas para acumulação de riqueza.

A autodeterminação do “pau de mulher” vem afrontar o estudo sexo-gênero como natural-social e problematiza o caráter social-social. Essa problematização, para

Amanda Palha (2019), tem grande potência para entender o sistema capitalista de gênero e colaborar na construção de estratégias revolucionárias.

A noção sexo-gênero como natural-social, que tem ganhado menos discussão nos feminismos em razão de sua “pouca aplicabilidade prática na reivindicação de direitos e combate a violências.” No entanto, Amanda Palha (2019, p. 44) vai explicar que:

Essa mesma noção, no entanto, impõe a impossibilidade de superar o interdito do fetiche e alcançar a compreensão das determinações sociais e econômicas do sistema capitalista de gênero.

É nesse ponto que a ação transfeminista guarda imensa potência. Ainda que na dimensão mais imediata sua busca pela legitimação implique a afirmação do sistema gênero, a ilegitimidade combatida apoia-se justamente no caráter social-social da relação sexo-gênero. Combater a ilegitimidade do gênero reivindicado por pessoas trans implica pôr sob os holofotes o que o fetiche encobre. Para os movimentos sociais de pessoas trans, o caráter socialmente determinado do sexo, bem como a natureza da sua relação com o gênero, ocupa papel central.

Na vida e na arte as travestis e mulheres trans expõem e superam a construção social do sexo, como se vê nos versos de Patrícia Borges da Silva, Quem é ela (2017, p. 59)

Olha quem é ela/
homem ou mulher/
todos veem/
mas não sabem identificar/
por causa do corpo/
e a meio a meio a mistura/
homem e mulher/
o que ela quiser/
foda-se quem não acredita.

Pensando a partir da realidade concreta, elas nunca foram não-sujeitas. O não-sujeito também é uma ficção real, criada por outra ficção real: o sujeito de direito na democracia burguesa.

Mesmo que se entenda o transfeminismo como Amanda Palha (2019, p. 38 e 39), “como corrente política, no entanto, não por apresentar uma unidade teórica bem delimitada”, fato é que há, através da movimentação das travestis e mulheres trans em seu existir e pensar, possibilidade vigorosa em aliar-se aos demais feminismos e ao marxismo a fim de construir formas de superação do sistema de dominação e exploração. Importa continuar na luta.

Sobre continuar, Linn da Quebrada vai falar através da letra da música Serei A (2017):

Serei a do asfalto
Rainha do luar
Entrega o seu corpo
Somente a quem possa carregar

E, onde (h)á-mar, transbordar
Em água salgada lavar
E me levar
Livre, me love, me luta

Mas não se esqueça
Levante a cabeça
Aconteça o que aconteça
Continue a navegar

Mas não se esqueça
Levante a cabeça
Aconteça o que aconteça
O que aconteça: Aconteça!

E deixa que lave
Que leve, que livre
Que love, que lute!

Continue a travecar
Continue a navegar
Continue a atravessar
Continue a travecar
Continue a atravessar

Como iniciei a tese, com Letícia Nascimento (2021) saindo das margens, sendo o rio, Linn da Quebrada (2017) vem a esse encontro para ensinar que se deve continuar a navegar e transbordar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SEM PONTO (A FOZ)

“Sou uma pessoa absolutamente única, como todo mundo é, afinal.”
(Letícia Lanz, 2021, p. 24).

Como Bernardo no poema *Eu não*, que nunca vai ser terminado e se eterniza na busca do buscar, reflito por fim sobre os passos até aqui, mas sem findar.

Sobre entraves na pesquisa, foi a partir da construção do capítulo sobre metodologia que entendi que a crítica que eu pretendia fazer não seria a partir do sujeito de direito de Evguiéni B. Pachukanis, pois a crítica teria que vir das não sujeitas, fundada na articulação entre marxismos e feminismos dissidentes ou feminismos da diferença, destacando-se o transfeminismo como abordagem principal (meu objetivo central).

Preciso dizer que inicialmente pretendi, a partir da articulação entre marxismos e transfeminismo, contribuir com a atualização do binômio exploração-dominação, mas entendo ter me fixado na dominação (opressão), deixando para outro momento uma investigação que diga mais sobre a exploração e a categoria do valor.

Sobre minha hipótese e meus objetivos, os capítulos 2, 3 e 4 foram construídos a fim de atingir minha proposição por etapas e durante cada um desses momentos de discussão na tese.

O próprio transfeminismo, como se viu no capítulo 2 e no capítulo 4, fundamenta teoricamente o uso de fontes de conhecimento que venham da vida concreta das atrizes sociais, que venham do chão. Elas são sujeitas na pesquisa e rompem o universalismo científico através de suas próprias narrativas. A construção epistemológica parte desse lugar. Suas falas e dados sobre suas vidas são o real concreto onde busquei vislumbrar a dialética.

Esta é uma característica dos feminismos da diferença ou feminismos dissidentes. Os feminismos manejados no capítulo 3 (fontes em que bebe o transfeminismo), excetuando o feminismo clássico, vieram também caminhando nestes rompimentos.

Sexo/gênero e sexualidade são categorias fundamentais no projeto capitalista de dominação e exploração. Os feminismos, incluindo o feminismo marxista, atualizaram o marxismo com a noção que o sujeito trabalhador (classe trabalhadora) não é homogêneo e que as categorias sexo/gênero e sexualidade não podem ser

tratadas de forma tangencial no capitalismo atual, sobretudo em situações como a do Brasil, que passou pelo processo colonial, já racializado e generificado.

A noção de que toda a opressão passa pelo corpo é importante. Os corpos das travestis e mulheres trans têm um lugar na sociedade do trabalho, determinado socialmente, que lhes impede quase que de forma absoluta de sobreviverem para além do trabalho na prostituição. Mas se insurgem, se organizam, se autodeterminam, a despeito do padrão binário e da exclusão social. Elas (re)existem.

Na vivência das travestis e mulheres trans há organização política e há cuidado. Se não há uma estrutura teórica bem sedimentada no transfeminismo para uma ação revolucionária, a revolução interna de si e de sua movimentação coletiva, em união ao marxismo, pode fornecer elementos para uma práxis de grande potência.

Se o fundamento do direito é a pessoa, em não apresentar todas as pessoas que existem na realidade social quando do estudo do direito, seja em sala de aula, nas pesquisas e/ou na crítica, há contribuição com a não emancipação das pessoas, em essência. A norma enquanto aspecto aparente do direito, construída em valores universais, encobre o que as relações sociais dizem sobre o direito.

Ao estudar o transfeminismo e as outreridades, pôde-se constatar que há mais o que descrever quanto à exploração e dominação. A outra da outra da outra contribui nessa ampliação da lente para a crítica.

Com o transfeminismo extrai-se que, em vez de dicotomias, novas categorias. A partir do transfeminismo aparecem categorias como mulheridades, feminilidades e travestigeneridades.

A universalidade encobre a diversidade de pessoas e de experiências de vidas. Não serve às pessoas que têm suas vidas precarizadas e vulnerabilizadas no processo histórico. Nem mesmo dentro de cada vertente feminista, mesmo sendo uma vertente transgressora como o transfeminismo, podemos falar em uma sujeita travesti ou uma identidade trans fixa e universal, pois a diversidade com particularidades é a essência.

O corpo é esse lugar onde conceitos se aplicam, o poder transita e a exploração se materializa. O corpo é o pressuposto da exploração e opressão. Os corpos socialmente marcados para sofrer violência, como os corpos das travestis e mulheres trans, são os que melhor podem nos dizer sobre a chave categórica aparência/essência; e falam sobre fetiche. As travestis e mulheres trans, em razão da

verdade que seus corpos carregam, nunca puderam fazer “uso tático do armário” para performar gênero a fim de se proteger das violências sociais.

Com o aporte nos feminismos e no marxismo, aponte algumas categorias analíticas, que reputo fundamentais na minha investigação e que permitem ampliação das categorias marxistas exploração e opressão. Entendo que a categoria primária de problematização que perpassa a tese é a alteridade e que o feminismo clássico, ao denunciar que a mulher é o Outro, criou Outras, fato que os feminismos da diferença vieram para denunciar. A importância da alteridade aparece desde o título e vai retirando o véu que são os universalismos e seu encobrimento de contradições da sociedade capitalista.

A busca é encontrar, na diferença, pontos que forneçam uma aproximação por objetivos comuns e que necessitam da coletividade para ocorrer. Mesmo com especificidades, a luta maior é contra uma totalidade que nos oprime a todas. A luta é pela superação do capitalismo e as superexploradas têm uma diversidade de conhecimentos e vivências que devem ser valorizados na pesquisa acadêmica.

Não termino com um ponto porque a vida e a ciência são etéreas e eternas reticências... Como diz Linn da Quebrada (2017): “Continue a navegar, continue a travecar, continue...”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adriana Azevedo. Prefácio. Em: Monique Wittig. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2022.

Alessandra Devulsky. Uma leitura marxista da questão identitária no direito. **Margem esquerda**. Revista da Boitempo. Número 30: abril de 2018.

Allan Penoni. 17 de maio 2023. **A Sociedade do Freak Show e as vozes trans(gressoras)**. Em: <https://www.deviante.com.br/noticias/a-sociedade-do-freak-show-e-as-vozes-transgressoras/> Acesso: junho de 2023.

Amanda Palha. 5 de janeiro de 2015. Comunidade do Facebook (T de Travesti e T de Revolução). Em: <https://www.facebook.com/TdeRevolucao/photos/a.854332387959765/854332237959780/> Acesso em: julho de 2023.

Amanda Palha. 11 de março de 2023. **Travesti X mulher transexual: afinal qual a diferença?** Em: <https://traduagindo.com/2023/03/11/amanda-palha-travesti-x-mulher-transexual-afinal-qual-a-diferenca/> Acesso em: agosto de 2023.

Amanda Palha. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem esquerda**. Revista da Boitempo. Número 33: outubro de 2019.

Amara Moira. Em: **ANTOLOGIA TRANS: 30 poetas trans, travestis e não-binários**. Ed. textos Carmen Garcia; Élide Lima; João Pedro Innecco. São Paulo: Invisíveis Produções Editora, 2017.

Amara Moira; João W. Nery; Márcia Rocha; Tarso Brant. **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. 2 ed. Bauru/SP: Astral Cultural, 2022.

Ana Lia Vanderlei de Almeida. Intrusos: o incômodo trânsito dos trabalhadores no terreno jurídico. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Ano 2, v.2, n.1. Brasília: 2016.

_____. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular**. 2015. 340 f. Tese (Doutorado em em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Angela Davis. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Aníbal Quijano. La colonialidad del poder. Em: LANDER, Edgardo (compilador). **La colonialidad del saber: eucentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO. 2005.

ANTOLOGIA TRANS: 30 poetas trans, travestis e não-binários. Ed. textos Carmen Garcia; Élica Lima; João Pedro Innecco. São Paulo: Invisíveis Produções Editora, 2017.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Livro digital. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> Acesso em março de 2021.

ANTRA (@antra.oficial). Instagram, em 7 de janeiro de 2022.

Anuradha Gandhi. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista.** 2 ed. Edições Nova Cultura, 2018.

Beatriz Bagagli e Thayz Athayde. O pânico antitrans e a cisnormatividade. Dossiê. **CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA.** Ano 26 – fevereiro 2023 – edição 290.

Bell Hooks. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Benny Briolly (@bennybriolly). 2022. Instagram, em 26 de setembro de 2022. https://www.instagram.com/p/Ci_A4iWJMAu/?igshid=OGQ2MjdiOTE=

Bernardo Enoch Mota. Em: **ANTOLOGIA TRANS: 30 poetas trans, travestis e não-binários.** Ed. textos Carmen Garcia; Élica Lima; João Pedro Innecco. São Paulo: Invisíveis Produções Editora, 2017.

Betty Friedan. **A mística feminina.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Bianca Santana. A vereadora insurgente. Entrevista. Apresentação. **CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA.** Ano 24 – março 2021 – edição 267.

Bruna Benevides e Neon Cunha. INTRODUÇÃO. A) GISBERTA, 15 ANOS DEPOIS. Em: **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Livro digital. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> Acesso em março de 2021.

Calla. Em: **ANTOLOGIA TRANS: 30 poetas trans, travestis e não-binários.** Ed. textos Carmen Garcia; Élica Lima; João Pedro Innecco. São Paulo: Invisíveis Produções Editora, 2017.

Carla Akotirene. **Interseccionalidade.** São Paulo: Jandaíra, 2020. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro)

Carla Fernandes. **Desmistificando o feminismo e a mulher inventada pelo machismo.** Salvador: Editora Escaleras, 2021.

Caroline Marim e Susana de Castro. Em: **Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade**. Tradução Caroline Marim e Susana de Castro. Buenos Aires-Lima: En la frontera, 2007.

Chimamanda Ngozi Adichie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Cláudia Pons Cardoso. Apresentação. Em: Bell Hooks. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Cleber Facchi. **Linn Da Quebrada: "Pajubá"**. Música Instantânea/Críticas. 10/10/2017. Em: <http://musicainstantanea.com.br/resenha-pajuba-linn-da-quebrada/> Acesso em: julho de 2023.

Conceição Evaristo. A escrevivência e seus subtextos. Em: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Ano 24 – março 2021 – edição 267.

CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Ano 26 – fevereiro 2023 – edição 290.

David Harvey. **Para entender O capital – Livro I**. [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

Debora Diniz e Ivone Gebara. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2021. Bruna G. Benevides (Org). Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em: novembro de 2022.

Éder Dion de Paula Costa; Paulo Ricardo Opuszka. Economia solidária e empreendimentos populares: as potencialidades da organização do trabalho associado. Em: **Direito, justiça e ambiente: perspectivas franco-brasileiras**. Anderson O.C. Lobato e Philippe Pierre (orgs.). Rio Grande: Editora da Furg, 2013.

Elias Ferreira Veras. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

Erick Alan Lima; Paulo Ricardo Opuszka. REFLEXÕES ENTRE A REGULAÇÃO E A SUPRESSÃO DE DIREITOS A PARTIR DA PESSOALIDADE E SUBORDINAÇÃO NO DIREITO CAPITALISTA DO TRABALHO. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 12, n. 2, p. 620-647, ago. 2017. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/27499>>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

Erika Hilton. A vereadora insurgente. Em: **CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA**. Ano 24 – março 2021 – edição 267.

Fabiana Severi; Élide Lauris. E SE OS MÉTODOS FEMINISTAS FALASSEM: um debate epistemológico e metodológico sobre a pesquisa jurídica feminista no Brasil. Em: Ana Gabriela Mendes Braga; Rebecca Lemos Igreja; Riccardo Cappi (Orgs.). **Pesquisar empiricamente o direito II: percursos metodológicos e horizontes de análise**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2022.

FONATRANS. Quem somos. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/quem-somos.html> Acesso em: julho de 2023.

FONATRANS. “Resistência e identidade: por que elas preferem ser chamadas de travestis”. Em 6 de janeiro de 2023. Em: <http://www.fonatrans.com/2023/01/resistencia-e-identidade-por-que-elas.html> Acesso em: julho de 2023.

FONATRANS (@fonatrans). Instagram, em 28 de agosto de 2023a. https://www.instagram.com/reel/CwfvIk7LM_L/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==

FONATRANS (@fonatrans). Instagram, em 6 de setembro de 2023b. <https://www.instagram.com/reel/Cw3qYhZJyfD/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==>

FONATRANS (@fonatrans). Instagram, em 29 de setembro de 2023c. <https://www.instagram.com/reel/CxylggdJwz0/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==>

Flávia Biroli. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Flávia Biroli; Maria das Dores Campos Machado; Juan Marco Vaggione. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Gayatri Chakravorty Spivak. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Grada Kilomba. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Heleieth Lara Bongiovani Saffioti. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade**. Lutas Sociais, nº 2, PUC/SP, 1997.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos e Ensaios. Ciências Sociais. FLACSO-Brasil - junho/2009.

Helena Vieira. O transfeminismo como resultado histórico faz trajetórias feministas. Em: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Helena Vieira e Paulo Henrique Pompermaier. A vereadora insurgente. Entrevista. **CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA**. Ano 24 – março 2021 – edição 267.

Heloisa Buarque de Hollanda. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Heloisa Buarque de Hollanda. de. **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Heloisa Buarque de Hollanda. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Jaime Osório. Fundamentos da superexploração. Tradução de Fernando Correa Prado. Em: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013, p. 49-70.

Jovanna Cardoso/Jovanna Baby (@jovannacardoso). Instagram, em 13 de julho de 2023a.

<https://www.instagram.com/reel/CupCKKeAQUo/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==>

Jovanna Cardoso/Jovanna Baby (@jovannacardoso). Instagram, em 25 de agosto de 2023b.

<https://www.instagram.com/reel/CwX6yCiM2yz/?igshid=YTUzYTFiZDMwYg==>

João Silvério Trevisan. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

José Paulo Netto. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

Judith Butler. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo**. 2. Ed. Buenos Aires: Paidós, 2002a.

Judith Butler. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. BAUKJE PRINS E IRENE COSTERA MEIJER. **ESTUDOS FEMINISTAS**, ANO 10, 1º SEMESTRE 2002b. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009> Acesso em: março de 2023.

Julia de Cunto; Maria Bogado. Na música. Em: **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda [org.]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Julia Klien. Na poesia. Em: **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. Heloisa Buarque de Hollanda [org.]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Juliana Teixeira. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro)

Karl Marx. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Livro I, volume 1, 2011.

Letícia Nascimento. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro)

Katie Silene Cáceres Arguello; Victor Sugamoto Romfeld. Violência contra as mulheres trans no Brasil: reflexões a partir do documentário 'Indianara'. Em: Ezilda Melo; Belmiro Vivaldo; Míriam Coutinho de Faria Alves (Orgs.). **Arte Latino-Americana, Gênero e Direito**. Salvador: Studio Sala de Aula, 2021, p. 137-149.

Letícia Lanz. **O CORPO DA ROUPA - A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais. Curitiba, 2014. 342 f.

Letícia Lanz. **A construção de mim mesma: uma história de transição de gênero**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

Linn da Quebrada. Em: **Pajubá**. Selo: Independente, 2017.

_____. Em: **Trava Línguas**. São Paulo: Natura Musical, 2021.

Lissandra Vieira Soares & Paula Sandrine Machado. (2017) "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, 17(39), p. 203-219.

Lívia de Cássia Godoi Moraes e Arelys Esquenazi. Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo. Em: **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Dossiê temático. Danilo Enrico Martuscelli (org.). Chapecó: Coleção marxismo21, 2020.

Luciana Ballestrin. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio- agosto, 2013.

Marcelo de S. Marques; Vanessa Marx (2020). Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, v.7, n. 3, pp. 8-32. Disponível em <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691> Acesso em: julho de 2023.

Marcelo Cosme. **Talvez você seja...: Desconstruindo a LGTB fobia que você nem sabe que tem**. São Paulo: Editora Planeta, 2021.

Márcia Rocha. Em: Amara Moira; João W. Nery; Márcia Rocha; Tarso Brant. [orgs.] **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social.** 2 ed. Bauru/SP: Astral Cultural, 2022.

Márcia Tiburi. **Quem tem medo de Simone de Beauvoir?** Em: Caderno especial – O segundo sexo 70 anos depois. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

Maria da Glória Gohn. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2017.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (@meggrayaragomesde). 2023. Instagram, em 10 de janeiro de 2023.
<https://instagram.com/meggrayaragomesde?igshid=OGQ2MjdiOTE=>

Mirian Goldenberg. **Ninguém nasce livre: torna-se livre.** Em: Caderno especial – O segundo sexo 70 anos depois. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

Morre mulher trans que foi abandonada inconsciente em clínica de estética. **Carta Capital**, 21 fev. 2021. Caderno Diversidade. Disponível em:
 <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/morre-mulher-trans-que-foi-abandonada-inconsciente-em-clinica-de-estetica/>> Acesso em: 11 de mar. 2021.

Monique Prada. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

Monique Wittig. **O pensamento hétero e outros ensaios.** Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2022.

Ochy Curiel. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. Em: Heloísa B. Hollanda (Org). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

Olívia Cristina Perez; Bruno Mello Souza (2017), “Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos”. Em: **41º Encontro Anual Da ANPOCS.** Anais do Caxambu.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Anual sobre violência e saúde. Editado por Etienne G. Krug ... [e outros.]. Genebra, OMS, 2002. Disponível em:
 <<https://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>>

Patrícia Borges de Silva. Em: **ANTOLOGIA TRANS: 30 poetas trans, travestis e não-binários.** Ed. textos Carmen Garcia; Élide Lima; João Pedro Innecco. São Paulo: Invisíveis Produções Editora, 2017.

Patricia Borges e Simone Ricco. **Transcender.** Disponível em:
<https://memoriapopulardapandemia.org.br/transcender/> Acesso em: agosto de 2023.

Patricia Hill Collins. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

Patrícia Moreira de Menezes. A carne mais barata do mercado é a carne negra: reflexões sobre o trabalho doméstico e o uso da perspectiva feminista decolonial. **Gênero, sexualidades e direito [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI**. Coordenadores: Fabrício Veiga Costa; Renato Duro Dias; Silvana Beline Tavares – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Patrícia Moreira de Menezes; Suerda Ivanete Gomes de Farias. Cidades transfóbicas. **Revista FIDES**, v. 13, n. 1, p. 101-120, 29 abr. 2022.

Paulo Ricardo Opuszka; Tuany Baron de Vargas. Vida pária, vida-morte: invisibilidade e contrato sexual de trabalho desde Os miseráveis, de Victor Hugo. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 6, n. 2, julho-dezembro 2020, p. 449-469.

Paulo Ricardo Opuszka. **Cooperativismo popular: os limites da organização coletiva do trabalho a partir da experiência da pesca artesanal do extremo sul do Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2010. 249 f.

_____. **Elementos do direito moderno para uma compreensão da organização coletiva do trabalho em cooperativas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2006. 144 f.

Pisci Bruja. “Tenho entendido cada vez mais que gênero não é apenas uma performance”. **Memória popular da pandemia**. [2021?]. Em: <https://memoriapopulardapandemia.org.br/genero/> Acesso em: julho de 2023.

Renan Quinalha. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. **Margem esquerda**. Revista da Boitempo. Número 33: outubro de 2019.

Ricardo Prestes Pazello. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas. Curitiba, 2014. 545 f.

_____. Direito insurgente: fundamentações marxistas desde a América Latina. Em: **Revista direito e práxis**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 9, 2018.

_____. **Direito insurgente: para uma crítica marxista ao direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

Rita Laura Segato. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 31 julho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

Roswitha Scholz. **O ódio às mulheres está novamente a aumentar**. Entrevista. 2017. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz26.htm Acesso em: julho de 2023.

Sally Borges. Visibilidade Trans: Conheça a história de Pesci Bruja. 2022. Em: <https://www.eonline.com/br/news/1317502/visibilidade-trans-conheca-a-historia-de-pesci-bruja> Acesso em: julho de 2023.

Salo de Carvalho. **Antimanual de criminologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Silvio Almeida. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro)

Simone de Beauvoir. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Volumes 1 e 2. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Sofia Favero e Pedro Ambra. A anatomia de um pânico moral. Dossiê. **CULT – REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA**. Ano 26 – fevereiro 2023 – edição 290.

Sojourner Truth; Olive Gilbert Olive. **"E eu não sou uma mulher?": A narrativa de Sojourner Truth** [eBook Kindle]. Rio de Janeiro: Ímã Editorial, 2020.

Sonia Alvarez. Neoliberalismos e as trajetórias dos feminismos latino-americanos. Em: Renata Moreno (Org). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempre viva organização feminista, 2014.

Sueli Carneiro. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Taylisi Leite. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Victor Sugamoto Romfeld. **Viado bom é viado morto"?: LGBTfobia no Brasil e possibilidades de instrumentalização do direito penal**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2022. 350 f.

Yuderkys Espinosa Miñoso. **Escritos de uma lésbica escura: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade**. Tradução Caroline Marim e Susana de Castro. Buenos Aires-Lima: En la frontera, 2007.

Yuderkis Espinosa Minoso. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. Em: Heloísa B. Hollanda (Org). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Anexo 1 – POEMA O SILÊNCIO DO DIREITO¹¹⁶ - Patrícia Moreira

Onde tu estavas
Quando fui desespero?
Por quem falavas
Quando não me davam direitos?

Lacunar é também violentar
Quando te ocultas
Eu me perco
É isso o que jorra
Do silêncio do direito

Boca seca
Voz rouca
Grito interrompido
Por ruídos
Que ofuscam
Os esquecidos

Performo eu?
Performas tu!
Com falas obscuras
E tuas escusas

Quantas vozes silenciadas
Por tua fala rebuscada
Quantas vidas em sequela
Por tuas paredes austeras



Diane Arbus (USA), Three Female Impersonators, N.Y.C, 1962.



Diane Arbus (USA), Seated female impersonator in an open kimono, Hempstead, L.I., 1959.



Diane Arbus (USA), Three transvestites in evening dress at a longe, N.Y.C, 1961.

¹¹⁶ Poema aprovado e apresentado no I CONGRESSO CRIM/UFMG: Gênero, feminismos e violência, realizado nos dias 18 a 28 de agosto de 2021.

Anexo 2 - Manifesto da Ação Revolucionária das Travestis de Rua (STAR - Street Travestite Action Revolutionaries) - Publicado em 1970¹¹⁷.

A opressão contra Travestis de ambos os sexos decorre de valores sexistas e essa opressão se manifesta por heterossexuais e homossexuais de ambos os sexos na forma de exploração, ridicularização, assédio, espancamentos, estupros, assassinatos.

Por causa dessa opressão, a maioria das travestis é forçada a ir para a rua e formamos uma forte aliança com nossas irmãs e irmãos gays de rua. De quem fazemos parte e representamos, somos parte dos exércitos REVOLUCIONÁRIOS lutando contra o sistema.

1. Queremos o direito à autodeterminação sobre o uso de nossos corpos; o direito de ser gay, a qualquer hora, em qualquer lugar; o direito à livre mudança fisiológica e modificação do sexo sob demanda; o direito de livre vestimenta e adornos.

2. O fim de toda discriminação no trabalho contra travestis de ambos os sexos e gays de rua por causa da vestimenta.

3. O fim imediato de todo assédio policial e prisão de travestis e gays de rua, e a libertação de travestis e gays de rua de todas as prisões e de todos os outros presos políticos.

4. O fim de todas as práticas exploratórias de médicos e psiquiatras que trabalham no campo do travestismo.

5. As travestis que vivem como membros do sexo oposto devem poder obter a identificação do sexo oposto.

6. Travestis e gays de rua e todos os oprimidos devem ter educação, saúde, vestuário, alimentação, transporte e moradia gratuitos.

7. Travestis e gays de rua devem ter direitos plenos e iguais em todos os níveis da sociedade e voz plena na luta pela libertação de todas as pessoas oprimidas.

¹¹⁷ A STAR foi uma organização de pessoas travestis fundada por Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson em 1970 nos EUA. Manifesto originalmente disponível no site [Outfront Magazine](https://outfrontmagazine.com). Tradução por Andrey Santiago. Em: [HTTPS://TRADUAGINDO.COM/2023/01/28/MANIFESTO-DA-ACAO-REVOLUCIONARIA-DAS-TRAVESTIS-DE-RUA-STAR/](https://traduagindo.com/2023/01/28/manifesto-da-acao-revolucionaria-das-travestis-de-rua-star/) Acesso em: julho de 2023.

8. Fim da exploração e discriminação contra travestis no mundo homossexual.

9. Queremos um governo popular revolucionário, onde travestis, pessoas em situação de rua, mulheres, homossexuais, porto-riquenhos, indígenas e todos os oprimidos sejam livres, e não fodidos por esse governo que nos trata como a escória da terra e nos mata como moscas, um por um, e nos joga na prisão para apodrecer. Este governo que gasta milhões de dólares para ir à lua e deixa os pobres americanos morrerem de fome.

PODER PARA O POVO

STAR